PINTO DA ROCHA
(SOCIO EFFECTIVO DO INSTITUTO)

HISTORIA DIPLOMATICA DO BRASIL

(1ª SERIE)

Curso professado no Instituto Historico
e Geographico Brasileiro

(SEPARATA DA PARTE II DO TOMO LXXVII DA REVISTA)

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1916

PINTO DA ROCHA
(SOCIO EFFECTIVO DO INSTITUTO)

HISTORIA DIPLOMATICA DO BRASIL

(1ª SERIE)

Curso professado no Instituto Historico
e Geographico Brasileiro

(SEPARATA DA PARTE II DO TOMO LXXVII DA REVISTA)

A' Egregia Academia de Sciencias de Lisboa, a mais alta expressão da intellectualidade portugueza, pede licença para offerecer

A. Pinto da Rocha

Rio de Janeiro, 25 de Julho 1921.

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1916

1494

Nas seis conferencias que, sobre a historia diplomatica do Brasil, effectuou, no Instituto Historico e Geographico Brasileiro, o Dr. Arthur Pinto da Rocha, e que constituem a primeira série de um curso, estudou o illustre professor as relações exteriores de nossa patria, desde os primordios da sua existencia até á terminação da guerra contra o dictador Solano Lopes.

Examinou S. Ex. a diplomacia portugueza na época do Brasil colonial e a diplomacia brasileira imperial no Atlantico e no Prata.

Pretende continuar, numa segunda serie, tratando do seguinte: a diplomacia brasileira no Amazonas; a diplomacia brasileira no Pacifico ; a diplomacia brasileira na Europa; o Brasil e a arbitragem ; a evolução da diplomacia brasileira.

Como se vê, o plano é vasto, claro e criteriosamente traçado.

Para sua cabal realização sobejam ao Dr. Pinto da Rocha peregrinos dotes de engenho, operosidade, vigor de inquirição e de critica.

Inspira-o, sobretudo, o que elle proprio eloquentemente definiu: sinceridade de seu espirito na admiração pela grandeza da Historia desta terra querida, que é o objecto supremo do nosso culto commum, e pela acção brilhante, mas quasi desconhecida, desses benemeritos operarios da formação e affirmação de nossa nacionalidade que foram os diplomatas do segundo Imperio.

O magnifico exito alcançado pelas seis primeiras conferencias dá plena segurança de que as projectadas hão de fornecer ensejo a novos triumphos para seu autor que, dess'arte, erigirá imperecedouro monumento, consagrador, a um tempo, das glorias nacionaes, e da do esforçado, patriotico, eximio obreiro que o concebeu e executou.

Depois de haver guapamente conquistado o seu diploma de jurista em Coimbra, onde conviveu com os homens mais notaveis do Portugal hodierno e deixou invejavel nomeada, fixou-se o Dr. Pinto da Rocha no Rio Grande do Sul, sua terra natal.

Destacou-se, desde logo, ahi, na advocacia, no jornalismo, na politica.

Eleito representante do Estado no Congresso Federal, revelou-se parlamentar de primeira ordem, dos que mais têm exalçado a nossa tribuna.

Poeta de inspiração delicada e alta, moldada em fórma seductora; autor de peças theatraes, em verso, acclamadas por preclaros auditorios e criticos idoneos; polemista erudito, sempre cavalheiroso em inflexivel dialectica; o Dr. Pinto da Rocha é um orador primoroso, dos que subjugam, encantam, arrebatam qualquer assembléa.

A figura esbelta e insinuante ; a voz maviosa, flexivel, bem timbrada ; a ampla fronte ; a palavra fluente e correctissima ; a dicção nitida e serena ; tudo nelle faz com que ouvil-o equivalha a applaudil-o.

Mas o que principalmente torna os seus discursos summamente attractivos e lhes prolonga a grata impressão é a cordialidade, a lhaneza, a rectidão, a bondade que nelles transparecem, manifestando não só uma vasta intelligencia, como um coração puro e um caracter irreprehensivel.

Quem os escuta e, mais ainda, quem se approxima do orador, sobre admiral-o, acata-o e lhe quer immenso bem.

Um dos fundadores da Escola de Direito de Porto Alegre, na qual leccionou Direito Internacional, o Dr. Pinto da Rocha dedica-se, ha largo tempo, ás questões dessa difficil materia.

Ganhou nisso indisputavel competencia e autoridade, de que ministram fartas e empolgantes provas as seis conferencias do *Instituto*.

Nellas põe em relevo o Dr. Pinto da Rocha « a habilidade, a cordura, a intelligencia, a previsão, a sabedoria, que foram empregadas pelos estadistas brasileiros, no angustioso periodo de 63 a 68, realçando a figura magestosa do Imperio e avigorando o prestigio do Brasil ».

Oxalá breve se conclua o curso em excellente hora encetado, e que os fulgidos successos das Missões, do Amapá, Acre, Lagôa-Mirim, Ilha da Trindade, Haya, A. B. C., encontrem, como tudo indica, historiador condigno, cujas palavras nos encham de tão legitimo orgulho quanto o oriundo dos feitos registados.

CONDE DE AFFONSO CELSO.

Rio, Julho—1916.

Meus Senhores — A responsabilidade do desprazer que vão experimentar os generosos corações, que hoje acudiram a esta sala, onde vibra ainda a palavra elegante e erudita de Aurelino Leal estudando a Historia constitucional brasileira, não me pertence: deverá caber inteira ao illustre e brilhante presidente desta casa, pelo convite ao mesmo tempo generoso e delicado, com que se dignou distinguir-me para missão de tanta celsitude.

S. Ex. confiou demais nas palavras do seu dedicado secretario perpetuo, velho amigo commum de nós ambos e, incautamente, como todas as grandes almas, bom e credulo, conduziu-me a este recincto, para vos dizer acerca da Historia diplomatica da nossa Patria.

Eis-me aqui obedecendo á intimação e cumprindo o meu dever. Nesta casa, vasto campo de saber, vós sois a seara fecunda e eu a papoila inutil: a esta flòr enganadora o povo chama — dormideira. Ides dormir a sesta; nem vos contrarieis por isso, o genio da raça está comvosco: *quandoque bonus dormitat Homerus.*

CURSO

DE

Historia diplomatica brasileira no Instituto Historico e Geographico do Brasil

---

PRIMEIRA CONFERENCIA

SUMMARIO — Conceitos de Diplomacia — Bullas de Alexandre VI — Tractado de Tordesillas — Christovam Jacques — Primeiras negociações diplomaticas — Martim Affonso de Sousa causa de reclamações — Periodo das capitulações e rendições e somnolencia da Diplomacia — Padre Antonio Vieira; sua influencia; sua acção diplomatica — Alexandre de Gusmão; seu papel na Diplomacia; a sua obra prima: tractado de 13 de Janeiro de 1750 — D. Luiz da Cunha — O Marquez de Pombal; sua acção; a sua Diplomacia — Tractado de Sancto Ildefonso, em 1777

Segundo a doutrina de Martens, o sabio professor de S. Petersburgo, a Diplomacia, numa accepção lata, é a sciencia das relações exteriores ou negocios extrangeiros dos Estados; e, em sentido menos amplo, é a sciencia ou a arte das negociações.

Na opinião do conde de Garden, a Diplomacia envolve o systema completo dos interesses que nascem das relações estabelecidas entre as nações; tem por objecto a sua segurança, a sua tranquillidade e a sua dignidade; o seu fim directo, immediato é, ou deve ser ao menos, a manutenção da paz e a boa harmonia entre os Estados.

Conforme ensina Calvo, a Diplomacia é a sciencia das relações que existem entre os diversos Estados, taes como resultam dos seus interesses reciprocos, dos principios do Direito internacional e das estipulações dos tractados ou das convenções.

Piedelièvre define Diplomacia a arte de dirigir e de seguir as negociações diplomaticas ; é o instrumento da Politica internacional, ou o Direito das gentes applicado.

Bonfils considera a Diplomacia como sciencia e como arte. Como sciencia, tem por objecto o conhecimento das relações juridicas e politicas dos diversos Estados, dos seus interesses respectivos, das tradições historicas, das estipulações contidas nos tractados; como arte, tem por objecto a gestão dos negocios internacionaes, implica a aptidão para ordenar, dirigir e accompanhar, com conhecimento de causa, as negociações politicas.

Mas, de todos os conceitos de Diplomacia, de que temos conhecimento, o que mais nos encanta pela simplicidade da sua expressão e pela profundeza do pensamento que o inspira e enche, é o de um illustre diplomata argentino, o saudoso dr. Garcia Merou, espirito finissimo de scientista e de artista, em cujos labios a ironia tinha, por vezes, nas cousas mais sérias, como nos momentos mais graves, o estalido secco e nervoso de uma leve explosão electrica, docemente ruidosa e suavemente luminosa. Dizia o eminente diplomata argentino, em uma das suas encantadoras palestras, nesses momentos em que o jurista rivalizava com o poeta, que « la Diplo-
« macia és la sciencia del derecho, de las conveniencias internacio-
« nales y de la astucia con que se tratan los negocios entre Estados. »

Na vida da Nação Brasileira, quer na sua longa gestação colonial de 322 annos, quer na plena expansão da sua independencia, a Diplomacia foi sempre a sciencia do direito, das conveniencias internacionaes e da maior ou menor astucia com que os diplomatas tractaram os negocios dos Estados interessados por multiplos accidentes e incidentes, geographicos, politicos, sociaes, commerciaes, ou religiosos.

Estudar a sua evolução peregrinadora nessa longa estrada de quasi quatro seculos, que vem de Cabral a d. Pedro e a Diodoro ; da Descoberta, á Independencia e á Republica ; do Monte Paschoal, ao Ipiranga e ao Campo de Sanct'Anna, equivale a fazer a Historia diplomatica do Brasil, embora aqui a procuremos traçar em rapido escorço.

Poucas vezes, durante tão largo espaço de tempo, a Diplomacia foi a sciencia do direito; quasi sempre triumpharam as conveniencias, conforme a astucia dos homens que teciam as redes das negociações, algumas das quaes ficaram por terminar, como no grandioso monumento da Batalha, as capellas imperfeitas que, ainda assim, attestam o genio do architecto, embora cego para executa-las, mas em plena visão de Lynce para concebe-las.

* * *

Com a bulla de 4 de Maio de 1493, Alexandre VI traçou uma linha imaginaria, do polo Norte ao polo Sul, a cem leguas ao occidente do archipelago açoriano e resolveu, do alto da sua soberania pontificia, que os reis catholicos de Hispanha, Fernando e Isabel, e bem assim os seus successores nos thronos de Castella e Aragão, fossem os senhores de todas as terras já descobertas, ou que o viessem a ser, ao occidente e ao Sul daquelle meridiano.

Nessa mesma bulla pontificia, o papa determinava que o dominio sôbre taes terras era outorgado á Hispanha, a menos que houvesse nellas verificado occupação qualquer outro principe christão, antes do Natal de 1492, resguardando assim as conquistas de Portugal.

Por uma segunda bulla, Alexandre VI estabeleceu que os reis de Castella e Aragão teriam sôbre as novas conquistas os mesmos direitos e privilegios, que os reis de Portugal haviam conseguido da Sancta Sé para as suas descobertas em Africa e na India.

Uma terceira bulla, ainda em 1493, confirmou as anteriores e, para melhor assegurar aos subditos dos reis de Castella e Aragão o exclusivo direito de fazer descobertas nos mares do globo, annullou todas as outras concessões.

D. João II de Portugal reclamou, mas allegando, então, que essas bullas estavam em opposição ás concessões anteriormente reconhecidas pela Curia Romana á Corôa portugueza.

Assim, summariamente, em menos de um anno, S. S. Alexandre VI, o Borgia famoso, decidiu da metade do mundo, da

sorte dos povos que o acaso maravilhoso fazia surgir á prôa das caravellas castelhanas e portuguezas e, de um golpe só, desferiu sôbre a redondeza da terra um anathema inocuo, rasgando uma estrada ampla em que os navegadores rivaes se deveriam encontrar necessariamente, e dando origem a pendencias futuras, quasi inextricaveis.

Determinando que todas as descobertas, ao Occidente do meridiano traçado pela sua bulla, seriam hispanholas e as do Oriente seriam portuguezas, Alexandre VI, exquecendo ou ignorando a esphericidade da terra, não cogitou da certeza de um encontro inevitavel entre os pilotos das duas procedencias, ao navegarem embora a rumos divergentes.

E quando se topassem, uns e outros, na mesma latitude, as complicações haviam de surgir sem dúvida, como surgiram immediatamente.

A 5 de Junho de 1494, reuniram-se em Tordesillas, nas immediações de Valladolid, os representantes diplomaticos de Portugal e Hispanha e, dous dias depois, assignaram o celebre tractado que tem na Historia o nome da modesta localidade hispanhola, e que tão grande influencia exerceu, no futuro, sôbre as relações das duas soberanias da Peninsula Iberica, bem como das suas successoras na America do Sul.

Por esse documento internacional, que é o fundamento remoto da nossa Historia diplomatica, foi dada outra situação á linha imaginaria, que a soberania pontificia lhe attribuira na bulla de Maio anterior: as corôas temporaes da Peninsula erguiam-se acima da tiara papal infallivel e deliberavam com independencia absoluta sôbre cousas, que o vigario de Christo, por uma decisão inappelavel, decidira em ultima instancia.

O tractado de Tordesillas deslocou a linha traçada pela bulla pontificia, para 370 leguas ao Occidente de Cabo-Verde e estabeleceu que uma frota de quatro caravellas de Portugal e outras tantas de Castella, tripuladas por quem entendesse das sciencias geographicas, astronomica e nautica, procederia á determinação exacta do meridiano demarcador, dentro dos tres mezes seguintes á data do tractado.

Assim ficou resolvida a serie de pendencias, que foram suscitadas pelas bullas pontificias e pela descoberta da America; mas esse tractado não impediu que outras, e muitas, brotassem pelo correr dos annos, a proposito de limites entre as possessões de Portugal e Hispanha no Atlantico, sobretudo no Continente Sul-americano.

Parecerá um absurdo que esse documento, formulado seis annos antes da descoberta do Brasil, seja considerado o ponto de partida da Historia diplomatica brasileira; mas convem accentuar que delle partiram todas as negociações dessa natureza tendo por objecto a extensão das costas descobertas em 1500, destas terras, cujo encontro o proprio monarcha venturoso de Portugal attribuia ingenuamente a « uma dadiva milagrosa de Nosso Senhor, porque, « era mui conveniente e necessaria á navegação da India; porque « alli parou Cabral os seus navios e fez aguada... »

O tractado de Tordesillas, bem como as bullas de Alexandre VI, ficaram sempre lettra morta, não passaram de aspirações ou de simples demonstração inócua do poder temporal do papa, collocado entre os reis catholicos tal como medianeiro natural que conservava, ainda áquelle tempo, um resto do grande prestigio que na Edade-Media aureolava a Curia, e que permittiu ao successor de S. Pedro intervir com auctoridade, em Portugal, para desthronar d. Sancho II.

As tres bullas do papa e o tractado de Tordesillas não puderam ser executados, simplesmente porque a execução dependia de se fazer a medição das longitudes para fixação exacta da linha ficticia, que a bulla de Alexandre VI collocara a 100 leguas ao Occidente dos Açores, e o tractado de Tordesillas deslocara irreverentemente para 370 leguas ao Occidente de Cabo-Verde.

Não obstante haverem determinado os diplomatas portuguezes e hispanhóes em Tordesillas que a frota mixta das duas altas partes contractantes seria tripulada por quem entendesse das sciencias de marear, ao tempo em que tal succedeu, e ainda por muitos annos depois, não era conhecido de alguem o processo scientifico para medir as longitudes: consequentemente, impossivel se fazia o deter-

minar a localização da linha, que a suprema auctoridade do Summo Pontifice sonhara e suppuzera poder tracejar no Oceano, com facilidade egual á que despendêra para risca-la no pergaminho das suas bullas.

Nunca mais se chegou a definir a posição desse meridiano, nem mesmo no seculo XVI, quando appareceu o processo de Fernão de Magalhães e de Sebastião Cabot, que este acreditava ter sido a inspiração de Deus quem lh'o revelara, para suprema gloria do serviço d'el-rei.

E apezar da confirmação que ao tractado de Tordesillas deu a bulla pontificia de Julio II, em 24 de Janeiro de 1506, não obstante as conferencias de Badajós e de Elvas, entre os emissarios de Portugal e Castella, as cartas continuavam erradas, a medição não se fazia e os navegadores de uma e outra procedencia, por varios e oppostos roteiros, se encontravam nas mesmas paragens, como succedêra com o archipelago das Molucas, disputado por ambos os contendores, porque ambos o incluiram na região do globo que a sabedoria da Curia lhes offerecera com o meridiano tão difficil de acertar nas cartas, como facil fôra fixar nas bullas.

Finalmente, o problema capital da determinação das longitudes, que constituiu a grande preoccupação dos mareantes nos seculos XV, XVI e XVII, foi resolvido, tal qual succedeu a tantos outros de sciencia, de arte, de moral e até de religião, por um processo expedito e convincente, em que, nem a Algebra, nem a Astronomia tiveram collaboração : d. João III de Portugal pagou a Carlos V de Hispanha 350.000 ducados de ouro, o grande imperador abriu mão das suas pretenções sôbre o archipelago das Molucas, e o tractado de Tordesillas, oriundo das bullas sagradas de Alexandre Borgia, e sagrado pela bulla de Julio II, vive na Historia da diplomacia e no Direito Internacional apenas para assignalar o inicio de um periodo, em que a Diplomacia portugueza entrou a considerar as terras cabralinas como objecto das suas cogitações, e para fundamento do *uti possidetis*.

A 22 de Abril de 1529 celebrou-se em Saragoça a escriptura de Convenção, pela qual o imperador da Allemanha e rei da His-

panha, d. Carlos V, vendeu ao senhor rei de Portugal d. João III e seus successores, por 350.000 ducados de ouro, a propriedade e posse ou quasi posse e o direito de navegação e commercio de « *Moluco e Islas*, lugares, tierras y mares», segundo se declara no referido contracto. « Foi, outrosim, concedido pela Hespanha a Portugal tudo o que por qualquer via ou direito lhe pertencesse ao Occidente de outra linha meridiana imaginada pela Ilha das Velas, situada no mar do Sul, a dezesete graus de distancia das Molucas, com declaração que, si não fosse impedida a navegação da dicta linha, para o Poente, se consideraria extincto aquelle facto ; e mais se estipulou que quando alguns vassallos hispanhóes, por ignorancia ou necessidade, entrassem dentro della, e descobrissem algumas terras ou ilhas, ficasse tudo pertencendo a Portugal ».

* * *

Coube ás descobertas de Christovam Jacques o condão de provocar as primeiras negociações diplomaticas sôbre cousas e terras brasileiras. O mais antigo documento dessa especie, de que temos exacta noticia, é a carta que, em 23 de Dezembro de 1527, escreveu João da Silveira, embaixador de Portugal em Paris, e que, por ordem de d. João III, foi assassinado em Avignon, depois de ter exercido o alto cargo de trinchante d'el-rei e de haver desempenhado a missão de commandar a frota que conduziu a Nice a Infanta d. Beatriz, noiva do duque de Saboia, quando foi merecer a honra de partilhar a meias o thalamo ducal.

E' a esse incidente historico, por si bastante para pintar a nobre consciencia d'el-rei, que se refere a sextilha attribuida ao amigo e émulo de Bocage, o abbade de Jazente :

« De tanto trinchar no Paço
« faizões á meza real,
« mister em que era collado,
« Senhor de faca e baraço,
« João da Silveira, afinal,
« como um capão foi trinchado. »

Nesse documento, o embaixador denunciava a el-rei que o almirante de França aprestava uma esquadra de cinco náos, para se fazerem de vela ao entrar a primavera de 1528, a rumo do « rio que descobriu Christovam Jacques ».

Os documentos, que depois desse apparecem nos archivos portuguezes, sôbre negociações diplomaticas referentes a terras brasileiras, são os que tractam da missão enviada por Francisco I a Lisboa, a 18 de Janeiro de 1529, acreditando no cargo de seu negociador a Helies Alésge d'Angoulême. Essa missão durou seis mezes, de modo que, já a 3 de Julho, em Crucy, o representante francez dava contas da missão ao proprio rei, que lh'a confiára. Não foi muito feliz o diplomata Angoulême, e Franscisco I propoz novas negociações ; os delegados dos dous monarchas se avistaram em Bayonna e Fonterrabia, surgindo desse encontro um tractado de paz e alliança, cujo principal objectivo era acabar definitivamente com as cartas de marca. Assignados os preliminares em Fontainebleau, a 4 de Agosto de 1531, veiu a romper-se o tractado, em virtude do ataque da armada de Martim Affonso contra os navios francezes.

Não é de admirar que este mareante fosse causa e origem de repetidas reclamações de extranhos, quer de Castella, quer de França, porquanto o seu character, sendo de bem ruim estofa, estaria sempre em situação de crear á sua patria desagradaveis occurrencias.

São de um historiador conspicuo de Portugal as seguintes palavras asperas, que retratam o homem de confiança de d. João III para as entreprezas, de que se encarregou nas costas do Brasil:

« Martim Affonso de Sousa é um heroe cynico. Valente como « poucos, habil general, sagaz administrador, politico intelligente, « não approveitava todas estas qualidades sinão para satisfazer o « seu amor immoderado da rapina, a sua insaciavel cobiça. De » nada approveitaram os seus dotes ao Estado da India, porque « durante os tres annos que governou, não pensou sinão em gran- « gear dinheiro por todos os modos, ou pelas armas, ou pela « venalidade, ou pelo peculato. » Tal era o homem.

Essa raça damninha deixou raizes, os phenomenos do atavismo fizeram o resto, de modo que não ha como extinguir a semente, que proliferou na terra ubertosa que Cabral revelou ao mundo.

Em 1531, surgiu nova pendencia; esta, agora, em Castella, em virtude da occupação de um porto do Rio da Prata pela frota de Martim Affonso de Sousa. A reclamação de Castella não se fez esperar, e com tal vehemencia foi feita, que o diplomata de Portugal houve de se occupar muito seriamente de tal assumpto. Todo esse negocio diplomatico, segundo informa o visconde de Porto Seguro, foi tractado por aquelle representante portuguez, em cartas, algumas das quaes cifradas, que alcançam de Septembro a Dezembro do mesmo anno, e das quaes se vê que a imperatriz, irmã d'el-rei de Portugal, com este se empenhou para que pudesse Castella saïr bem da pendencia, mandando d. João III que Martim Affonso regressasse ao Tejo.

Já a esse tempo as saias tinham nas negociações diplomaticas importantes, tal qual succede ainda hoje, uma influencia talvez mais efficaz e fecunda que a intelligencia dos Metternichs daquellas éras, em que a graça delicada da gavota transtornava o cerebro dos reis e dos cardeaes.

Ambal-as altas partes reclamavam a honra e a gloria de senhorio sôbre o Rio da Prata: el-rei de Portugal affirmando que ao tempo do seu venturoso antecessor uma frota lusitana, sob as ordens de d. Nuno Manuel, havia feito o descobrimento da cobiçada paragem, el-rei de Castella allegando, por intermedio do seu Conselho da India, que se achava na posse antiga desse pedaço do paraiso terrestre.

São de 1532 os protestos do almirante de França contra as tomadias de navios, gentes, e fazendas, feitas por Martim Affonso em terras da costa brasileira; recebeu esses protestos o diplomata de Portugal, Diogo de Gouvêa, para communica-los a el-rei. Surgiu então pela primeira vez, na correspondencia desse representante lusitano, a idéa de dividir o Brasil em capitanias concedidas a donatarios.

Em 1535, Francisco I enviou nova missão a Lisboa, confiada aos talentos de Micer Raimundo Relison como embaixador, sendo representante de Portugal na côrte de França, Rui Fernandes, para que se negociasse um tractado de franca, livre e segura navegação e, no anno seguinte, o monarcha francez asseverava ao diplomata lusitano que os navegadores, seus subditos, não voltariam mais ao Brasil.

Como, porém, não conseguisse impôr a sua auctoridade de rei áquelles que de França se aventuravam aos azares do Oceano, em busca das preciosidades das novas terras descobertas, entre Portugal e França de novo se celebrou um tractado, avistando-se os negociadores em Baionna, no dia 16 de Agosto de 1537. Diziam sôbre a justiça das pretenções portuguezas o bispo de Cabo-Verde que, tendo fallecido, foi substituido pelo bispo de Çafim, e o desembargador Affonso Fernandes. Taes difficuldades houveram de vencer os diplomatas de amba-l- as partes, que ainda em 1542 não estava concluida a convenção alludida, e Christovam Falcão, de Roma, podia enviar documentos elucidativos para servirem á decisão das « negociações que s. a. d. João III trazia com « el-rei de França. »

Das informações de Christovam Falcão consta que uma náo franceza que ao Brasil, de Portugal viera em busca de mercancias, arribara por via de temporaes, a um porto de Apulia, onde mostrou que conduzia 600 papagaios. Si esses loquazes representantes das primitivas selvas brasileiras lograram ou não convencer os negociadores de Baionna dos direitos de Portugal, não n'o diz a chronica ; nem o bispo de Çafim, nem Christovam Falcão nol-o transmittiram, e grande pena é, por assim ficar em perpetuo desconhecimento este ponto obscuro da Historia diplomatica brasileira : a influencia dos papagaios nas relações internacionaes.

* * *

Segue-se largo periodo de quasi um seculo, durante o qual o Brasil foi theatro de uma serie immensa de luctas entre a ambição

de conquista hispanhola, franceza e hollandeza, fundamente aggravada pela dominação philippina em Portugal, por largos 60 annos, sem que a Diplomacia lusitana se distinguisse, de qualquer forma, em relação á terra aonde d. Antonio Oquendo, Jansen Patter, Villegaignon e Mauricio de Nassau vieram colher glorias para os seus nomes, triumphos para as suas patrias e fortunas para as suas bolsas.

Em 1615, a 2 de Novembro, celebrou-se a capitulação dos Francezes de La Ravardière, em S. Luiz do Maranhão, figurando nesse documento o nome de Alexandre de Moura, governador de Pernambuco, o qual acudiu alli e fez partir para Europa os prisioneiros vencidos.

Dez annos depois, em 1625, a 30 de Abril, houve a capitulação dos 2.000 Hollandezes do coronel Kliff, na cidade da Bahia, rendida a d. Fradique de Toledo, que commandava a esquadra hispano-portugueza.

Dez annos depois, em 1635, a 19 de Junho, deu-se a rendição de Porto Calvo, onde os 420 Hollandezes do major Picard resistiram ás forças de Pernambuco, sob o commando superior de Mathias de Albuquerque, o qual os aprisionou e mandou para Hollanda, com excepção de Calabar, o calumniado traidor, que por ironia da sorte e da palavra foi justiçado.

Dez annos depois, em 1645, a 4 de Agosto, verificou-se a rendição dos 111 Hollandezes de Serinhaem, os quaes, ás ordens de Lambertzs, se entregaram a Paulo da Cunha, official das tropas de André Vidal de Negreiros; a 3 de Septembro a rendição da fortaleza do Pontal, defendida pelos hollandezes Hoogstraten e Vander Ley; a 17 de Septembro a rendição de Porto Calvo a Christovam Lins; a 19 de Septembro, a rendição da fortaleza do Penedo com 266 Hollandezes, ás fôrças de Nicoláo Aranha.

Dez annos depois, em 1654, a 15 de Janeiro, deu-se a rendição do forte das Salinas, com oito officiaes e 70 soldados, que sobreviveram ao bombardeio; a 19, a rendição da fortaleza de Altenar, com o commandante Berghen, 11 officiaes e 227 sol-

dados; a 22, a rendição do reducto de Milhou, com o capitão Brinck e 52 soldados, unicos sobreviventes da segunda batalha dos Guararapes.

Entre esses quatro decennios de capitulações e rendições, o que de mais notavel ha a registar, como trabalho da Diplomacia portugueza, attinente aos interesses do Brasil, é, apenas, a provisão régia de 1641, pela qual d. João IV concedeu liberdade de commercio aos subditos das Provincias Unidas dos Paizes-Baixos; seguida do tractado de treguas e cessação de hostilidades, do mesmo anno, entre d. João IV e os Estados Geraes dos Paizes-Baixos.

De resto, a Diplomacia adormeceu na somnolencia beatifica da indifferença, enquanto as riquezas deste abençoado paraiso de maravilhas americanas enchiam os corsarios de todas as procedencias.

Ao tempo de Miguel de Vasconcellos, esse, sim, traidor, villão e ebrio contumaz, que foi apêado do governo pelos conspiradores triumphantes de 1640, nesta riba do Atlantico onde os Hollandezes se haviam estabelecido e fortificado, um grande espirito se alevantára nas azas da eloquencia sagrada e se tornára celebre pelos rasgos de um vasto e profundo saber: era o padre Antonio Vieira, o mais notavel dos jesuitas que aquelle seculo produzira e que tão alto havia de erguer o Pulpito e a Diplomacia, desvendando para o Brasil um futuro de grandezas.

Quando o marquez de Montalvão, d. Jorge de Mascarenhas, e os notaveis da Bahia, reconheceram o govêrno do duque de Bragança que a revolução victoriosa elevara ao throno com o titulo de d. João IV, o marquez enviou a Lisboa seu filho d. Fernando, a communicar a el-rei que a parte da colonia, sob o seu govêrno, o havia reconhecido: compunham essa missão os dous jesuitas celebres: Simão de Vasconcellos e Antonio Vieira; a este já os eloquentes sermões haviam coberto de fama.

O genial jesuita conseguiu insinuar-se na confiança de d. João IV e por tal forma, que dentro em pouco, logrou subir a cargos de alta representação diplomatica, posições nas quaes os seus talentos destacavam, muito embora por vezes se approximassem

da fraqueza alguns actos, que feriram fundamente os melindres da alma portugueza.

Não ha, por honra do insigne prégador o cremos, felonia nos seus actos de diplomata, e, si tal culpa deve ser lançada a alguem, ao rei de Portugal ella haverá de caber inteira e não ao astuto padre da Companhia de Jesus, que executava as ordens recebidas de el-rei, seu augusto amo e senhor, com a humildade habitual e characteristica das naturezas que a severidade da monita de Sancto Ignacio adormecia ou mutilava, antes de as admittir ao convivio dos seus secretos designios, para domina-las absolutamente depois de as empolgar.

— Joaquim de Araujo, o delicado poeta e distincto consul de Portugal, em Genova, escreveu de Vieira, lamentando não haver «um livro que alevante o perfil desse grande homem, a maior cabeça « politica peninsular do seculo XVII, a mais elevada gloria que a « Companhia de Jesus vingou conquistar em terras portuguezas « e um dos escriptores que dão lustre e honra a uma litteratura. . . « essa eloquencia assimiladora e dominante, que empolgava os « simples e os humildes, conquistando, d'uma avançada, monarchas « e poderosos e arrastando a Curia romana atrancar as decisões « da Inquisição de Portugal, com a mesma persuasão que subjugou « as tribus selvagens do Brasil e os frios soliloquios dos rabbinos « das synagogas hollandezas ».

Napoles era a fonte de perigos para a Hispanha, e conforme a habilidade do govêrno de d. João IV, redundariam elles em vantagens para Portugal : fomentar a insurreição naquelle pedaço da peninsula italica, parecia de bom conselho, e o marquez de Niza, que então representava a corôa lusitana em Paris, recebeu instrucções reservadas em tal sentido, mas quando procurou torna-las effectivas por intermedio do principe de Galiano, todos os seus exforços se perderam pela prisão do intermediario.

Em 1649, el-rei d. João IV resolveu approveitar para esse fim as habilidades do seu confidente padre Antonio Vieira e mandou-o a Roma, auctorizado a despender até 600.000 cruzados, para confabular com os Napolitanos e induzi-los á revolta contra

o Governo da Hispanha, mas procurando conseguir que a França se encarregasse dessa prebenda, entregando a Condé a mesma missão que o duque de Guize anteriormente experimentara.

Para tal encargo, o astuto sermonista havia já revelado habilidades notaveis : em 1647 fôra á Hollanda e á França para accompanhar de perto, e em segredo, a conducta dos embaixadores e principalmente com o fim de negociar o consorcio do principe d. Theodosio com mademoiselle de Montpensier, segundo uns, ou com a filha do duque de Longueville e sobrinha do principe — Condé, conforme outros.

Pela quantia exigua de 600.000 cruzados levava o padre embaixador a ordem de comprar a consciencia e o patriotismo dos Napolezes ; ou em muito baixa monta el-rei d. João IV havia a nobreza d'alma dos rebellados vizinhos do Vesuvio, ou em muito alta conta fazia elle a astucia do jesuita da Bahia, que por tal somma não se chegaria hoje a peitar um só politico de somenos altitude.

Não referem os chronistas do tempo quantas consciencias chegou elle a açambarcar com tão pouco ; mas, compensando a falta, nos ensinam de quantas habilidades e engenho fez elle praça e uso, por bem de conseguir a mão da formosa Montpensier ou Longueville, para o filho d'el-rei. O velhaco jesuita bem sabia o que convinha em tal caso ao herdeiro do throno, que elle proprio e os seus ermãos da Companhia tinham educado no mesmo fervoroso amor de Deus e no maior medo ás tentações da carne, por forma tal que, *si vera fama est*, o moço principe veiu a fallecer aos 19 annos, entregando ao Senhor uma alminha livre de peccado pelas 13 confissões geraes que fizera nos ultimos tres annos, e á terra da patria legando um corpo que saïa da vida, tal qualmente entrara nella, exempto de macula, casto e virgem, como succedeu com o cardeal d. Henrique, após o desastre de Alcacer-Kibir.

Nem soube nunca a preciosa Montpensier o que perdeu com a morte prematura do Bragancinha seu noivo, nem o principe sonhou jamais com a gemma d'alto quilate, que para o seu thálamo real lhe andara negociando a astucia do padre Vieira, seu perverso conselheiro.

Neste detalhe, perdido em meio do seculo XVII, talvez a Diplomacia brasileira haja encontrado fundamento para os dous actos similhantes que levaram a Vienna, em 1816 e ás duas Sicilias, em 1842, as embaixadas incumbidas da missão de buscarem pelas côrtes da Europa, as futuras e mallogradas imperatrizes do Brasil: a archiduqueza d'Austria d. Carolina, para esposa do principe real d. Pedro d'Alcantara e a princeza d. Tereza Christina para consorte do segundo monarcha; a primeira destinada a finar-se lentamente até se perder na morte, aviltada injustamente pela preferencia do marido á concubina escandalosa que a Chronica perpetúa com as armas heraldicas da marqueza de Santos; a segunda guiada á dolorosa sorte do repudio, que a revolução triumphante converteu em morte no exilio. Parece, pelas consequencias, que missões dessa natureza devem ser preferentemente confiadas a padres como Antonio Vieira; este padre escolheu o fructo que convinha á castidade bragantina de d. Theodosio, caso sporadico no ramo portuguez de tal dynastia, e elegera a formosura de uma encantadora Montpensier para companheira do futuro senhor d'aquem e d'alem mar; tinha ou teve dedo o eximio prégador d'el-rei para funcção de tal delicadeza: Cupido não fôra melhor embaixador; ao passo que mais tarde, 195 annos depois, o diplomata palaciano, que o imperador encarregou de escolher a companheira da sua vida, do seu throno e do seu thálamo, não deu mostra de muito gosto esthetico, nem de muita consideração pelo noivo que devia servir, a julgar pelas palavras de um chronista da epocha, testimunha presencial do incidente que turbou por largo tempo a alma sonhadora do joven imperador do Brasil, esbelto, elegante e fino.

« No podìa escojer mujer *de visu*, mar por medio como se
« allaba de los tronos en que pullulaban las candídatas; y las dis-
« tancias por mar y aun por tierra eran entonces diez veces mayores
« que en la actualidad. Comissionó, pués, a unos palaciegos para
« que recorrieran el viejo mundo vísitando cortes y coleccionando
« míniaturas, las que le permitíeran elegir a Teresa Crístina de
« Borbon, la más agraciada, símpatica y atrayente, segun las cir-

« cumstancias febracientes del pincel, para compartir con el los es-
« trados del trono y el tálamo ímperial. Una embajada fué enviada
« a Napoles, a bordo de un buque de guerra, que debía traer a
« Rio á la imperatriz del Brasil, desde que, gracias a un poder en
« forma la ceremonia consorcial debía realisar-se antes de la par-
« tída, como realmente se realisó, en el palacio real, á la incandes-
« cente claridad del Vesubio.

« El novel principe, en la plenitud de las illusiones y de los
« ardores de la juventud, contaba y descontaba los días y veia
« correr las horas con la más natural y humana de las impaciencias.
« Por fim se anuncia la imperial fragata, á lo lejos, empavesada
« y, poco después, entre las estruendosas salvas de las fortalezas
« y el alborozado repicar de las campanas, Don Pedro, presuroso,
« anhelante sube á bordo acompañado por un séquito suntuoso....
« Viene a su encuentro una mujer pequeña, tosca, que cojeaba...
« No puede ser ! Si, se parece al retrato, en efecto, pero no és la
« del retrato... »

Não era a do retrato, á parte a parecença ; era, porém, uma bonissima e virtuosissima senhora, o que não impediu que começasse por derramar copiosas lagrimas ao desembarcar, até que d. Pedro, dias depois, se submetteu ao seu destino, destino que acabou por não lhe ser pezado, não obstante nunca se haver dissipado do seu espirito, extendendo-se, até os seus descendentes, o resentimento que lhe inspirou a perfida conducta dos seus embaixadores.

Amargo destino o da sancta creatura que foi durante quarenta e septe annos a cognominada Mãe dos Brasileiros : desembarcou em lagrimas provocadas pela fealdade do seu corpo e, depois de quasi meio seculo, gasto em revelações de uma alma feita de rosas, embarcou de novo entre lagrimas provocadas pela excelsa belleza do coração !

Antonio Vieira, depois de taes demonstrações de tino, estava talhado para a missão, que d. João IV lhe confiara. Entretanto, talvez por um resto de leveza que lhe ficara de tractar cousas attinentes a interesses de amor, o jesuita não se houve, dessa feita, com

discreção que fôra de exigir-se, desgostou o marquez de La Caya, e a missão, si não foi á garra tambem não progrediu.

El-rei sentia sôbre a cabeça o pêzo da corôa, de que a revolução de Dezembro lhe havia feito mercê, e sôbre os hombros a responsabilidade de a manter na dynastia de Bragança, muito embora a honra da Patria portugueza viesse a ficar lanhada e gottejante.

O jesuita, portanto, entre as instrucções mysteriosas que recébeu em Lisbôa, no paço da Ribeira, levava uma que lhe devia encher toda a consciencia, e bem larga e funda era ella, por conter tal instrucção um segredo de Estado, cuja revelação, si viesse a lume, poderia custar tamanha imprudencia o sacrificio da soberania lusitana.

D. João IV via na paz de Westphalia um poderoso esteio á majestade da Hispanha; evitar um attrito com a vizinha, rival e forte, era todo o seu empenho; si a corôa lhe viera ás mãos, deixa-la perder seria um desastre e uma derrota para o seu egoismó e para a sua vaidade. Afim de impedir o desastre e conservar a corôa, o padre Antonio Vieira devia riscar da memoria as negociações em que se empenhara para casar a filha de Montpensier com o principe d. Theodosio e, Mercurio de sotaina, encaminhar a onzenice diplomatica de geito a que o pudíco successor do throno bragantino ligasse o coração e a virgindade dos seus 18 annos incompletos ao coração e á virgindade da infanta de Hispanha, a filha de Philippe IV.

E a alma do prégador bem se exforçou em facundia para convencer os diplomatas de Madrid que tal consorcio viria a ser a garantia da União Iberica, do regresso de Portugal á corôa de Hispanha, porque, realizado o casamento, Philippe IV teimaria em não reconhecer a legitimidade da corôa de d. João IV, este abdicaria no principe, seu filho e na princeza sua nora e.... consequentemente, no proprio Philippe IV, que os conjurados de 1640 haviam escorraçado da patria.

E' muito para se pôr em dúvida a sinceridade do diplomata advogando com tal fervor essa idéa do casamento dos principes,

com o fim de conseguir o consorcio das duas corôas peninsulares: contra essa sinceridade se levanta o parecer que elle mesmo, padre Antonio Vieira, em 1676 deu, oppondo-se a que o casamento da infanta portugueza, filha do regente, mais tarde rei d. Pedro II, fosse feito em Castella, «com fundamento de que, illudida facilmente a promessa de residir a Côrte em Lisboa, só feita por Castella com animo de enganar, para introduzir-se com o casamento, isto é, dando a princeza e a corôa, Portugal não faria mais do que comprar o antigo captiveiro».

Não se póde affirmar com segurança quando foi sincero o padre Antonio Vieira, si em 1650 ao offerecer, como diplomata portuguez, a diplomatas hispanhóes, o casamento do principe de Portugal com a infanta hispanhola, si ao condemnar em 1676, como consultor do Reino, o casamento de um principe de Castella com a infanta de Portugal.

Si bem lhe ordenara el-rei, seu augusto amo e senhor, bem executara o famoso prégador seu confidente: em troca de tantas vantagens, Vieira exigiu apenas que a Côrte da futura monarchia iberica fosse transferida para Lisboa, exigencia que em 1676 transformou elle em argumento contra o alludido consorcio.

Madrid rejeitou tamanha liberalidade, chegou a ameaçar o embaixador portuguez, e Vieira houve de saïr de Roma, deixando desnoivado o principe Theodosio, o qual se finou em 1653, entre confissões e cilicios, sem ter tido a ventura de conhecer nenhuma das tres princezas encantadas e promettidas, que o padre diplomaticamente lhe alcovitara.

E antes que o principe se partisse á gloria da vida eterna, o prégador d'el-rei, vencido nas missões diplomaticas, abalou-se pelo mar afóra e em Janeiro desse anno aportou a S. Luiz do Maranhão, a exercer, como superior, o encargo de levar pelas florestas interiores do Norte as missões de catechese dos indios, missões nas quaes, como em outras que lhe confiou el-rei em côrtes da Europa, foi tambem vencido.

E, preso, se retirou, para sempre, das terras do Maranhão, no tombadilho da náo *Sacramento*, ironia dolorosa do destino, ao

genio assombroso do pulpito, que tanto se batera pela liberdade dos Indios e pela victoria do Sacramento lustral, *ad majorem Dei gloriam.*

O illustre escriptor e prégador bahiano rvdo. José Basilio Pereira, da nobre estirpe de oradores de que Manuel Victorino foi modêlo superior, em uma conferencia brilhantissima e de largo folego historico, estudou com grande proficiencia a psychologia de Antonio Vieira como diplomata, exgottando o assumpto. A defesa que sustenta das intenções, do saber, da habilidade diplomatica e do patriotismo do padre Vieira, é um alto monumento á gloria do prégador eximio. Entretanto nas questões da cessão de Pernambuco e dos casamentos do principe Theodosio e do bastardo de Philippe de Castella o exfôrço do defensor não chega a vencer os accusadores do diplomata, si bem que deixe em perplexidade o espirito de quem o lê. Quanto á honra pessoal do grande sermonista, essa fica pairando, na defesa do Bahiano illustre, como obra prima de sinceridade, de argumentação e de prova: a reputação do diplomata do seculo XVII apparece illibada, *ad majorem Patriæ gloriam.*

A diplomacia do afamado prégador duas vezes attingiu directamente o Brasil.

Si houve tempo em que o rei de Castella repelliu a proposta casamenteira do Mercurio portuguez, pouco depois era esse govèrno quem, exquecendo o repudio anterior, procurava agitar o enlace de d. João d'Austria, bastardo de Philippe IV, com a infanta de Portugal, d. Catharina, mais tarde rainha de Inglaterra, para que ao novo casal de reis coubesse o throno portuguez, tocando a d. João IV o throno do novo reino do Brasil, ou a corôa da Sicilia. A idéa naufragou.

Entretanto, não era ella original: ao padre Antonio Vieira pertencia a paternidade dessa solução: — quando as circunstancias politicas de momento collocaram Portugal em situação de desfavor.

E que não havia absurdo na proposta aventada pelo confidente do duque de Bragança, provou-o, 160 annos depois, a

viagem, um tanto apressada, do principe regente d. João, com toda a familia real, acossado pelas baionetas invasoras de Junot. Entretanto, ainda em tempo da regencia da rainha d. Luiza, o projecto do padre Vieira esteve a pique de se realizar, quando o tractado dos Pyreneus collocou Portugal em situação verdadeiramente critica; na Hispanha triumphara a diplomacia de d. Luiz de Haro; na França triumphara o genio de Mazarino. E nesse tractado, que Ourossow classifica entre os mais notaveis duellos da diplomacia, celebrado na ilha dos Faizões, ao meio da corrente do Bidassôa, em Novembro de 1659, figuravam aquelles dous vultos superiores, que Voltaire distinguiu com os applausos do seu genio : a victoria desses diplomatas redundou em ameaça cruel á independencia de Portugal.

O diplomata jesuita, pois, tinha larga visão politica, sabia descortinar o futuro e entreviu num porvir longinquo a côrte no Brasil, o throno de um imperio novo.

* * *

Tractava-se de Pernambuco : os Hollandezes estavam senhores daquella joia brasileira e parecia empresa difficil, sinão impossivel, expulsa-los dalli pelas armas, num decisivo movimento de reconquista.

Acudiu então a idéa de rehaver Pernambuco, a titulo oneroso : Portugal propunha-se a comprar o que lhe pertencia, e dous homens de grande auctoridade adoptavam esse meio de solver a difficuldade : o marquez de Montalvão e o padre Antonio Vieira; este, principalmente, que exercia sôbre o espirito d'el-rei uma influencia decisiva, chegou mesmo a formular o processo práctico de se attingir esse fim, para que Pernambuco jamais saïsse dos dominios da corôa lusitana e se não quebrasse ao longo da costa atlantica a continuidade da terra, que Cabral desvendara para a corôa de d. Manuel.

No entanto, e mais uma vez o padre Vieira revelou a versatilidade das suas opiniões, a cegueira da sua submissão ao rei.

A proposta de compra de Pernambuco não agradou aos Hollandezes, que a receberam, principalmente quando o embaixador francez lhes fez ver o que havia por trás desse accòrdo, proposto ao mesmo tempo que o govèrno portuguez mandava alimentar a insurreição pernambucana.

Os Estados hollandezes repelliram a proposta, resolveram fazer a guerra a Portugal em todos os seus dominios, e assim participaram ao embaixador de d. João IV, Francisco de Sousa Coutinho.

A esse diplomata deveu Portugal a salvação, porque, excedendo os limites da sua missão, levou ao govèrno hollandez, em nome d'el-rei, a desistencia dos direitos de Portugal sôbre Pernambuco, de modo que a Hollanda abandonou as suas intenções bellicosas.

O egoïsmo bragantino do rei exultou, e embora a opinião do reino repellisse a solução da contenda, o padre Antonio Vieira, que pouco antes havia aconselhado a acquisição de Pernambuco, por compra aos Hollandezes, naquella emergencia opinava contrariamente para lisonjear el-rei e não trepidou em redigir o *Papel Forte* com o fim de justificar a entrega daquelle florão da corôa lusitana aos conquistadores.

Assim, com tantas e tão grandes leviandades de espirito, o eloquente jesuita auctorizou o juizo dos posteros a classifica-lo entre os homens de genio, mas sem character, e a descobrir-lhe « no procedimento politico manchas impossiveis de disfarçar », como escreve um conceituado historiador portuguez do seculo XIX.

E, realmente, a questão diplomatica da compra de Pernambuco aos Hollandezes, seguida immediatamente da sua cessão completa, foi a derrota irreparavel de Antonio Vieira, que deixou nas suas obras maravilhosas de estylo, de eloquencia e vernaculidade, documentos flagrantes da inconsistencia lamentavel das suas convicções e da censuravel fraqueza, com que o seu extraordinario talento e o seu vastissimo saber se prestavam a pensar pela forma que el-rei exigisse, embora sôbre o mesmo assumpto houvesse de se manifestar em diametral opposição a si mesmo, no curto espaço de um mez.

Mas si o character do padre Vieira tanto se amoldava ás exigencias da Monita, ao ponto de accompanhar voluvelmente a vontade inculta d'el-rei, os talentos e a sabença do grande homem eram incontestaveis e fariam delle um estadista de notavel estatura, si á profundez dos seus estudos se junctassem a energia e a rigidez moral.

As suas ideas boas eram, felizes e fecundas as suas iniciativas, mas si dúvida houvesse no conceito do epico: — « um fraco rei faz fraca a forte gente » — a vida do padre Antonio Vieira, na atmosphera do paço da Ribeira, na intimidade do rei bragantino, dissipa-la-ia, por que a grandeza dos seus projectos de estadista não poude desfazer a desagradavel impressão das suas contradicções, humilhantes para um genio de tão elevado quilate.

Antonio Vieira revelou-se um economista versado e profundo.

Começando por libertar os judeus e as suas fortunas das exigencias da Inquisição, o padre Vieira conseguiu firmar em Portugal os capitaes volumosos, que esses perseguidos deixavam de movimentar no commercio para não perde-los pelas extorsões do Sancto-Officio.

Propoz simultaneamente a fundação de um banco e a organização de companhias de commercio, moldadas pelo modêlo hollandez; a prohibição de navegarem pelos mares do Sul navios inferiores a 400 toneladas e 20 peças de artilharia.

Pretendeu elevar o commercio á altura de uma profissão nobilitante e não, como até alli, aviltadora, admittindo-se nos negocios de Portugal os extrangeiros inimigos da Hispanha; pleiteou a abolição de distincções entre velhos e novos christãos e a reforma do processo de julgamento pela Inquisição.

Nem tudo se fez, mas a Companhia de Commercio teve realidade e, por alvará de Fevereiro de 1649, foi ella instituida para explorar o commercio do Brasil.

O papa, em um breve, fulminou a Companhia, e o padre Vieira conseguiu que d. João IV, por sua vez, fulminasse o breve pontificio; a Companhia iniciou os seus trabalhos, até que, em 1657, a rainha viuva d. Luiza, com o decreto de 2 de

Fevereiro, lhe vibrou o primeiro golpe mortal, extinguindo-se ella em 1720.

Sôbre todas as ideas de excellente administração, de larga politica interna, porém, a que mais avulta a sua figura na Historia é, incontestavelmente, a da libertação dos Indios no Brasil, que elle prégou, advogou e defendeu e que, de 1653 em deante, no desempenho do cargo de superior das Missões no Maranhão, constituiu todo o seu empenho, todo o seu orgulho, enchendo e exgottando o resto de uma vida cheia de ensinamentos, vasta em annos, fecunda em serviços á Patria, a Deus e á Humanidade durante 89 annos, dos quaes alguns amargurados pelas perseguições da Sagrada Inquisição.

O padre Antonio Vieira falleceu em 1697, mas o seu papel de diplomata e conselheiro d'el-rei terminára havia quarenta e quatro annos, no momento de regressar ao Brasil, como superior das Missões no Maranhão.

* * *

Dous annos antes de expirar o padre Vieira, nasceu em Santos Alexandre de Gusmão.

Quando houve de ser negociada a paz, cançada a Europa da longa e terrivel guerra da Successão ao throno de Hispanha, coube ao conde da Ribeira Grande a missão de embaixador de Portugal e a Alexandre de Gusmão o encargo de a secretariar. A embaixada chegou a Paris em 1715. Era de esperar que, filho do Brasil, o moço diplomata, encetando a sua carreira aos vinte annos apenas, fizesse pela sua patria, embora colonia, tudo quanto dos seus talentos havia a esperar.

Muito embora ao serviço d'el-rei d. João V, que em 1720, portanto aos 25 annos, o destinara ao Congresso de Cambray com outros embaixadores, preferiu o monarcha destaca-lo para a Curia Romana, perante cuja auctoridade deveria auxiliar seu ermão Bartholomeu, no decurso de dous mezes, em pleito que então se debatia para obtenção das bullas pontificias referentes — ao serviço da Patriarchal de Lisboa e ás quartas partes dos Bispados, voltando então a Cambray, logo que estivessem impetradas aquellas bullas.

Entretanto, as incumbencias de Lisboa se succediam, e entre ellas a que se referia á obtenção do titulo de *Fidelissimo* —, deveria enflorar a côroa de d. João V. Tudo isso lhe valeu, aos 28 annos, o titulo de Principe Romano, que el-rei não lhe permittiu acceitar.

Quem tanto merecera do papa, do rei não lograra a nomeação de conselheiro d'Ultramar, e só em 1742 foi elevado a tão alta dignidade, pelos modos mais alta que a de principe papalino, não obstante caber-lhe a direcção dos negocios de Roma, desde 1731 até 1740, e dos negocios internos que el-rei confiara ás suas reconhecidas sabedoria e compostura.

Coube ainda a Alexandre de Gusmão a gloria de transformar fundamentalmente o processo de escolha e provimento dos bispos de Portugal, abolindo-se o costume de os prover a Curia, *ad supplicationem*. Taes foram as razões de sciencia pelo diplomata brasileiro adduzidas, que d. João V resolveu adopta-las em *ultimatum* á Sancta Sé, e conseguindo, afinal, que o provimento se fizesse *ad præsentationem*, como depois das minutas de Gusmão se constituiu, para o futuro, o direito do Real Padroado portuguez.

Após tantas e tão repetidas futilidades, que a beatice do devasso violador de Odivellas erguera á altura de principios internacionaes, entregues á fama e ao engenho preclaro de habeis diplomatas, teve felizmente Alexandre de Gusmão o ensejo de ser util á patria nativa, deixando de sua carreira triumphal pela diplomacia um monumento imperecivel.

O tractado de Utrecht, em cuja confecção collaborou d. Luiz da Cunha, embaixador de Portugal e amigo de Alexandre de Gusmão, havia sido grosseiramente sophismado, e o marquez de Grimaldi fugia a restituir a Portugal a Colonia do Sacramento, tal como determinava expressamente o art. 6º. Por esse facto de evidente fé punica e pela injuria feita ao embaixador de Portugal em Madrid, Pedro Alvares Cabral, a guerra entre as duas nações da Peninsula esteve a pique de estalar, chegando el-rei d. João V ao extremo de collocar na fronteira um exercito de 40.000 homens.

Alexandre de Gusmão suscitou os bons officios da Grã-Bretanha e, redigindo as condições da negociação, revelou a sua alta

capacidade politica. D'ahi provém o esbôço perfeito de demarcação das fronteiras brasileiras e uruguaias estudadas e assentadas no Tractado de limites de 13 de Janeiro de 1750. A tal respeito, assim se exprime o visconde de Porto Seguro:

« Um serviço da maior transcendencia, que alçará seu nome « nos fastos do Brasil, foi o primeiro gisamento geral das nossas « raias no Tractado de Limites de 13 de Janeiro de 1750. Havião « abortado quantos tractados sôbre limites do Brasil entabolaram na « côrte da Hispanha em diversas epochas d. Luiz da Cunha, Pedro « de Vasconcellos, Manuel de Siqueira, Antonio Guedes, José da « Cunha Brochado, o marquez de Abrantes e Pedro Alvares Cabral; « attendeu por fim o Gabinete de Madrid ás razões de mutua « conveniencia e encetou-se seriamente a negociação: em assumpto « tão grave ouviu el-rei a homens d'estado da sua confiança, e « admiravel foi a discrepancia de pareceres; opinou d. Luiz da « Cunha que Portugal cedesse á Hispanha a Colonia do Sacramento « e seu territorio; em compensação afiançasse áquelle a posse do « littoral, desde a fóz do Rio da Prata para o Norte com dez leguas « de fundo; Gomes Freire d'Andrade aconselhou que nos conten- « tassemos com a costa do mar, do parallelo do forte de S. Miguel « para o Norte (pouco mais de Castillos pequenos), e para o in- « terior, na distancia arbitrada por d. Luiz da Cunha, e para « mais clara demonstração ajunctou um mappa chorographico. Taes « pareceres por mesquinhos não encheram o coração grandioso « de Gusmão nem coadunavam com as doutas investigações, e « noticias das arduas entradas e posses de seus heroicos patricios; « imbuido nestes incontrastaveis direitos bosquejou e marcou os « pontos capitaes, prescreveu as instrucções, accompanhou passo a « passo as discussões, desempeçou das dúvidas, que se sugge- « riram; e bem que se divulgasse que muito influiram para o « bom exito da negociação o ascendente, que no animo de seu « esposo tinha a rainha catholica d. Maria Barbara e o pendor « para as vantagens do paiz do seu nascimento, no que tambem « assentimos, todavia pelo que nos consta do character, duro e « fragueiro do plenipotenciario concorrente d. José Carvajal e Lan-

« castre, nada seria capaz de dobrar a complacencia, si principal-
« mente não entrasse aqui a propria convicção.»

Não podemos comprehender como, com taes e tão altas qualidades, com juizos tão seguros emanados não só dos talentos incontestaveis de Gusmão, mas ainda das doutas investigações a que procedera, com os incontrastaveis direitos em que se baseava, tendo bosquejado e marcado pontos capitaes, prescrevendo instrucções, accompanhando passo a passo as discussões que se suggeriram e desempeçando duvidas, o tractado de 1750 abriu mão da Colonia do Sacramento, que Portugal perdeu, embora adquirindo os septe povos das Missões Orientaes do Uruguai.

Contrarios a esses principios eram d. Luiz da Cunha e Gomes Freire, que optavam pela cessão da Colonia á Hispanha ; entendeu o visconde de Porto Seguro que taes principios eram mesquinhos e, como tal, não puderam encher o grandioso coração de Alexandre de Gusmão, mas o tractado de 1750 confirmou esses principios mesquinhos, e o erudito historiador e critico entende que esse tractado alçou o nome do diplomata de Santos nos fastos do Brasil.

Si Gusmão queria a cessão da Colonia á Hispanha e assim fez o tractado, que tanto o exalça como obra prima, si d. Luiz da Cunh e Gomes Freire queriam e acconselhavam o mesmo, não se comprehende a mesquinhez de principios que o erudito historiador fulmina contra estes, alevantando aquelle ás pontas do Crescente.

Lembra-nos o dicto picante do poeta de Castella, d. Francisco de Quevedo, que, alludindo ás constantes perdas de terras que soffria Philippe de Hispanha quando pretendia o cognome de *Grande*, opinava pela concessão, visto como tambem os poços se tornam grandes e tanto maiores quanto mais terra se lhes tira.

E o visconde de Porto Seguro insiste no seu pensamento.
« Com a morte de d. João V, em Julho de 1750, variou o systema
« da Côrte ; surdiu um cardume de detractores, e aquelle tractado
« até alli exaltado por publicistas nacionaes e extrangeiros, consi-
« derado o primor da Politica, sacrificando todos os argumentos e
« direitos de mór valia, que de parte a parte se allegavam, ao inte-
« resse de uma paz estavel, taxavam agora de prejudicial e inexe-

« quivel ; por tantos modos o desacreditaram que conseguiram nul-
« lifica-lo pelo tractado de 12 de Fevereiro de 1761. Dentre os que
« acerrimamente o contradictavam, foi o brigadeiro Antonio Pedro
« de Vasconcellos, recem-chegado de governador da praça da Co-
« lonia do Sracamento ; mais militar que politico, no parecer que
« sôbre a utilidade della offereceu a d. José I, enlevou-se antes e
« viu o padrão do valor e da constancia portugueza, do que pesou o
« bem geral do Estado : respondeu-lhe victoriosamente Alexandre
« de Gusmão na bem conhecida — Impugnação — datada em
« Lisboa, aos 8 de Septembro de 1751 ; nella nada ficou a desejar :
« rigor e solidez de principios, vasta erudição no desenvolvimento
« da materia, evidencia irresistivel nas conclusões.

No entanto, pelo tractado de 12 de Fevereiro de 1761, que annullou o de 13 de Janeiro de 1750 e mandou que ficassem em vigor os anteriores, voltou a Colonia do Sacramento ao dominio da Corôa portugueza, até que, em 1777, pelo tractado de Sancto Ildefonso, negociado entre o conde Florida Blanca e d. Francisco de Sousa Coutinho, este renunciou por Portugal ao dominio sôbre a Colonia do Sacramento, e a Hispanha lhe restituiu a Ilha de Sancta Catharina e a parte do continente que lhe fica fronteira. O tractado de Pardo, datado de Março de 1778, confirmou o antecedente, de Sancto Ildefonso. Consequentemente, o triumpho de Alexandre de Gusmão foi posthumo : o grande diplomata fallecera 24 annos antes.

E' um historiador portuguez, devotadissimo amigo do Brasil, talvez o mais dedicado, o mais leal, o mais perfeito dentre os amigos que a nossa patria ha conquistado nas lettras portuguezas, Pinheiro Chagas, que escreve : « E enquanto o Governo portuguez
« mal sabia aproveitar os incommensuraveis territorios de que era
« possuidor, continuava em contenda constante com a Hispanha
« por causa de umas faixas de territorio nas margens do Rio da
« Prata, ácerca das quaes nunca se chegou a um accôrdo definitivo.
« Alexandre de Gusmão considerava como obra prima da sua di-
« plomacia o tractado de limites de 1750, que foi negociado por elle,
« e que julgou a conclusão definitiva das longas discordias entre

« as duas corôas ; não o foi, contudo ; pelo contrario, deu origem
« a novas guerras e a novas disputas ».

Entretanto, convem notar que o tractado de Sancto Ildefonso foi preliminar ; o definitivo, que se devia realizar, não chegou a ter existencia. Em uma nota a pags. 43 e 44 do 1° vol. dos *Actos Diplomaticos,* elucida o sr. Cardoso de Oliveira : — « Este tractado
« simplesmente preliminar, e que servirá de base e fundamento ao
« definitivo de Limites que se ha de extender a seu tempo a indi-
« viduação, exacção e noticias necessarias, mediante o qual se
« evitem e acautelem para sempre novas disputas e suas conse-
« quencias. » — Tractado definitivo esse que nunca se realizou —
« ficou annullado pela guerra superveniente entre os dous paizes em
« 1801, e assim se considerou para sempre, não tendo sido restaurado
« pelo de Badajóz, de 6 de Junho do mesmo anno, em virtude do
« qual a Hispanha conservou a praça de Olivença e Portugal todo
« o territorio que occupava na America ».

* * *

« D. Luiz da Cunha e Alexandre de Gusmão eram os dous
« unicos homens de vistas largas que existiam na côrte de d. João
« V, em que o beaterio predominava e em que os aspectos se-
« rios da Politica nunca foram comprehendidos », como assevera um biographo portuguez dos homens brasileiros.

D. Luiz da Cunha foi, por parte de Portugal, o negociador do tractado de Utrecht e o conselheiro pertinaz d'el-rei, para que se offerecese medianeiro da paz entre as nações belligerantes da Europa. Realmente, o Congresso d'Aix-la Chapelle foi convocado, e o tractado que delle resultou teve a collaboração desse diplomata ; foi, portanto, d. Luiz da Cunha um dos *phantasmas de plenipotenciarios* a que se referiu o espirito satyrico de Voltaire quando estudou a psychologia desse congresso, presidido por um « phantasma de arbitro, que era o nuncio do papa Clemente IX ». A paz que delle saïu teve antes o character de uma tregua prolongada ; entretanto o de Utrecht, cujas consequencias foram indubita-

velmente mais proficuas, recebeu as censuras e malsinações da critica contemporanea, ao passo que o de Aix foi accolhido com as mais altas demonstrações de approvação, menos para Alexandre de Gusmão que condemnou a tentativa de d. Luiz da Cunha, pelo menos quanto á reunião desse Congresso, em Lisboa. Gusmão bem sabia que a côrte fradesca do rei, o meio a tresandar incenso em que vivia Portugal, sob a direcção do cardeal da Motta, um vasio de merecimento mas superabundante de chorume adiposo, não comportavam uma assembléa de tal grandeza.

Na resposta que deu á carta-consulta de d. Luiz da Cunha, Alexandre de Gusmão, em tres periodos, pinta flagrantemente a pequenez dos homens, a curteza dos espiritos, a mesquinha formação das almas que compunham aquella sociedade de opas, libidinosa e obesa, que arrastava Portugal ás arestas do abysmo. Diz a carta de Gusmão :

« Primeiramente o cardeal da Motta me respondeu que a « proposição de V. Ex. era inadmissivel, em razão de poder re- « sultar della ficar el-rei obrigado ao cumprimento do tractado, o « que não era conveniente. Enquanto fallámos na materia, se en- « treteve o secretario de Estado, seu ermão, na mesma casa, em al- « porcar uns craveiros, que até isto fazem alli fóra de logar e « tempo.

« Procurei fallar a S. Revma. mais de tres vezes, primeiro « que me ouvisse, e o achei contando a apparição de Sancho a seu « amo, que traz o padre Causino na sua Côrte Sancta, cuja his- « toria ouviram com grande attenção o duque de Lafões, Fernão « Freire e outros. Respondeu-me que Deus nos tinha conservado « em paz, e que V. Ex. queria metter-nos em arengas, o que era « de tentar a Deus.

« Finalmente, continúa Gusmão, fallei a el-rei (seja por « amor de Deus) que estava perguntando ao prior da Freguezia, « porquanto rendiam as esmolas pelas almas, e as missas que se « diziam por ellas. Disse-me que a proposição de V. Ex. era « muito propria das maximas francezas, com as quaes V. Ex. se « tinha conaturalizado, e que não proseguisse mais. Si V. Ex.

« caïsse na materialidade (do que está muito livre) de querer in-
« stituir algumas irmandades e me mandasse fallar nellas, haviamos
« de conseguir o empenho, e merecer alguns premios.»

E si a materialidade, a que se refere Gusmão, fosse feita de freiras polpudas e noviças frescas, d. Luiz da Cunha teria sido, pelo menos, marquez.

A figura de d. Luiz da Cunha, na diplomacia portugueza, muito pouco approveitou ao Brasil. A paz de Aix, pela qual tanto se empenhou, não deu á vasta colonia de Portugal o menor resultado practico e o tractado de Utrecht, em que collaborou, conquanto houvesse contribuido para confirmação do dominio portuguez sôbre as terras commummente chamadas do *Cabo-Norte*, pertencentes ao territorio do Maranhão e situadas entre os rios das Amazonas e de Vicente Pinson, bem como sôbre a Colonia do Sacramento que a Hispanha cedia á corôa lusitana, não obstante, soffreu as profundas modificações que lhe deram os tractados de 13 de Janeiro de 1750, negociado por Alexandre de Gusmão ainda em vida de d. Luiz da Cunha, e o de Sancto Ildefonso, de Fevereiro de 1777, celebrado 28 annos após a sua morte. Com o fallecimento do rei d. João V não se apagou da diplomacia o vulto de d. Luiz da Cunha, mas passou a um plano inferior e surgiu então em todo o esplendor a figura do conde de Oeiras, depois marquez de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello.

* * *

O primeiro acto do ministro de d. José, si bem que economico e administrativo, teve um aspecto internacional e deu origem a uma negociação com o Govêrno da Inglaterra.

Homem do seu tempo, não se poude furtar á influencia das doutrinas correntes e considerando perniciosa a dependencia, em que Portugal se achava da Inglaterra, pela quantidade de ouro que lhe pagava annualmente, em trôco das mercadorias de lá importadas, prohibiu imprudentemente a exportação de metaes preciosos, pensando que assim restabeleceria o equilibrio commercial e impediria a emigração da moeda boa : era o êrro de suppôr que a fortuna de

uma nação consiste no meio circulante. Os metaes preciosos e a propria moeda são mercadorias como quaesquer outras e obedecem ás mesmas leis economicas. Prendêl-os, seria prender a mercadoria que só na liberdade commercial da distribuição e da circulação encontra um processo natural de se valorizar e reproduzir.

O Brasil, que era a fonte primacial dos metaes preciosos, soffreu profundamente com tal regimen ; a Inglaterra, alvejada por essa medida do estadista portuguez, sentiu-lhe tambem os effeitos e mandou, sem detença, a Lisboa, uma embaixada de protesto, confiada a lord Tirawley que a desempenhou admiravelmente, embora a energia do ministro de d. José defendesse o decreto que estabeleceu a providencia impugnada e punisse os transgressores da lei.

Mas a compressão devia produzir os seus necessarios effeitos, e o contrabando surgiu ; consequencia immediata : — grandes prejuizos para o Brasil, para a Fazenda de Portugal, para o prestigio da lei. O dinheiro emigrava, não obstante o decreto ; o equilibrio commercial não se fez ; Pombal teve de transigir ; a prohibição foi substituida por um imposto ; este, pouco a pouco, deixou de ser cobrado e o problema ficou sem solução ; resultado final de tudo ; — a reclamação diplomatica da Inglaterra, triumphante, e o prejuizo do Brasil, verificado.

Mas o marquez de Pombal realizou alguns actos que o recommendaram á gratidão da colonia, e com a execução de taes actos deu o grande estadista a mais completa victoria ao genio do padre Antonio Vieira.

Este bateu-se tenazmente pela libertação dos Indios, e Pombal realizou essa obra de grandeza moral e de benemerencia humana, rasgo de energia civilizadora que teve complemento na extincção da escravatura no reino.

Antonio Vieira prégava a creação das Companhias de commercio, pelo modêlo das congeneres, hollandezas e o marquez de Pombal fundou a Companhia do Grão Pará e Maranhão, a exemplo das prosperas e fortes Companhias similares francezas, inglezas e hollandezas.

E' certo que essa companhia contribuiu para o desenvolvimento do commercio e, portanto, da região por ella servida, mas os falsos principios economicos a que obedecia a sua constituição e que dominavam a epocha, dominando o espirito do grande estadista, contribuiram para o seu anniquillamento gradativo, até que Pombal se negou a renovar-lhe os privilegios: isso foi o golpe de misericordia, e ella desappareceu depois de 20 annos de existencia incerta e vária.

A libertação dos Indios vibrou um golpe mortal na Companhia de Jesus, cuja influencia no Brasil alastrava com as missões que penetravam no interior dos sertões em busca das tribus selvagens. Esse serviço de Pombal ficou chumbado á grandeza do Brasil; só isso exalçaria o seu nome. Ao mesmo tempo, desenvolveu a cultura do arroz no Maranhão, por tal fórma que o Bras chegou a influir no intercambio daquella epocha, sendo como foi a região mais importante do mundo, relativamente a tal producção

Todas essas medidas de character interno e administrativo tornavam conhecida a Colonia portugueza do Brasil nos paizes da Europa, mas muito especialmente na Hispanha, cuja vizinhança na America tornava as relações com Portugal em francas e constantes hostilidades reciprocas.

As linhas fronteiriças na immensa região do Prata eram, para Portuguezes e Hispanhóes, fontes de perpetuas reclamações e luctas, nas quaes se crearam e desenvolveram na plena vastidão do pampa, a figura dominante e perniciosa do caudilho e o processo monstruoso da caudilhagem politica.

Nem a expulsão dos jesuitas do Paraguai, nem o tractado de 16 de Maio de 1703, conseguiram pôr côbro ás pendencias que se suscitavam constantemente, até que em 1766, rebentando uma revolução em Buenos-Aires, o govêrno portuguez offereceu os «seus bons officios ao governador hispanhol e fez-lhe com-
« municar que as tropas da fronteira portugueza estavam promptas
« a auxilia-lo para restabelecer a ordem.

« Isso deu ensejo ás negociações entre as côrtes da peninsula,
« das quaes resultou ordem positiva aos governadores americanos

« para suspenderem todas as hostilidades. Reinou profundissima
« paz na America, desde 1767 a 1773, quando d. Francisco Zavalla
« chegou a Buenos Aires com instrucções de Madrid para retomar
« posse das terras contestadas ; tanto que um dos seus subordinados,
« com um exercito de 6.000 homens, declarou em proclamação mi-
« litar que ia expulsar, até Rio Pardo, todos os Portuguezes que
« encontrasse, porque o territorio pertencia ao rei de Hispanha.
« Fortificando-se na barra do Rio Grande, commetteu violencias,
« fez aprisionar postos avançados e invadindo as fronteiras, sendo,
« entretanto, batidos os Hispanhóes pelo capitão Rafael Pinto Ban-
« deira ».

A acção de Pombal não se fez esperar ; o diplomata acudiu sem demora ; o embaixador portuguez em Madrid pediu explicações ao marquez de Grimaldi, ministro do rei, e este não as recusou immediatas e promptas, com estas palavras textuaes :

« — El-rei d. José, vosso amo, que diga o que quer, e sua majestade catholica lh'o concederá immediatamente, ainda largando do que lhe pertence.»

A victoria diplomatica seria completa para Pombal, si essas palavras não fossem tambem diplomaticas, no sentido que Voltaire emprestava ás suas, quando affirmava que a palavra deu-a Deus ao homem para que possa occultar o seu pensamento.

Entre as duas chancellarias foram trocados officios de absoluta segurança, para que as hostilidades tivessem termo ; ambos os governos expediram, para as respectivas possessões, navios especiaes, portadores das ordens mais terminantes, afim de cessar a guerra. Tudo parecia correr no melhor dos mundos, com as explicações trocadas, e que a diplomacia concertara com fervoroso empenho, mas como o conceito de Voltaire, repetido por Talleyrand, deixa vêr, não havia sinceridade nas palavras do marquez de Grimaldi.

Eis como se exprime um historiador portuguez :

« A lealdade na execução não correspondeu ás promessas, e apezar de parecer que fôra el-rei de Hispanha quem, até com muita antecipação, mandara suspender as hostilidades no Rio da Prata, apezar disso, quando no Rio de Janeiro se receberam, no dia

1º de Abril de 1776, as ordens de Lisboa, recebiam-se, ao mesmo tempo, noticias de terem sido queimados no Rio Grande do Sul nove navios portuguezes, de terem os Hispanhóes levantado seis novos fortes, de terem entrincheirado os passos difficultosos e de haverem junctado uma fragata e cinco grandes náos de guerra. O marquez do Lavradio, que era então o vice-rei do Brasil, recebeu com muita repugnancia a ordem da suspensão das hostilidades, e participou para Lisboa que lhe era quasi impossivel obedecer, porque os governadores das provincias do Sul lhe officiavam dizendo que os Hispanhóes, em vez de suspenderem as hostilidades, pelo contrario, as tornavam cada vez mais energicas. »

« De tão graves informações resultou a attitude forte decisiva do Governo portuguez, comprehendendo o marquez de Pombal que só a guerra poderia decidir da delicadeza da situação, e preparou o reino para exigir com as armas, o respeito á sua soberania, muito embora chegasse ao conhecimento de Pombal o accôrdo entre a França e a Hispanha, que viria aggravar a crise em Portugal, pelo apoio que á sua inimiga dariam as armas francezas em qualquer emergencia. O diplomata francez que levou ao conhecimento de Pombal a existencia dessa alliança, ao mesmo tempo lhe fez vêr a melhor conveniencia para Portugal acceitando a mediação da França, com o intuito de evitar a guerra, porquanto a Hispanha não poria duvida em abrir mão de terras na America do Sul, tendo em vista tornar impossivel um conflicto armado.»

A proposta de mediação, quando o medianeiro era o alliado offensivo e defensivo da Hispanha, já como tal declarado e havido, envolvia uma ameaça: acceita-la seria curvar a espinha á imposição dourada de cortezia diplomatica. Pombal rejeitou-a ; nem o seu temperamento, nem a altivez do seu cargo, nem a comprehensão das suas responsabilidades permittiriam que a tomasse em consideração.

Participou ao Governo da Inglaterra a natureza do incidente e, asseverando a resolução de sustentar pelas armas a honra da corôa lusitana e da soberania portugueza, reclamou, de accôrdo com as clausulas do tractado de alliança entre os dous governos, armas e dinheiro para sustentar a causa d'el-rei d. José I.

A Inglaterra, depois de algumas evasivas, negou peremptoriamente o seu apoio, allegando impossibilidade absoluta, em virtude da guerra que empenhara com as colonias da America do Norte. Essa recusa categorica do govêrno de S. James difficultou a acção de Pombal, mas não desnorteou o seu grande e forte espirito.

E o notavel reformador de Portugal concebeu a idéa da reunião de um congresso em Paris, com a mediação da França e da Inglaterra, destinado a dar solução definitiva ás pendencias entre as duas nações da Peninsula.

A idéa do ministro de d. José teve desde logo as sympathias das duas medianeiras, mas a Hispanha, para acceita-la, impoz a dura condição de lhe dar Portugal satisfacção por haver apresado dous navios em aguas hispanholas.

Pombal recusou-a, mas o empenho da França e da Inglaterra e a opinião dos embaixadores portuguezes nas duas côrtes, favoraveis á exigencia hispanhola, demoveram o estadista e elle accedeu, impondo, por sua vez, a retirada da clausula em que a Hispanha exigia a punição dos officiaes portuguezes apresadores dos barcos.

A clausula não foi supprimida, mas accordou-se em que não seria executada. Parecia terminada a pendencia : iam voltar a ser normaes as relações entre os dous governos ; chegou porém a noticia de haver sido desrespeitada pelas forças portuguezas a tregua negociada entre as duas côrtes, proseguindo a lucta armada.

Provado todavia exuberantemente, que as forças portuguezas não podiam ter conhecimento do armisticio concertado na Europa quando romperam as hostilidades, foi combinado que, para proseguimento das negociações, o govêrno de d. José entregaria á Hispanha os postos recentemente conquistados pelos Portuguezes em terras do Rio Grande.

A indignação de Pombal explodiu, violenta e decisiva : recusou-se a acceitar a nova imposição, não obstante os conselhos da França e da Inglaterra e, sem receios vãos, sem perda de tempo, preparou-se para a guerra, apezar de saber que a Hispanha tambem se preparava fortemente.

Pombal acudiu sem tardança á nova phase da contenda e só, desamparado pela sua alliada, enfrentou a rival audaciosa, apezar do apoio militar que lhe dava a França, mas...

A morte de d. José e o advento de d. Maria I mudaram a face da politica portugueza, precipitaram Portugal na vergonha e Pombal no desterro, na perseguição, na sepultura...

E a interminavel questão diplomatica de limites entre Portugal e Hispanha, na America do Sul, foi apparentemente derimida em 1777, pelo tractado de Sancto Ildefonso; apparentemente, o dizemos, porque só pelo preliminar o fôra.

Quanto ao definitivo, até este momento não consta que tenha sido celebrado... *fué una broma*... diplomatica.

Disse.

SEGUNDA CONFERENCIA

Summario — A Colonia do Sacramento e a illusão do Prata — O tractado de 1701 — Duas epochas distinctas da questão — A Familia Real no Brasil e suas consequencias — Pretenções de d. Carlota Joaquina e o embaixador inglez — Operações militares — Artigas, Rivera, d. Diogo de Sousa, Lecor, Verdun, Curado, Marques de Sousa - A Cisplatina e o reino do Brasil — O Imperio — Lavalleja, Alvear, marquez de Barbacena — Ituzaingo — Fructos da derrota — Convenção de 1828 — Missões do marquez de Sancto Amaro e do visconde de Abrantes — Rosas — A politica de intervenção

Meus senhores — Como deixámos estudado anteriormente, a Colonia do Sacramento foi a origem das mais duras e graves cações diplomaticas entre Portugal e Hispanha, attingindo o Brasil durante a sua existencia de possessão portugueza.

Essa situação aggravou-se sensivelmente com a vinda da familia real portugueza para o Rio de Janeiro, tornou-se delicada com a elevação do Brasil á categoria de reino e chegou a ser aguda após a Independencia e fundação do imperio, pondo á prova a habilidade, a intelligencia, a perspicacia e a astucia da diplomacia luso-brasileira e dando ensejo ás mais brilhantes paginas da historia diplomatica da nossa patria.

Estuda-la-hemos, pois, um pouco mais demoradamente, remontando ás suas origens e seguindo o seu curso através dos seculos como quem accompanha, caminhando ora por uma, ora por outra margem, a corrente de um rio, desde a fonte em que nasceu á foz, pela qual se precipita no Oceano.

I

« O Prata é uma illusão geographica, que a pouco e pouco se apaga». Si bem que esse conceito do altissimo espirito de Euclides da Cunha se refira ao amplo « estuario a extinguir-se nas derradeiras phases da evolução de um rio », em relação á politica não

é elle menos verdadeiro: atraz dessa illusão vem o Brasil caminhando, ha seculo e meio, como um sonhador; em principio, na ancia vã de attingi-la; depois no empenho romantico de protegê-la.

* * *

As origens da primeira phase remontam á fundação da Colonia do Sacramento pelo govêrno de Lisbôa, á margem esquerda do Prata, em 1680. O nome de d. Manuel Lobo, capitão-general do Rio de Janeiro, representante do rei de Portugal, d. Pedro II, apparece como fonte inicial de todos os acontecimentos posteriores que finalizaram com a convenção de 27 de Agosto de 1828, pelo reconhecimento da independencia da Banda Oriental.

Até ahi, o Brasil, quer como colonia lusitana, quer como Reino Unido, e ainda nos primeiros albores do Imperio soberano, foi o heróe das conquistas: a cada tentativa, porém, correspondia uma decepção.

A última destas traz a data de 20 de Fevereiro de 1827, com a chancella final de Ituzaingo, onde teve occaso a gloria do marquez de Barbacena, para deixar subir no horizonte a estrella do general Alvear, o qual, depois de dez horas de combate renhido, ao vêr retirar do campo de acção o exercito brasileiro, teve a ingenuidade de o não perseguir, ou por não querer ou por não poder, satisfazendo-se com aquella confissão tacita de derrota.

Fundada em 1680, a Colonia do Sacramento, a Leste do vice-reinado hispanhol de Buenos-Aires, porque assim entendera o monarcha portuguez procurar para sua colonia a fronteira natural, assegurando a posse da margem esquerda do Prata, o governador daquella possessão hispanhola entendeu dever dalli expulsar os Portuguezes, o que realmente levou a effeito em Agosto de 1680.

As circunstancias delicadissimas, em que se achava a politica hispanhola na Europa, e a energica attitude do monarcha portuguez, fazendo prever a guerra entre os dous paizes peninsulares, determinou a mediação das potencias, dando a Hispanha todas as satisfacções a Portugal, restituindo-lhe a Colonia do Sacramento,

punindo o governador de Buenos-Aires, d. José Garro, e celebrando-se o tractado provisorio de 7 de Maio de 1681.

Entretanto, o fermento da discordia e dos odios ficou, para levedar mais tarde.

Philippe V, pelo tractado de 1701, com intuito de evitar complicações que o prejudicariam, reconheceu a Portugal o dominio total da margem esquerda do Prata e, em 1703, proclamou solennemente os direitos do seu rival na Peninsula Iberica ás terras que se extendiam ao Norte do mesmo rio, direitos que lhe foram tambem reconhecidos e confirmados pelos thronos da Inglaterra, da Hollanda e da Allemanha, aos quaes o rei portuguez prestára solidariedade e apoio ao empenho de collocarem no throno hispanhol o archiduque de Austria.

Esse facto determinou um novo movimento contra a Colonia do Sacramento, dirigido por d. Affonso Valdez, governador de Buenos-Aires, e seguido da capitulação da praça e aprisionamento de Veiga Cabral que a commandava, voltando a Colonia ao dominio da Hispanha, até que a 16 de Fevereiro de 1713 o tractado de Utrecht a reincorporou á corôa de Portugal.

Em 1750, surgiu outra investida contra o dominio portuguez, e d. Miguel Salcedo, que tentava apossar-se da cubiçada joia, foi repellido pelas forças de Antonio de Vasconcellos. Apezar da victoria que coroou a resistencia das armas lusitanas, a diplomacia conseguiu collocar a Colonia sob o dominio hispanhol, pelo tractado de 1750, operando a sua permuta pelo territorio das missões do Uruguai, que entrava no patrimonio da monarchia portugueza.

Mas appareceu em scena a poderosa Companhia de Jesus, e a influencia indiscutivel que exercia naquellas paragens levou os indigenas á revolta contra os dous dominadores portuguezes e hispanhóes. Para combaterem o inimigo commum, uns e outros se junctaram, e as fôrças de Gomes Freire, fraternizando com as de Adonalgui, esmagaram os rebeldes, sem entretanto se entenderem a respeito dos limites das respectivas terras. O tractado não poude resistir á fôrça e, em 1762, a Colonia do Sacramento

voltou a pertencer á Hispanha, até que, commandados pelo general Bohm, em 1763, Portuguezes e Brasileiros a reconquistaram.

O resultado desse feito d'armas, porém, não devia durar muito tempo, porque a monarchia hispanhola enviou ao Sul do Brasil e ás aguas do Prata uma forte armada que, não só retomou os territorios da Colonia do Sacramento aos seus recentes possuidores, mas que levou mais longe a sua ambição, atacando, vencendo e tomando a ilha de Sancta Catharina, sôbre a qual jamais se levantara a menor dúvida e que sem contestação pertencia á corôa de Portugal. O tractado de Sancto Ildefonso, de 1 de Outubro de 1777, que lhe restituiu a ilha e a parte do territorio vizinho no continente, levou-lhe a Colonia do Sacramento que elle havia fundado, defendido e tantas vezes regado com o sangue de seus filhos. E para que ficasse definitivamente esvahido o sonho luso-brasileiro de dominio sôbre a margem esquerda do Prata, para que fossem essas aguas os limites naturaes ao Sul do Brasil, o tractado do *Pardo*, de 1 de Março de 1778, ratificou o de Sancto Ildefonso, confirmando-o para sempre.

A primeira phase da peregrinação brasileira em busca da *illusão do Prata* pode ser estudada em duas épochas distinctas: uma que vem da fundação da Colonia do Sacramento ao tractado de Sancto Ildefonso; a segunda que começa com a chegada de d. João e a familia real portugueza ao Brasil, terminando pelo tractado de 27 de Agosto de 1828, que sanccionou a independencia da Cisplatina.

Naquella dominou exclusivamente a politica portugueza e foi characterizada pela lucta permanente entre as armas e a diplomacia, conquistando e reivindicando ora para a corôa portugueza, ora para o dominio hispanhol, o cobiçado territorio banhado pelas aguas do Prata á margem esquerda da caudalosa illusão.

Nesta, na segunda épocha, já se fez sentir a influencia da politica brasileira que se iniciou sob a inspiração de José da Silva Lisbôa, depois visconde de Cairù, politica toda economica e de expansão commercial, com que d. João iniciou a *Vita nuova* da colonia, abrindo-lhe os portos ao commercio extrangeiro e tor-

nando possivel o desenvolvimento e a prosperidade da patria, muito embora, concomitantemente, andassem pelos desvãos do paço real a perfidia, a ambição e a luxuria nymphomaniaca de d. Carlota Joaquina, a tecer, mixto incongruente de Penelope e e de Messalina, a rêde das intrigas, na ancia incontida e insaciavel de ser um dia a rainha soberana do Vice-Reino Independente de Buenos-Aires.

* * *

Entre 1777 e 1801 decorreram 24 annos de somnolencia e de calma apparente nas fronteiras em que lindavam as duas soberanias rivaes da Peninsula Iberica.

Em Maio desse anno romperam-se as hostilidades entre Portugal e Hispanha, não obstante as deploraveis condições em que se achavam os dous exercitos, quer em relação á disciplina, quer quanto á organização, e apesar do auxilio que abnegadamente prestou Portugal á sua vizinha, na campanha de Roussillon. Vergonhosissima para as armas portuguezas, que para sempre perderam Olivença, essa lucta teria finalizado pela entrada triumphal do inimigo em Lisboa, si, logo em seguida á declaração de guerra, o governo de Madrid tivesse iniciado as hostilidades.

A guerra na Europa fez despertar os povos coloniaes da somnolencia em que se achavam, e estalou a guerra na America. A victoria corôou o exfôrço dos Luso-brasileiros guiados pela espada de Sebastião da Veiga Cabral, com a expulsão dos Hispanhóes de varios pontos, até que a 30 de Outubro, o coronel Marques de Sousa os levou á capitulação em Serro-Largo, ao mesmo passo que era occupado o territorio das Missões pelas fôrças de Borges do Canto e Manuel Pedroso.

O tractado de Badajoz, assignado a 6 de Junho de 1801 entre as duas nações belligerantes, pôz termo ás duas contendas, na Europa e na America, determinando que Portugal conservaria no seu dominio todo o territorio occupado a essa data pelas suas fôrças na America, voltando a paz a estas paragens ensanguentadas pela cobiça das duas nações secularmente rivaes e inimigas.

* * *

A entrada de Junot em Portugal, a evasão de d. João, regente do reino, accompanhado de toda a familia real, para o asylo seguro, embora longinquo, do Brasil, no dia 29 de Novembro de 1807, comboiado pelos proprios navios inglezes, inimigos da vespera, e a sua installação nas terras da vasta e opulenta colonia, mudaram a face da Politica.

Aos homens de genio, estadistas que se revelavam triumphalmente, logo ás primeiras medidas inspiradas ao novo govêrno, contrapunha-se a personalidade irrequieta e trefega da esposa de d. João. Enquanto o regente abria os portos do Brasil ao commercio extrangeiro, abria ella os braços aos almirantes e a rede das intrigas de alcova aos sonhos com que acariciava as ambições de princeza, pretensa successora de seu pae, o rei Carlos IV de Hispanha, aos direitos sôbre as possessões no Prata, onde affagava a esperança de fundar um reino, cuja corôa, independente da de Portugal, lhe cingisse a fronte de rainha já conspurcada pela lascivia, porque a princeza de Bourbon e Bragança — « imaginara res« taurar, no vice-reinado do Prata, o throno castelhano, desabado « na Europa com Fernando VII » — no dizer de Euclides da Cunha.

Na *Historia de Belgrano,* o grande Mitre, fazendo exhaustivamente o estudo documentado e brilhante da invasão portugueza na provincia de Montevidéo, escreveu: « en vista de estas causas « y antecedentes historicos, de la ambición tradicional de Por« tugal, respecto del engrandecimiento territorial en America ; « de las tendencias que en el mismo sentido habia manifestado la « Inglaterra en los ultimos años; y teniendo presente, que el « Principe Regente estaba casado con la Infanta Carlota, her« mana de Fernando VII, la cual habia manifestado tener de« rechos eventuales al throno español, de temer-se era que la « politica portuguesa se complicasse con la situación de las ve« cinas colonias del Rio de la Plata. . . »

A « complicação » surgiu realmente, emmaranhou-se e, de difficuldade em difficuldade para ambas as margens da « illusão

do Prata», chegou á precaria e ephemera incorporação da Cisplatina ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a 31 de Julho de 1821.

Para esse desfecho contribuiu lamentavelmente a inconsistente e antijuridica resolução unanime do cabildo de Montevidéo.

* * *

Nas colonias do Rio da Prata surgiram dous partidos, correspondentes a outros dous que, na Hispanha, se haviam organizado, por motivo do rompimento entre o rei Carlos IV e seu filho Fernando VII.

Os dous partidos coloniaes eram — o dos Hispanhóes, favoravel ao velho monarcha Carlos IV e obedecia á direcção do governador Elio, de Montevidéo; e o dos liberaes, composto de filhos do paiz, dedicados a Fernando VII, que recebeu o apoio e a orientação de Liniers, vice-rei de Buenos-Aires..

Assim extremados os dous campos, Elio declarou-se independente do vice-rei e organizou uma Juncta soberana de govêrno, sob sua presidencia.

Foi nessa conjunctura que d. Carlota Joaquina entendeu intervir na contenda, enviando secretamente os seus emissarios ao Rio da Prata, com a promessa e a proposta de formar um reino independente, cuja capital seria Buenos Aires « sin que su marido tuviera parte en el gobierno, para mantener la division y separacion de los dominios españoles y portugueses. »

A' resolução audaciosa de Elio respondeu o gesto do cabildo de Buenos Aires no dia 1 de Janeiro de 1809, para arrancar o govêrno a Liniers, cuja origem franceza não merecia confiança aos Hispanhóes. O partido liberal, porém, dominou essa explosão, ficando só em campo a Juncta Soberana, sob a direcção suprema de Elio.

Simultaneamente, no Rio de Janeiro, onde o principe regente e sua mulher d. Carlota jogavam perpetuamente as cristas, dous partidos tambem se haviam formado, — um que obedecia á prin-

ceza e afagava as suas tresloucadas ambições; outro que favorecia e accompanhava a indecisa e pachorrenta tolerancia do regente, si bem que com mais energia do que revelava o marido da filha de Carlos IV.

Aquelle, o partido hispanhol, desejava manter integralmente as colonias hispanholas creando um reino independente; este, o partido portuguez, trabalhava pela annexação da Banda Oriental: um e outro teciam a interminavel rêde das intrigas, derramavam muito sangue que a nenhuma dessas ambições approveitou seguramente: o sonho da princeza se desfez, e a illusão da conquista oriental para o Reino Unido, viveu o classico « espace d'un matin ». Interveio a Juncta de Sevilha e afastando Liniers, que representava o perigo francez, nomeou vice-rei a Hidalgo Cisneros, cuidando resolver o problema das pretenções napoleonicas. A revolução de Maio de 1810 embargou a resolução da Juncta, revogou-a pela deposição do vice-rei, enviou as suas fôrças á Banda Oriental, conseguiu um triumpho no combate das Pedras em 18 de Março de 1811, para occupar Montevieéo.

Elio recorreu então á côrte do Rio e supplicou á princeza d. Carlota com o intuito de obter o apoio luso-brasileiro, por meio da intervenção militar no territorio da Banda Oriental.

O governo portuguez no Rio accedeu ás supplicas de Elio, e a politica de intervenção foi iniciada com a invasão daquelle territorio por um exercito sob o commando de d. Diogo de Sousa, com o pretexto sybillino de garantir os direitos de d. Carlota Joaquina, pretensa successora do rei Carlos IV, em virtude da rebeldia do principe das Asturias, rebeldia que determinára a sua prisão.

Alem de futil, esse pretexto não logrou prestigiar a verdadeira intenção do govêrno portuguez, e a conquista da Banda Oriental abortou pela influencia do diplomata inglez no Rio, lord Strangford, a cuja sagacidade o govêrno da Grã-Bretanha confiara a tutella politica de d. João. A invasão do territorio do vice-reino podia excitar a reacção do governo hispanhol e romper a cordialidade das relações politicas entre as duas nações da Peninsula, que a Inglaterra necessitava manter, empenhadas como estavam as suas

fôrças militares em Portugal, auxiliando a independencia do reino contra os exercitos de Junot. E com taes razões superiores arrancou ao principe regente o compromisso de não intervir na contenda da Juncta de Buenos-Aires, contra o vice-rei de Montevidéo.

E assim, avançando e recuando, intervindo e retirando-se, a politica luso-brasileira incerta, medrosa ás vezes, atrevida tambem, mas quasi sempre desorientada e vacilante, nem fixou o seu papel superior no Prata, nem protegeu as ambições de Elio, nem as aspirações de liberdade daquelles povos, deixando o vice-rei de Montevidéo emmaranhado nas suas proprias rêdes.

Essa solução inesperada e afflictiva levou naturalmente os dous contendores, de Buenos Aires e Montevidéo, a um accordo que se operou com o tractado de pacificação, celebrado a 20 de Outubro de 1811, o qual affirmou a unidade da monarchia hispanhola, ficando assentado que, retiradas as tropas de Buenos-Aires, fosse reconhecida a auctoridade do vice-rei em toda a Banda Oriental, compromettendo-se este a fazer com que o exercito portuguez evacuasse o territorio occupado.

Mas o exercito de d. Diogo de Sousa não se submetteu ao estipulado naquella convenção. Elio reclamou o auxilio da Juncta alliada de Buenos-Aires para repellir os Portuguezes, quando surgiu a figura de Artigas, o arrojado e bravo caudilho, augmentando a complexidade da situação, aggravando os acontecimentos.

A Juncta de Buenos-Aires insistia pela retirada dos Portuguezes ás suas fronteiras. Apparecem os documentos originaes do embaixador hispanhol no Rio de Janeiro, Casa-Yrujo, demonstrando as intenções portuguezas de conquista sôbre o territorio hispanhol. Apparecem os officios do general portuguez d. Diogo de Sousa e os papeis do agente de d. Carlota Joaquina, o italiano Contucci, exigindo que Buenos-Aires reconhecesse os direitos de soberana que a infanta, esposa do principe regente d. João, reclamava, promettendo em troca a submissão de Montevidéo.

A Juncta reclamava a intimação aos Portuguezes para que abandonassem o territorio da Banda Oriental e estes, allegando que a Juncta não tinha jurisdicção naquelle territorio, onde sómente

reconheciam a do vice-rei, a cujo pedido e chamado haviam acudido, não se moviam em retirada.

Dessa situação oppressiva saiu a guerra. Artigas foi auxiliado efficazmente, enquanto o partido hispanhol, no empenho de apoiar as loucas pretenções da infanta d. Carlota Joaquina, preparava um novo movimento revolucionario, pelo que lord Strangford, receioso de um rompimento que poria em perigo na Europa a politica da peninsula iberica, influiu no espirito do regente para que contrariasse abertamente aquellas pretenções, revelando-lhe que uma guerra entre Portuguezes e Hispanhóes na America repercutiria necessariamente em Portugal e na Hispanha, quebrando a união indispensavel desses dous povos na guerra, contra a usurpação napoleonica.

Essa interferencia do ministro britannico produziu o resultado apetecido, sendo enviado então a Buenos-Aires, como representante diplomatico, João Rademacker, intimo de lord Srangford e por este tão habilmente instruido que, no mesmo dia de chegada áquella cidade, declarava que era toda de paz e de harmonia a sua missão ; que o principe regente antecipara as suas ordens de retirada ás fôrças de d. Diogo de Sousa ; exhibiu um officio de lord Strangford offerecendo a mediação e garantia da Inglaterra para firmeza de quaesquer tractados que fossem celebrados e assignou, á noite, o armisticio de 26 de Maio de 1812 e mais os dezeseis artigos addicionaes e secretos.

Esse recúo vergonhoso do exercito luso-brasileiro, sob o commando de d. Diogo de Sousa, «que contra elle protestou muito nobremente» foi resultado da nefasta politica intervencionista em connubio clandestino e infamante com a volupia da ambiciosa infanta, na ancia incontida de dominar e ser rainha.

* * *

Fernando VII, filho de Carlos IV e irmão de d. Carlota Joaquina, fôra feito prisioneiro pelas fôrças de Bonaparte, durante a guerra da Hispanha em 1808, mas restaurado em 1813 aprestou-se para combater a insurreição das colonias hispanholas da America

do Sul. Tanto bastou para que o govêrno do principe regente se alarmasse e se offerecesse secretamente á Hispanha para auxiliar esse empenho do govêrno de Madrid, sob a condição de annexar a Banda Oriental á corôa de Portugal. Essa ambiciosa esperança era afagada pela Inglaterra, a cujos interesses não convinha a victoria do rei de Hispanha sôbre as aspirações das suas colonias, pois que seria isso o fechamento dos portos do Prata á sua expansão commercial.

Á Hispanha de Fernando VII recusou-se a entrar em taes negociações simplesmente porque, entre perder o territorio da Banda Oriental para servir os interesses da Inglaterra através da ingenua velhacaria diplomatica do govêrno do principe regente e conserva-lo sob o dominio da sua corôa mantendo o vice-reino do Prata, o governo de Madrid preferiu esta solução, tanto mais quanto a soffreguidão, com que o govêrno do Rio se offereceu e o da Inglaterra o amparou, descobriu inteiramente as intenções do pacatissimo Bragança, inspirado por lord Strangford, o seu divino espirito sancto.

E, assombrosa resolução politica, o govêrno portuguez do Rio de Janeiro, que intimara o « cabildo de Buenos-Aires a acceitar as « suas propostas sob pena de experimentar a sua fôrça em causa « commum com o seu poderoso alliado contra o povo do vice-rei- « no, si não reconhecesse os direitos de d. Carlota Joaquina, « terminou por celebrar, em 1812, um armisticio que burlava Elio « e, revelando a conspiração de Alyaga, consolidava a revolução « e a independencia », como escreve Quesada.

* * *

Si o conde de Linhares havia sido, com lord Strangford, o inspirador das aventuras portuguezas no Prata, para as quaes contribuira tambem a intriga de d. Carlota Joaquina, sonhando com a corôa de rainha, o ministro Rademacker, dedicado fiscal da politica britannica, teve o condão de conseguir aquelle resultado e sobretudo a desastrosa « approximação e convivencia perigosa do povo

« brasileiro com os caudilhos, de que José Artigas foi o primeiro « molde », na opinião de Euclides da Cunha.

Mas não é menos exacto que de 1812 a 1816, nesse intervallo em que as chammas desappareceram, deixando vivas as brasas sob as cinzas, o principe regente d. João teve opportunidade de entregar-se á politica interna, dedicando-se efficazmente á sua administração da vasta colonia, de modo tal que, por uma serie de medidas proficuas, attendendo a necessidades imperiosas, chegou á satisfacção da necessidade superior que então se manifestara, elevando o Brasil á categoria de reino, pela carta de lei de 16 de Dezembro de 1815.

* * *

Em 1814 Montevidéo succumbira aos exforços da Juncta de Buenos-Aires e « por accaso, diz Euclides da Cunha, o principe « regente feriu a questão internacional mais séria deste continente. « Approveitando-se das discordias entre os Orientaes daquelle José « Artigas, que é a figura mais representativa da caudilhagem sul- « americana, e os Argentinos, para firmar com a espada de Frederico « Lecor, barão de Laguna, o seu dominio em Montevidéo, a poli- « tica exterior de d. João lançara as primeiras linhas de uma oppo- « sição, victoriosa até hoje, contra o pensamento da reconstituição « do vice-reinado platino, que se planeara desde 1811, na Juncta « Governativa de Buenos-Aires. »

José Artigas proseguia nas suas incursões guerreiras em territorio luso-brasileiro e proclamando-se general dos Independentes da Banda-Oriental, convocara os seus patricios á lucta pelas armas, no « intuito talvez de preparar a união do extremo « territorio brasileiro áquelle em que a sua incontestavel bravura de « caudilho conseguira impor-se ».

A necessidade de mais fortemente assegurar os limites meridionaes do Brasil contra as aventuras e ambições do caudilho fez resurgir no espirito do govêrno do Rio de Janeiro a idea de conquista da Banda Oriental.

E os *Voluntarios Reaes do Principe*, sob o commando do tenente-general Lecór, vindos de Portugal, desembarcaram em Sancta Catharina, afim de se dirigirem a Montevidéo, com ordem de a occuparem, auxiliados pelo general Curado, que deveria operar no territorio do Rio Grande do Sul com as tropas que já então obedeciam á sua espada.

Lecór, pela fronteira de Serro Largo, invadiu a Banda Oriental, á frente de 6.000 homens, e Artigas internou-se em territorio brasileiro, onde soffreu successivas derrotas. O general portuguez, avançando, tomou o forte de Sancta Tereza a 13 de Novembro; venceu Fructuoso Rivera á margem do arroio *India Muerta*; desalojou do passo de Chafalote o commandante Muniz e acampou em Maldonado, onde entrou sem resistencia.

Artigas e Verdun experimentaram a influencia das armas luso-brasileiras triumphantes em S. Borja, Catalão e Ibirocahi, até que o general Lecór, em combinação com a pequena esquadra do conde de Vianna, avançou de Maldonado sôbre Montevidéo.

Fructuoso Rivera, que se retirara para essa capital, vendo que não podia sustentar-se nessa posição, abandonou-a ás fôrças invasoras; d. Manuel Barreiros, logar-tenente de Artigas, seguiu-lhe o exemplo, ordenando que fosse incendiada a praça. O cabildo, porém, não obedeceu ao caudilhete, e a 20 de Janeiro de 1817 o general Lecór entrou victorioso em Montevidéo, tendo encontrado duas leguas antes a deputação do Cabildo, que lhe offereceu solennemente as chaves da cidade.

Vencido Artigas e os seus chefes pelos soldados do general Curado, do general Marques de Sousa, do coronel José de Abreu, do brigadeiro João de Deus Menna Barreto, do brigadeiro Oliveira Alvares e do marquez de Alegrete, nas margens do Uruguai, nos serros do Carumbé, no Arapehi e em Catalã, ficaram as fronteiras do Sul libertas por algum tempo, fixando-se então os limites entre o Rio Grande e a Banda Oriental do Prata, pela convenção de 30 de Janeiro de 1819.

Entretanto, sem desalentos que os insuccessos repetidos das suas fôrças justificariam amplamente, animado de um largo e forte

espirito de altivez e de independencia, Artigas não se subordinou ás victorias de Lecór, nem á resolução do cabildo de Montevidéo; reencetou a lucta contra os seus inimigos luso-brasileiros e, depois dos combates no Passo do Rosario, foi totalmente derrotado em Taquarembó pelas fôrças do general Corrêa da Camara e do conde da Figueira, a 22 de Janeiro de 1820. Sem guerrilheiros e sem amigos, abandonado e até perseguido por aquelles mesmos que dias antes eram os seus logares tenentes, houve o bravo e historico modêlo dos caudilhos platinos de homisiar-se no Paraguai, onde Francia, o historico modêlo dos dictadores implacaveis e dos despotas sanguinarios, o manteve prisioneiro até 1826.

Dessa invasão commandada por Lecór, « considerando vigente o armisticio de 1812, respeitando a integridade do territorio que não atacava » ; dessa invasão que tinha apenas o character de provisoria e sómente se fazia contra as depredações de Artigas, para suffocar a anarchia e fazer respeitar por elle as fronteiras luso-brasileiras, como em officio de 23 de Julho de 1818, dirigido ao director supremo das Provincias Unidas, affirma o proprio ministro dos negocios extrangeiros no Rio de Janeiro, Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal, dessa invasão de apparente respeito á integridade do territorio platino e de simples defesa da ordem contra a anarchia, mas que levara nas instrucções secretas do general invasor o intuito final e o proposito occulto da conquista, dessa invasão que tinha por escopo capital « collocar o Brasil por aquella « fronteira, a coberto do contagio revolucionario do paiz vizinho », onde lavravam as ideas de liberdade e independencia, resultou a incorporação da Banda Oriental, sob a denominação de Provincia Cisplatina, ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, por fôrça do tractado de 31 de Julho de 1821, sendo já regente do reino do Brasil o principe real d. Pedro e ministro dos negocios extrangeiros Pedro Alvares Diniz.

* * *

Ha nesse tractado uma nota interessante que, si não é uma ironia, tem entretanto esse travor e bem póde characterizar a poli-

tica externa daquelles tempos. Foi elle accompanhado da Resolução de 21 de Julho, pela qual se mandava consultar previamente a vontade dos povos da provincia de Montevidéo, a respeito da incorporação da Banda Oriental ao Reino Unido, sob a denominação de Provincia Cisplatina.

Quando Lecór partiu para o destino indicado na ordem real, que o mandava seguir com os Voluntarios do Principe, levava nas instrucções reservadas do marquez de Aguiar, ministro dos negocios extrangeiros, a missão de se apoderar da Banda Oriental, occupando Montevidéo.

Consultar previamente, em 1821, sôbre a sua incorporação ao Reino Unido, a vontade dos povos, cujo territorio se mandara occupar em 1816 por fôrças armadas de mar e terra, si não é um sarcasmo é uma ironia amarga e de máo instincto.

« Quando foi conhecida a invasão de Lecór, o cabildo de « Montevidéo concitou o povo á resistencia ; o director supremo « das Provincias Unidas do Prata, obedecendo á pressão da opinião « geral e popular, lançou uma proclamação, em cujo texto expunha a « confiança do povo no cumprimento integral do armisticio de 1812 « e na paz garantida pela Inglaterra, terminando com estas palavras « de alta significação : « La patria está en peligro ; salvemos-la ! »

Nada satisfez a anciedade pública, e porque essa proclamação não traduzia toda a grandeza do sentimento platino contra a invasão extrangeira, o director supremo, Balcarce, que não soubera sentir com a alma popular, nem exprimiu toda a magestade da sua revolta, foi deposto !

A 9 de Junho de 1816 já o congresso de Tucuman havia declarado a independencia, definindo com clareza a situação e evitando assim as intrigas e traições, que haviam characterizado as negociações com o govêrno do Rio. Nesse congresso foi eleito director supremo do Estado o general Juan Martin de Puyrredon.

E si poucos dias depois de haver Lecór penetrado na praça o cabildo de Montevidéo solicitava a annexação á corôa do Reino Unido, fazia-o coagido, tendo nos rins e na garganta as baionetas e as mãos crispadas dos guerreiros luso-brasileiros. Nem se com-

prehende a lealdade e a sinceridade dessa consulta em um povo que acabava de resistir, desde 1816 a 1821, com as armas na mão, por toda a parte onde podia chegar a coragem, a audacia, a bravura, a actividade de José Artigas, de André Artigas, de Fructuoso Rivera, de Ortoguez, de Sotello, de Verdun, de La Torre, na immensa extensão do pampa platino e nas *cochillas* do Rio Grande do Sul.

Mas com o tractado de 30 de Janeiro de 1819; com o auto de demarcação de territorios na fronteira entre o Brasil e a Provincia Oriental do Rio da Prata, em 3 de Novembro desse anno; com as condições de submissão do departamento de Canelones ao general Lecór, em 19 de Dezembro; com a convenção de 2 de Fevereiro de 1820 entre os commissarios do cabildo de Montevidéo e os deputados do Districto de S. José sôbre as condições de sua submissão, ratificada pelo general Lecór e, finalmente, com o tractado de 31 de Julho de 1821, celebrado em Montevidéo, incorporando o Estado de Montevidéo ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, sob o nome de Provincia Cisplatina, seguido da resolução de 21 do mesmo mez para consulta prévia á vontade dos povos da provincia de Montevidéo, e accompanhado das condições addicionaes de 1° de Agosto, relativas a um distinctivo e ás armas do novo Estado, reforçado com a acceitação do general Lecór datada de 2 de Agosto, foi realizado o sonho da politica externa do govêrno do Rio de Janeiro com a conquista da « illusão do Prata ».

Tres mezes antes, a 26 de Abril, o principe real d. Pedro fôra investido nas funcções de regente do reino do Brasil : d. João VI regressava a Portugal, deixando em mão de seu filho a previsão da proxima independencia do Brasil e vaticinando-lhe que seria elle o seu primeiro imperador.

* * *

Como todas as conquistas de illusões, essa, da Banda Oriental denominada Cis-platina, foi ephemera, e, além de ephemera, ruinosa, ingloria e humilhante.

Surgira o Imperio em 1822, começara e crescera a agitação das provincias, rugia subterraneamente a revolta das consciencias ao Norte, e a ameaça de desmembramento apparecia como um temporal que avolumava no horizonte.

Ao Sul, para as bandas orientaes da « illusão » erguiam-se os primeiros rumores e acastellavam-se as primeiras nuvens.

A incorporação da Cisplatina fôra um acto violento e punico: a sua consistencia era apparente ; o primeiro pretexto bastaria para determinar a desaggregação, ainda mesmo que o govêrno do Rio, em mãos do novo imperador e dos seus conselheiros mais notaveis, pudesse adoptar uma politica de maior habilidade e ainda que á bravura de mais experimentados generaes se confiasse a sorte das armas para garantirem com a diplomacia e com a espada os limites do Imperio ao Sul, pelas aguas daquella caudalosa illusão.

O pretexto appareceu : o govêrno de Buenos-Aires, por intermedio do seu emissario Valentim Gomes, communicou ao gabinete imperial do Rio que o desejo do povo de Montevidéo era de voltar á sua antiga origem historica, unindo-se á republica limitrophe.

Era a scentelha.

Coube a tarefa de responder a essa insinuação de Buenos-Aires, ao ministro dos negocios extrangeiros, Luiz José de Carvalho e Mello, a 6 de Fevereiro de 1824.

E a incapacidade da politica brasileira concluiu os exforços da aspiração nacionalista de Montevidéo, habilmente amparados pelas Provincias Unidas, já então independentes.

Desde que da Costa Sousa Macedo capitulara em Montevidéo, entregando a praça a Lecór, que reconhecera a independencia brasileira, retirou-se para Portugal a divisão dos Voluntarios do Rei, e o Prata reconheceu a inferioridade em que ficava o novo imperio, para manter a incorporação da Cisplatina.

Immediatamente cresceu e corporificou-se o partido separatista da Banda Oriental, animado pelo apoio efficaz de Buenos-Aires, principalmente depois que a communicação de Luiz José de Carvalho e Mello respondêra á insinuação do emissario argentino,

no *memorandum* de 15 de Septembro de 1823. Assim se exprimia o ministro brasileiro: « A incorporação da provincia cis-platina ao Imperio é acto da livre vontade de todos os seus habitantes, e o Brasil pelos sacrificios que fez está resolvido a defender aquelle territorio, não admittindo que se consulte novamente a opinião, a respeito da incorporação daquelle estado ás Provincias Unidas.»

E' falso o fundamento dessa resposta: a incorporação se fez pela fôrça das armas, contra a vontade popular nobremente manifestada nos campos de batalha; os caudilhos daquella épocha memoravel eram a expressão selvagem sim, mas epica, mas bella, mas sincera da alma platina. O Imperio não admittia nova consulta á opinião, porque tinha certeza plena de que, não tendo a fôrça das armas para apoiar agora a sua politica, a resposta á consulta seria favoravel ao desmembramento, a illusão se desfaria, o sonho se dissolveria e os limites do Imperio teriam de recuar, pelo menos, ao *statu quo* de 1804.

Continúa a nota do Governo imperial:

« Quanto ao direito de dispor livremente dos seus destinos, « separando-se da antiga União, Montevidéo o tem perfeito, como « teve o vice-reinado de Buenos-Aires para desligar-se da metro- « pole, e outras provincias desse vice-reinado para se separarem de « Buenos-Aires, como Cordoba, Santa Fé, Entre-Rios. . . e o Go- « verno de S. M. I, em vista de tão graves razões, não pode entrar « com o de Buenos-Aires em negociação que tenha por base fun- « damental a cessão do Estado Cisplatino, cujos habitantes não « deve abandonar.»

O mesmo politico e diplomata, que nessa resposta historica sustentava doutrina tão funesta ao direito de consolidação, que não se pode negar ás sociedades politicas sem ferir fundamente a natureza humana e as expansões da liberdade, assignava a nota official emanada do palacio do govêrno do Rio de Janeiro em 6 de Agosto de 1825, desapprovando a conducta do governo de Matto Grosso, que havia reconhecido, acceitando-a, a annexação da provincia boliviana de Chiquitos, cujo governador preferira annexar o seu territorio ao imperio do Brasil, fundado em uma

manifestação do povo. E Luiz José de Carvalho e Mello, em nome do imperador, escrevia e assignava nessa data, estas palavras textuaes : « . . . que lhe foi extremamente desagradavel que houvesse ultra-« passado os limites das suas attribuições, por ignorar que esse ne-« gocio é, por sua natureza, da exclusiva competencia do soberano, « e que tão mal soubera avaliar os sentimentos de seu magnanimo « coração que chegasse a persuadir-se que se pudesse approvar só « por ser util o que é inteiramente contrario aos principios do direito « publico reconhecido por todas as nações civilizadas, quando por « feliz experiencia se conhece que está guiado invariavelmente pelos « dictames mais sãos da justiça e da politica, procurando o maior « bem da nação que governa, sem quebra do direito das outras. »

No entanto, pouco mais de um anno antes, a 6 de Fevereiro de 1824, esse mesmo ministro e diplomata escrevêra e assignara esta doutrina : « Que ainda quando consultasse novamente a « vontade geral da Provincia Cis-Platina por algum meio que se « quizesse propor, ainda quando essa vontade de se manifestar, o « que não era crivel, pela incorporação, seja a Buenos-Aires, seja a « Portugal, seja a qualquer outra potencia, o governo imperial não « poderia deixar de a reputar um ataque, não só aos verdadeiros « interesses do Estado Cis-Platino, sinão tambem aos direitos ad-« quiridos com tantos sacrificios pelo Brasil ao referido Estado, « pois que uma convenção solenne feita entre este Estado e o « Imperio do Brasil, ao qual foi e é muito oneroso, não pode dis-« solver-se só pelo arrependimento de uma das partes contractantes, « sinão pelo de ambas. »

A contradicção é flagrante ; mas muito mais clamorosa se torna quando a compararmos com a doutrina observada pelo govêrno do Imperio na politica interna : em Pernambuco, em 1824, por occasião da rebellião daquella provincia do Norte ; e no Rio Grande do Sul, onde durante tantos annos combateu e perseguiu aquella doutrina.

* * *

Consequentemente foi facil a Lavalleja, e aos seus trinta e dous companheiros de jornada, em 19 de Abril de 1825, protegidos por

Fructuoso Rivera, com as suas tropas, levantar o grito de independencia, no Areal da Agraciada: o grito repercutiu por todo o territorio da Banda Oriental, formou-se na Villa de Florida um Congresso de Representantes, e por essa reunião de patriotas foram declarados irritos e nullos todos os actos da sua incorporação a Portugal e Brasil, e sem mais considerações proclamada a independencia do Estado de Montevidéo, por esta forma eloquente: « Resumiendo la provincia oriental en la plenitud de sus derechos, « libertades y prerogativas inherentes a los demás pueblos de la « tierra, se declara de hecho y de derecho libre e independiente del « Rey de Portugal y del Emperador del Brasil y de cualquiera otro « del Universo, y con amplio y pleno poder para darse las formas « que en uso y exercicio de su soberania estime conveniente.»

Surgira uma patria nova no continente sul-americano, destinada a ficar perpetuamente livre, nas margens do Prata, como sentinella vigilante para que não desappareça da vida das nossas raças essa illusão, que lhes alenta os ideaes de grandeza e de liberdade.

«Las patrias, como los mundos, nacen del fondo de los nublados « y de las tempestades. Son primeramente una materia cosmica lu- « minosa, un instincto que brota de leyes misteriosas, leyes etnicas, « geologicas, sociologicas, historicas, todas ellas emanadas del « Supremo Legislador. Son después un hombre, brotando de « las entrañas del pueblo, y arraigado en ellas, que concentra y que « acaudilla esos instinctos; son, por fin, una multitud que empujada « por una ley superior a su voluntad, ajusta el ritmo de su alma « colectiva al del alma del heróe, afinada á su vez con la divina « armonia universal, realisa hazañas legendarias, é impone alfin por « la fuerza su voluntad, órgano inconsciente de la voluntad de « Diós.»

Dispa-se esse conceito das galas da eloquencia e da poesia, que characterizam o estylo do grande tribuno e poeta oriental que é Zorrilla de San Martin, e iremos encontra-lo synthetizado na proclamação de independencia do Congresso de S. Fernando de Florida, em 25 de Agosto de 1825 e, mais tarde, nas palavras austeras

e fundas do visconde de Cairú, em 18 de Dezembro de 1845, na resposta ao protesto do plenipotenciario argentino : « rotos os « laços que ligavam a America hispanhola á metropole, voltou a « soberania á sua origem, isto é, aos povos e não aos vice-rei- « nados, fracções da sociedade ; e sendo o contracto social livre, « espontaneo e unanime dos povos, que se emanciparam, o unico « titulo da sua nacionalidade, era nelle que se devia ir buscar a « existencia politica ».

Approveitando o ensejo favoravel que se lhe deparava, o govêrno de Buenos-Aires, em nota de 4 de Novembro de 1825, declarou immediatamente ao gabinete do Rio que reconhecia a separação da Cisplatina proclamada pelo povo, para considera-la incorporada ás provincias Unidas do Rio da Prata e promover a sua defesa :

« Por esta solemne declaracion el Gobierno general está obli- « gado a proveer á la defensa y seguridad de la Provincia « Oriental. Sostendrá su compromiso por cuantos medios esten a « su alcance, y por los mismos apersurará su evacuacion de los dos « unicos puntos militares que aún estan guarnecidos por tropas de « S. M. I. »

A essa notificação respondeu o Governo Imperial com a declaração de guerra, em 10 de Dezembro de 1825, contra as Provincias Unidas e seu govêrno, dando como causa determinante desse acto a intervenção de Buenos-Aires a favor da separação e independencia da Provincia Cisplatina : procedia assim o mesmo govêrno, que tres annos antes proclamara a independencia do Brasil !

« Travou-se a mais ingloria das nossas guerras, numa suc- « cessão de combates inuteis, onde apenas sobresaem as victorias « de Rodrigo Lobo, contra o almirante Brown », como escreveu Euclides da Cunha.

A 24 de Septembro de 1825, Fructuoso Rivera teve os louros de uma victoria sôbre as armas brasileiras, enluctadas pela morte do bravo coronel José Luiz de Menna Barreto, no *Rincão das Gallinhas*.

Em 12 de Outubro, no combate de Sarandi, foi derrotado Bento Manuel.

A 24 de Novembro de 1826, o proprio imperador embarcou para o Rio Grande do Sul, a vêr si com a sua presença incutia valor ás forças do seu exercito, desalentadas pelas derrotas, e sem consegui-lo, houve de regressar, porque a 11 de Dezembro a imperatriz fallecera. E si bem que alguns sopros de victoria houvessem bafejado as nossas armas em varios pontos, como nas margens do Quarahi, a derrota que ao marquez de Barbacena infligiu o general Alvear, a 20 de Fevereiro de 1827, no Passo do Rosario, o aprisionamento da esquadra de Senna Pereira pelo almirante Brown, na ilha de Martin Garcia, e a perda dos navios de Shepperd nas costas da Patagonia, puzeram termo definitivo a essa aventura perigosa e fizeram desabar a illusão de tantos annos na mais dura das realidades.

E' certo que a victoria de Alvear e a derrota do marquez de Barbacena foram largamente compensadas depois pela victoria da diplomacia brasileira sôbre a diplomacia argentina, ao redigir-se o tractado preliminar de paz, em 24 de Maio de 1827, em cujo art. I ficou pactuada a renùncia dos direitos argentinos á Provincia Cisplatina e o Imperador se obriga a cuidar com o maximo carinho aquella provincia, do mesmo modo ou melhor que as outras do Imperio. Eis o texto desse artigo:

« A Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata reconhece a independencia e integridade do Imperio do Brasil, e renuncia a todos os direitos que podia pretender ao territorio da provincia de Montevidéo, hoje denominada Cisplatina. »

Quesada, o illustre publicista argentino, escreve:

« El triunfo del Brasil era asi completo, y la derrota de la Republica tenia mucho de afrontoso : el triunfo de Itusaingo quedaba manchado con semejante vergonzoso tratado ; las victorias navales y el terror de los corsarios, tampoco habian pesado en la balanza !

« La diplomacia brasilera reivindicaba asi los honores de exito: la Republica victoriosa en Itusaingo, deponia humilde sus laureles en un tratado ignominioso, sancionando la consumación de la conquista, colmaba con esceso la secular ambicion portuguesa, recogida, y levantada por la colonia emancipada. »

Pouco valeu á brilhante victoria da esquadra do almirante Brown; nada se conseguiu com a substituição do marquez de Barbacena pelo barão da Laguna, a guerra extenuara os contendores, Alvear confessava-se impotente para triumphos mais completos do que a retirada do exercito brasileiro, sob as ordens de Barbacena, e o plenipotenciario argentino affirmava a proxima dissolução da Republica na anarchia inevitavel, si a lucta proseguisse; o tractado de paz de 24 de Maio de 1827 não foi ratificado, porque em tal não consentiu a opinião nacional, e Rivadavia, não podendo resistir á onda das exigencias populares, renunciou.

O govêrno da Republica tombara em plena guerra externa, os partidos politicos proseguiam na lucta apaixonada das suas ambições desorientadas, e a dictadura, que começava a despontar entre os movimentos da anarchia, ganhava vulto ameaçador. E o congresso de Buenos Aires decretou a continuação da guerra, entregando-a ao coronel Manuel Dorrego, que tentou captar o govêrno de Montevidéo, para uma alliança com Bolivar, contra o Imperio invadindo-o por todas as fronteiras.

E muito embora Lavalleja, reassumindo o govêrno em Durasno, augmentando a desordem politica; muito embora o plano de Bolivar não tivesse logrado approvação, muito embora se houvessem dissolvido as fôrças orientaes, tivesse caïdo o govêrno nacional, deixando as provincias sem vinculos que lhes fortificassem a união, muito embora fosse difficil sinão impossivel a reorganização de um exercito capaz de enfrentar a temerosa empresa, o general Rivera, que queria a guerra, succedesse o que succedesse, invadiu a provincia de Missões em Abril de 1828, confiando apenas na sua audacia de caudilho e « contando com o possivel auxilio que esperava dos republicanos de S. Paulo, sublevando-se contra o imperador.

Bem sabia este, porque lh'o havia informado o diplomata inglez lord Ponsonby, da verdadeira situação interna da Republica, da anarchia que lavrava nas Provincias Unidas, da desorganização das suas fôrças militares, e sobretudo da intenção em que se achava o govêrno de Buenos Aires de fazer da Banda Oriental uma nação

independente, tanto que na falla do throno, ao abrir o parlamento, affirmava que « não faria a paz, desmembrando do Imperio a Provincia Cisplatina ».

E assim se explica a facil victoria diplomatica obtida com a negociação e o tractado preliminar de paz, sôbre a delicada e critica situação em que se encontrou o plenipotenciario argentino.

No entanto, um anno depois, quando a anarchia na Republica augmentara e a caudilhagem alçara o collo sem rebuços e sem escrupulos, bastou a noticia da invasão de Missões, para que a politica imperial mudasse rapidamente de orientação e, á custa do desmembramento do imperio, com sacrificio das velhas aspirações portuguezas, com o esvahir da illusão de um seculo e a renúncia para sempre de ter o Prata como limite, no extremo Sul, do territorio brasileiro, fizesse a paz e confessasse definitivamente a sua impotencia, reconhecendo a soberania da Republica Oriental do Uruguai.

Ainda uma vez a mediação da Inglaterra se fez sentir: a primeira fracassara, mas a segunda produziu resultado. Sendo bem recebida pelas duas partes belligerantes, a Argentina enviou ao Rio os seus dous emissarios: os generaes Balcarce e Guido, para negociarem a paz.

Buenos Aires anciava por ella; a anarchia dominava assustadoramente, ameaçando a Republica. Si nesse momento o Imperio pudesse resistir, talvez a fortuna lhe sorrisse, mas o proprio imperador sentia a precariedade da sua situação; sem generaes, sem apoio na opinião, sem a sympathia dos governos extrangeiros e nesse estado d'alma, entre o receio de perder o throno e a perplexidade em face de um problema que o seu espirito não sabia resolver, assignou a convenção preliminar de paz, em 27 de Agosto de 1828, reconhecendo nesse mesmo instante a independencia da Banda Oriental, e firmou o artigo addicional, relativo á livre navegação do Rio da Prata e de seus affluentes.

Em 25 de Dezembro do mesmo anno, os generaes Sebastião Barreto, brasileiro, e Fructuoso Rivera, uruguaio, completavam a obra final da independencia da Banda Oriental, assignando em

Irebeasubá uma convenção, na qual ficou estatuido que, até ulterior deliberação dos governos interessados sôbre as questões pendentes, o rio Quarahi seria uma linha divisoria provisional.

E a Provincia Cisplatina, que Portugal annexara ao reino do Brasil e que o Congresso Constituinte de Buenos Aires, em 25 de Outubro de 1825, declarara parte integrante da Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata, com a denominação de Provincia Oriental, que, em 31 de Março de 1827, jurara solennemente a constituição daquelle Congresso, que fôra o pômo da discordia e a causa da guerra entre a Republica e o Imperio, dessa lucta memoravel saïu para a independencia. A mediação ingleza produziu esse resultado: á convenção preliminar da paz entre os dous belligerantes succedeu o accôrdo, pelo qual renunciaram ambos as suas pretenções, e o territorio que fôra o sonho dourado de ambos, e a illusão enganadora do Brasil, passou a ser, com o reconhecimento expresso do Imperio e da Republica, o novo estado soberano, a Republica Oriental do Uruguai.

Assim, da ancia vã de conquistador, correndo atrás da illusão inattingivel, o Brasil, nos primeiros albores do Imperio, passou galhardamente á posição romantica de protector do sonho... que duas vezes se esvahira.

* * *

O govêrno imperial que se apressara a fazer a paz, apenas teve conhecimento da invasão das Missões pelas fôrças desorganizadas do caudilho Rivera, depois de haver affirmado que não a faria, consentindo em desmembrar a Cisplatina do Imperio; que não pudera resistir em Ituzaingo á investida do exercito do general Alvear e houvera de retirar-se do campo de batalha, abandonando artilharia, bandeiras e bagagens, para asylar-se na margem opposta do Jacuhi, a septenta leguas da arena de combate; o govêrno imperial que não se contentava com o territorio continental da Cisplatina e por mão do proprio monarcha déra ao marquez de Queluz, ministro dos negocios extrangeiros, a minuta das condições para o tractado de paz, incluindo a clausula do art. 6º que impunha a en-

trega ao Brasil da ilha de Martin Garcia, da qual o Imperio necessitava para melhor segurança das suas fronteiras e da sua tranquillidade, o govêrno imperial consentiu que os seus diplomatas incluissem na convenção preliminar de paz, de 1828, duas clausulas que o armavam em cavalleiro manchego, assumindo espontaneamente obrigações que, em sua consciencia, não podia desempenhar. Si durante cinco annos, depois de promulgada a Constituição politica, a Republica fosse perturbada por commoções intestinas, ou si corresse perigo a sua independencia, o Imperio se compromettia, e a nova soberania auctorizava a intervir nos negocios do Uruguai: o Brasil, minado por dissenções internas, batido pela adversidade precoce, ferido pela lucta impiedosa das facções nas suas provincias, veste a cota-malha de Magriço e apresenta-se á diplomacia internacional como o fiador e o campeão da honra e da intangibilidade da donzella do Prata, que havia sido atè alli a sua esperança.

As agitações politicas, até então irreprimiveis no territorio das Provincias Unidas, ganharam incremento com a proclamação da independencía, as luctas avolumavam-se e repetiam-se; por outro lado, não faltavam os desejos e até mesmo as tentativas de annexação da Banda Oriental aos territorios vizinhos, sob pretexto de se formar uma confederação das antigas provincias do vice-reinado, de sorte que, pela lettra expressa daquelle acto diplomatico, o Brasil teve ensejos repetidos de intervir, mas absteve-se outras tantas vezes de levar a effeito essa politica, porque, como observa o sr. Clovis Bevilacqua: «Si lisongeava a vaidade de nossos estadistas, era pouco commodo o papel de garante e campeão de um povo, que a juventude e as condições ethnicas faziam irrequieto.»

E a politica imperial, na impossibilidade manifesta e absoluta de levar a effeito o seu compromisso, embora o tractado de 27 de Maio de 1827 houvesse abortado, por não ter merecido ratificação do govêrno de Buenos-Aires, que o revogou em 25 de Junho do mesmo anno, para fugir a essa situação moral crudelissima, imaginou e iniciou uma outra aventura diplomatica em 1830, entregando ao marquez de Sancto Amaro uma missão delicadissima,

que não logrou resultado apreciavel e que, renovada em 1844 com o visconde de Abrantes, fracassou tambem. Procurava o Imperio interessar a Europa nos negocios politicos da America do Sul, para lhes dar uma solução que o libertasse do grave compromisso, pela intervenção do Velho Continente nas questões do Prata.

Em 1823, Monröe na sua mensagem annual, havia lançado a famosa doutrina que visava salvar as novas nações americanas da absorpção européa; e o Imperio, isolado com o seu regime dynastico, em meio de um enxame de republicas, contrariava inhabilmente aquella expressão de uma politica externa liberal, garantidora e efficaz para o seu desenvolvimento, procurando attrahir ás suas fronteiras a intervenção das potencias da Europa, collocando alli, naquella atmosphera propicia, o germe de futuras contendas internacionaes.

Em 1830, sendo ministro dos extrangeiros o illustre Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois visconde de Abrantes, coube ao marquez de Sancto Amaro receber as instrucções secretas da sua missão á Europa, com o fim principal de tractar dos negocios concernentes á situação politica de Portugal e obter modificação no *Memorandum* britannico sòbre o pagamento de presas. Esse foi o fim principal apparente, mas o intuito verdadeiro era outro, referia-se á intervenção das potencias européas — Inglaterra e França — nos negocios da America latina, no Prata, para conseguir a pacificação.

Essa missão nenhum resultado apreciavel produziu para o Brasil, para a Argentina ou para a França, que realizou a intervenção em 1838.

Ao contrario, depois de dous annos de aventuras militares e de alguns milhões de despesas desnecessarias, foi celebrado, entre o Almirante Mackau e o govêrno de Buenos-Aires, o tractado de 29 de Outubro de 1840, pelo qual, á custa de uma humilhação e do pagamento de indemnizações, Rosas conseguiu o reconhecimente formal da legitimidade do seu govèrno, firmando assim a sua intoleravel e intolerante dictadura.

Pelo art. 3°, esse tractado ficou como o documento perpetuo « do character verdadeiramente injustificavel de uma intervenção « que, reduzida á dolorosa contingencia de abandonar os seus « alliados á clemencia de um govêrno tyrannico, e sem definir « nenhum direito verdadeiro e legitimo, sem consagrar nenhum « pensamento fecundo, condemnava a França a reconhecer a legiti- « midade de um poder, que os seus proprios agentes haviam censu- « rado acremente, proclamando que elle tinha violado todas as leis « de humanidade ».

* * *

As luctas e as desordens internas que abalavam as republicas do Prata não cessavam, e, não obstante a obrigação contrahida pelo Brasil ao assignar o tractado de 1828, o governo imperial assistia impassivel a todos os acontecimentos que ameaçavam levar aquelles povos á anarchia, quando rebentou no Rio Grande do Sul a revolução *farroupilha* de 1835, que se prolongou pelo decennio memoravel.

As sympathias que os governos da Argentina e do Uruguai manifestavam pela causa dos revolucionarios obrigaram o gabinete do Rio de Janeiro a saïr da sua espectativa.

Um incidente inesperado cambiara a situação no Rio da Prata. Entre os republicanos de Bento Gonçalves e Fructuoso Rivera ficára ajustada uma alliança offensiva e defensiva, em 1838, cujo texto primitivo foi caïr em mãos do general barão de Caxias e do qual se deprehende que seria formada uma confederação de Piratinim, Corrientes, Entre-Rios e Montevidéo.

Essa *entente* contrariava e punha em risco os planos mais vastos do dictador argentino d. Manoel Rosas, e este, muito habilmente, apressou-se a entabolar negociações com o govêrno imperial, em 1843, afim de ser celebrado entre Argentina e Brasil um tractado de alliança tambem offensiva e defensiva, attendendo a que o Imperio seria grandemente prejudicado, si tal acontecimento politico se viesse a realizar, victoriosa que fosse a revolução rio-grandense.

« Cumpliendo instrucciones de Buenos-Ayres, en nota de 14
« de Marzo de 1843, el expressado diplomatico (General Guido)
« enbiaba al Ministro de Negocios Estranjeros, Carneiro de Leão,
« la correspondencia de Bento Gonçalves interceptada después de la
« batalla (Arroyo Grande), por la que probaba los arreglos exis-
« tentes entre el titulado Presidente de Rio Grande y el usurpador
« Rivera. El Ministro del Brasil verá en estes documentos compro-
« bada la exactitud con que el infrascrito anunciò repetidas veces
« al Gobierno de S. M. I. la existencia de convenios secretos entre
« aquel agitador y los anarquistas de Rio Grande para ayudarse
« mutuamente contra el throno imperial y contra la Confederación
« Argentina; y para hacer triunfar la más vil deserción de los
« principios americanos. »

Estas palavras pertencem a Pelilla, no seu precioso livro intitulado: *La dictadura de Rosas*. Nesse mesmo anno, accedendo o gabinete do Rio de Janeiro, foi celebrado o tractado de 24 de Março, ratificado a 27 do mesmo mez por parte do Brasil e pelo qual « as « duas partes se obrigavam a restabelecer a auctoridade legitima « no Uruguai, expulsando os rebeldes e os intrusos não só dos « territorios da Argentina e do Imperio, mas tambem da Banda Ori- « ental, que, a seu turno, ficava absolutamente extranha á celebração « desse tractado».

Rosas, que não se deixou enredar tão facilmente como o seu representante general Guido pela diplomacia do Brasil, com grande tino e raro golpe de intelligencia, negou-se a ratificar o tractado.

Foi um rasgo de audacia que o tyranno de Buenos-Aires veiu a pagar caro, mas não é menos certo que, por essa forma, infligiu elle, com grande habilidade, uma derrota a Honorio Hermeto Carneiro Leão, visconde de Paraná, que, como ministro dos negocios extrangeiros, negociava manhosamente essa convenção.

A diplomacia brasileira não se desalentou e, sendo ministro dos negocios extrangeiros o visconde de Uruguai, não teve duvida o govêrno imperial em, por intermedio do seu representante em Buenos-Aires, Ponte Ribeiro, trocar notas com o govêrno argen-

tino pelo facto de haver o plenipotenciario brasileiro no Uruguai, Cansanção de Sinimbú, desconhecido o bloqueio, que a Montevideo puzera o general Rosas.

Rosas negara ratificação ao tractado de 24 de Março, allegando que não lhe seria possivel pôr em execução as clausulas respectivas, sem consentimento do governo do Uruguai, que ficara extranho ao tractado e em cujo territorio deviam penetrar as fôrças do Imperio; mas a causa verdadeira desse procedimento deve ser attribuida ao facto de a esse tempo já poder o tyranno de Buenos-Aires dispensar a alliança com o Imperio, que elle mesmo acariciara, insinuara, pedira e conseguira realizar.

O govêrno imperial, como opina o sr Bevilacqua, volveu á neutralidade. Mas essa neutralidade era ficticia.

Rosas bem sabia que, enquanto o Imperio negociava com o seu govêrno o tractado de alliança que alvejava a Banda Oriental, não abandonara o seu velho ideal: a creação da soberania paraguaia, que se apresentava aos olhos perspicazes da diplomacia brasileira como uma imposição natural para manter o equilibrio com a Republica Argentina, e que para esse fim já havia reconhecido solennemente a independencia do Paraguai em 1844, tendo, aliás, acreditado agentes diplomaticos em Assumpção nos annos de 1842 e 1843.

Ao dictador argentino não escapou a circunstancia de ter accedido o governo imperial tão facilmente á celebração do tractado de alliança offensiva e defensiva, que lhe propunha o seu representante general Guido, ao qual o ministro dos negocios extrangeiros deixara entrevêr que o Imperio não se opporia aos planos do govêrno de Buenos Aries tendentes á absorpção da Banda Oriental, quando estava ainda na memoria de todos os estadistas o teor do tractado de paz de 1828, que reconheceu a independencia do Uruguai, com a obrigação espontaneamente assumida pelo Imperio de garantir não só essa independencia como tambem a integridade.

Ou essa insinuação do diplomata brasileiro encobria um desprezo criminoso pela fé dos tractados e era uma traição á Republica Oriental do Uruguai, ou era uma simples armadilha ao dictador:

em qualquer das hypotheses, Rosas não podia confiar nas negociações e cobria-se perfeitamente, negando ratificação ao tractado de 24 de Março de 1843.

E, quasi simultaneamente, o govêrno imperial lavrava dous actos diplomaticos de uma grande gravidade e extrema delicadeza, para definir a sua politica externa. Em 23 de Agosto de 1844 nomeava o eminente visconde de Abrantes para a importante missão especial na Europa, com o fim de se manter a independencia das republicas do Uruguai e do Paraguai, e convencer a França e a Inglaterra da conveniencia de mandarem aos seus representantes diplomaticos, acreditados na Côrte do Imperio, instrucções para se poderem entender como govêrno imperial sôbre negocios pendentes e quaesquer occurrenciaes futuras, relativas áquellas duas republicas.

Pertencem aos archivos da Chancellaria Brasileira as instrucções reservadas que ao visconde de Abrantes deu o govêrno imperial, sendo ministro dos negocios extrangeiros o conselheiro Paulino José Soares de Sousa, em 23 de Agosto de 1844. Dessas instrucçóès destacamos os periodos que seguem ;

« Objecto da missão — Sabe V. Ex. que o Imperio não pres-
« cinde por modo nenhum da independencia plena e absoluta da
« Republica do Uruguai, independencia que se acha tambem esti-
« pulada entre a França e a Confederação Argentina, pela Con-
« venção de 29 de Outubro de 1840, e ao mesmo tempo não ignora
« V. Ex. que muito suspeitam o governo de Buenos Ayres de
« nutrir vistas ambiciosas contra o dicto Estado do Uruguai.
« Consequentemente, deve estar V. Ex. convencido de quanto
« importa ao Gabinete Imperial conhecer completamente quaes são
« as vistas dos Gabinetes de Londres e de Paris, relativamente
« a essas Republicas do Rio da Prata e do Paraguai. Finalmente,
« muito convem que os Agentes diplomaticos dessas duas nações,
« acreditados nesta Côrte, recebam instrucções para poderem en-
« tender-se com o Governo Imperial sobre os negocios pendentes
« e quaesquer futuras occurrencias relativas a essas republicas.
« Tambem convem que V. Ex. informe circunstanciadamente

« acerca dos projectos e instrucções que, nas grandes nações
« maritimas, por ventura occupem, ou aos governos ou aos par-
« ticulares, a respeito da navegação fluvial na America do Sul,
« companhias que se tiverem formado com esse intuito e tudo
« o mais que fôr relativo a este importante objecto, sobre o qual
« deve haver grande reserva.»

Consta ainda do mesmo archivo a seguinte informação — datada de 22 de Outubro de 1844:

« O Visconde de Abrantes recebeu de Lord Aberdeen a noticia
« da doença grave de Rosas e disse-lhe que se viesse elle a fallecer
« mudar-se-ia a face da politica no Rio da Prata. Lord Aberdeen
« concordou, temendo que a anarchia viesse a devastar aquelles
« paizes. O Visconde de Abrantes lhe observou que, já havia dois
« annos, ella os devastava e barbarizava completamente, insinuando
« que os Governos civilizados o não deveriam permittir, princi-
« palmente a Inglaterra. Nem tão pouco o Brasil.»

A 14 de Septembro do mesmo anno, o govêrno imperial assignou o acto de formal reconhecimento com que ratificou, em Assumpção, a independencia do Paraguai.

Eram dous actos de franca hostilidade aos planos e ao govêrno de Rosas.

A missão Abrantes fracassou : a França e a Inglaterra, acceitando a insinuação da diplomacia brasileira, recusaram a fórmula offerecida pelo govêrno imperial e resolveram intervir directamente, sem audiencia do Brasil, que recebeu em cheio essa desconsideração formal e teve que se recolher ao retrahimento posterior, vencido pelo dictador argentino e menosprezado pelas nações europeas.

E' certo que foram quatro as missões anglo-francezas que intervieram nos negocios do Prata : que á quarta vez a Inglaterra reconsiderou os seus propositos anteriores e poz ponto final nessa politica ruinosa e attentatoria da liberdade e do direito ; que a França ainda uma vez insistiu, confiando ao almirante Lepredour a execução da última tentativa, recuando finalmente á sua antiga politica anti-intervencionista.

E o Imperio, com a sua politica de intervenção, conseguiu exaéctamente o que desejava evitar : « a consagração definitiva do poder « dictatorial de Rosas e as 21 salvas com que a artilharia franceza, « em nome de Luiz Philippe, saudou a bandeira argentina », além « da confissão quasi expressa que antes fizera o govêrno inglez « da inutilidade dos seus exforços, do perigo dos seus bloqueios, « da injustiça e do arbitrio das pretenções sustentadas em seu nome « por agentes mais zelosos que esclarecidos ».

E' exacto que depois da exclusão do Brasil pelos dous governos uropeus, na intervenção por elle mesmo suggerida, por intermedio da missão Abrantes, foi mais tarde solicitado o govêrno imperial a tomar parte na empreza « como um elemento americano de primeira importancia », segundo lhe dizia o govêrno da Republica Oriental, á guisa de premio de consolação.

Que resultados beneficos á humanidade, á civilização, ao desenvolvimento do Direito internacional e á Justiça produziu essa politica de intervenção?

Que lucrou o Brasil com o seu acto inconsiderado, provocando a interferencia das duas nações europeas nos negocios internos das republicas platinas?

A confirmação do prestigio do tyranno argentino e do seu logartenente em Montevidéo e duas guerras, em que houve de empenhar-se, atrazando o seu desenvolvimento, derramando inutilmente o sangue de seus filhos e dos seus ermãos americanos, quando e certo que, pelo immenso e innegavel talento dos mesmos diplomatas, teria conquistado muito, si a politica externa fosse inspirada por outros principios menos duros e mais liberaes.

TERCEIRA CONFERENCIA

Summario — Oribe e as pretenções de Rosas — D. André Lamas e a Defesa de Montevidéo — A queda do partido liberal e o Gabinete conservador — Pimenta Bueno e o Paraguai — Convenio de 29 de Maio de 1851 — Lucta contra Rosas e Oribe — Tonellero e Monte-Caseros — Psychologia de Rosas — A politica externa do Brasil e a visão da Diplomacia — Anomalias de Direito Internacional arvoradas em bons principios — A missão Abrantes e a politica das intervenções — Visconde de Rio Branco, sua figura e influencia — Tractados de 7 de Março de 1856 e de 2 de Janeiro de 1859 — Neutralidade perpetua da Republica Oriental do Uruguai — A *illusão* desfeita

Meus Senhores — Si, como deixámos demonstrado anteriormente, a politica externa do Imperio, provocando a intervenção européa nos negocios americanos do Prata, foi um êrro grave, de funestas consequencias para as aspirações brasileiras, a acção diplomatica do Governo Imperial, incontestavelmente brilhante, não deu melhores resultados, e a illusão se desfez de todo, apezar da victoria que destruiu para sempre, em Caseros, a dictadura de Rosas.

* * *

Desde 9 de Março de 1835, dominava Oribe na presidencia da Republica Oriental, como successor de Fructuoso Rivera, e de pleno accôrdo com o dictador argentino.

Fructuoso Rivera era, no dizer de Schneider, o favorito dos Orientaes. Para elle se volveu a nação quando comprehendeu que havia confiado os seus destinos a um caudilho da raça de Rosas. Desse embate surgiram os dous partidos — *colorado* e *blanco*, e a lucta prolongou-se tenazmente.

A revolução, em nome da « nação illudida », resistia com alentadora energia, concentrada na cidade de Montevidéo que afastava heroicamente a idéa de rendição e prolongava a resistencia, talvez « mais do que permittia a força humana. »

E, não obstante as clausulas do tractado em que o Brasil assumira a obrigação de acudir para salvar a soberania e a integridade da Republica recentemente creada á margem do Uruguai, o govêrno do Imperio assistia áquella pugna desegual e demorada, que punha em risco a independencia uruguaia, visto como todo o empenho de Oribe era, prescindindo do tractado de 1828, incorporar a Republica á Argentina, accompanhando a larga « aspiração de Rosas a formar um Estado poderoso pela sua extensão territorial, que pudesse equilibrar o poder do Imperio.»

Rosas, desembaraçado e livre das exigencias inglezas e francezas nas cinco missões interventoras, que o Governo brasileiro havia levianamente provocado por intermedio da missão Abrantes, com deslustre para o seu pundonor, voltou as suas attenções para o Brasil, repetindo, ora com fementida cortezia, ora com intoleravel insolencia, reclamações infundadas umas, futeis outras, quasi todas traduzindo um pensamento de provocação.

Parece que o fracasso da referida missão e o desaire que ao Governo Imperial adveio da exclusão do Brasil da intervenção que desavisadamente inspirara á França e á Grã Bretanha, haviam imposto ao gabinete do Rio a resolução de não voltar a immiscuir-se nas contendas da politica interna das republicas do Prata.

Convencem-nos desse proposito, alêm do acto de formal reconhecimento da independencia da Republica do Paraguai em 14 de Septembro de 1844, a nota do Governo Imperial, de 26 de Junho de 1845, ao ministro das Relações Exteriores da Republica do Uruguai, respondendo que o govêrno brasileiro guardaria estricta neulidade na lucta das republicas do Rio da Prata ; a nota de 14 de Novembro de 1845 á legação do Uruguai contestando a conveniencia de aggregar-se o Brasil á intervenção europea ; a nota de 28 de Fevereiro de 1846, á legação do Uruguai, declarando que o Governo Imperial não se aggregava á intervenção européa, para que fôra solicitado pela propria Republica platina ; toda a correspondencia com a chancellaria argentina, de 16 de Abril de 1846 a 17 de Abril de 1847 sôbre tal intervenção ; a pertinacia do Governo Imperial em não travar relações officiaes, recusando-se a recebê-lo, com o

diplomata D. André Lamas que, representando a Defesa de Montevidéo, se achava no Rio de Janeiro, desde 1848, e mantendo-as, entretanto, com o general Guido, representante de Rozas, o qual ameaçava rompê-las com o Brasil, si este reconhecesse o diplomata de Montevidéo, no character de plenipotenciario.

Era, sem dúvida, uma insistencia atrevida que o Governo Imperial não devera nem podia tolerar.

A esse tempo dirigia a pasta dos Negocios Extrangeiros a alta mentalidade de Paulino José Soares de Sousa. As discussões que se travavam repetidamente com o representante argentino tiveram termo em 30 de Septembro de 1850, com a retirada da legação daquella Republica e, pouco depois, com o rompimento de relações entre o general Oribe e o representante brasileiro, encarregado de negocios em Montevidéo.

« El Ministro Araña, por nota de 30 de Setiembre, manifestó al « brasilero, de orden perentoria de Rosas, que desde aquella fecha « quedaba cortada toda correspondencia diplomatica. En esta ex- « tremidad, Da Ponte Ribeiro pidió sus pasaportes que le fueron « enviados el 4 de Octubre inmediato.»

O Governo Imperial tractou então de defender-se, defendendo as instituições nacionaes, a patria, o prestigio brasileiro e a propriedade dos seus subditos contra as ambições e a arrogancia do dictador. Eis como o Governo Imperial justificou então o seu procedimento:

« Os exforços feitos pelos generaes Rosas e Oribe para se- « parar do Imperio a provincia do Rio Grande do Sul; a maneira « pela qual cortejavam a revolução de 1835 e contribuiam para que « engrossassem as exaggeradas pretenções de fazer reviver o nullo « tractado de 1777 e de recobrar os povos de Missões que con- « quistámos e dos quaes ha tão longo tempo estamos de posse; « as continuadas tropelias, violencias e extorsões commettidas « sôbre subditos e propriedades brasileiras na fronteira, pondo em « agitação a provincia do Rio Grande do Sul e tornando imminente « um rompimento de um dia para outro, são circunstancias que « nos deviam fazer desejar e empenhar todos os exforços para uma

« solução definitiva dessas questões que, arredando os perigos
« imminentes da posição em que se achava o Imperio, nos
« offerecessem garantias e nos permittissem viver tranquillos.

« Ao mesmo tempo que o Governo Imperial repelliu a le-
« gação argentina como orgam e representante do general Oribe,
« procurava, por intermedio da legação imperial em Montevidéo,
« accommodar as difficuldades nascidas das extorsões e violencias
« practicadas contra subditos brasileiros e da consequente invasão
« do barão de Jacuhi.

« O general Oribe, seguindo, porêm, o exemplo do gover-
« nador de Buenos-Aires, rompia as suas relações com o encarre-
« gado de negocios do Brasil e declarou que não tomaria mais em
« consideração reclamação alguma.

« O Governo Imperial tinha somente duas alternativas :

« 1ª — Proceder como procedeu, acalmando a agitação das
« nossas fronteiras e tomando a si essas questões, como era de seu
« dever.

« 2ª — Empregar com evidente risco de conflagrar a provincia,
« a pouca fôrça de linha, que tinha então nella 5.316 praças
« (tendo sido retirada a indispensavel para pacificar a provincia de
« Pernambuco) em perseguir, prender e castigar homens que nunca
« tinha protegido efficazmente e que reduzidos á desesperação pro-
« curavam rehaver por si os bens, de que haviam sido iniquamente
« espoliados. E isto sem garantia e segurança alguma que o general
« Oribe faria cessar as causas que tinham produzido taes resultados,
« e para satisfazer a quem, accumulando queixas sôbre queixas de
« suppostos aggravos, assim accumulava pretextos para um rom-
« pimento, quando o julgasse opportuno.»

Estas palavras são officiaes : pertencem ao relatorio de 1852, do ministerio dos Negocios Extrangeiros, que era então dirigido por Paulino José Soares de Sousa.

Em Abril de 1848, a Republica do Uruguai insistiu para que o Governo Imperial interviesse nos negocios do Rio da Prata. Essa insistencia foi renovada com rara tenacidade pelo representante da Defesa de Montevidéo, D. André Lamas, que, residindo no

Rio de Janeiro, luctava heroicamente para conseguir que o Brasil amparasse a causa da liberdade contra a dictadura, da civilização contra a barbaria:

« La propaganda del *Jornal del Commercio*, ardiente, incisiva,
« apasionada, conmovió a los partidos, contaminó a la opinion,
« despertó y electrisó las consciencias. Con Rosas ó contra Rosas.
« Claudicar contra el tirano, a quien M. Thiers clasificaba de ban-
« dido desde el alto de la tribuna francesa, ó alzar-se viril y
« dignamente contra él, contra su poder, contra su sistema.
« Barbarie ó civilisacion. Ese era el dilema.»

E o Governo Imperial resolveu abandonar o seu proposito de não intervir, accedeu ás rogativas instantes e começou a agir.

A queda do partido liberal, que se oppunha a lançar o Brasil numa guerra exterior, veio favorecer a intervenção. Chamado ao poder o partido conservador, nesse mesmo dia o imperador recebia em S. Christovam o juramento dos novos ministros e reconhecia a d. André Lamas, no character de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Oriental do Uruguai, até então simples emissario da Defesa de Montevidéo: o Governo Imperial respondia assim ás provocações insolentes do tyranno argentino.

A 19 de Fevereiro de 1850, Paulino J. Soares de Sousa iniciou a correspondencia com a Legação Oriental, respondendo á nota que esta enviara á Chancellaria brasileira. Essa correspondencia prolongou-se até Novembro de 1851, acêrca da resolução do « Governo Imperial de coadjuvar a praça « de Montevidéo; da « prestação de auxilios pecuniarios ao govêrno daquella praça; da « entrada do exercito brasileiro no territorio da Republica; da « disposição do representante da Republica para negociar ajustes « com o govêrno do Imperio; dos movimentos do General Ur- « quiza contra Oribe, da nota collectiva dos representantes dos « Estados que tomaram parte no Governo de 29 de Maio, ao pre- « sidente da Republica do Paraguai; e da intelligencia dada pelo « Governo britannico ao art. 18 da convenção de 27 de Agosto « de 1828.»

Entretanto, para proceder com segurança, o Governo Imperial buscou as allianças do Paraguai, celebrando o tractado de 25 de Dezembro de 1850 e o convenio de 29 de Maio de 1851, com as provincias argentinas de Entre-Rios e Corrientes.

Para a primeira dessas missões o Governo Imperial, que de ha muito a vinha preparando, escolheu o grande jurisconsulto e illustre estadista Pimenta Bueno, depois marquez de S. Vicente, que, além de uma prodigiosa actividade desenvolvida, dedicou-lhe todo o alcance do seu talento, e toda a energia da sua audacia, ao « ponto de crear em face da Confederação de Rosas uma potencia « de capacidade militar, que poderia prestar um concurso efficiente « ás intenções do Imperio.»

« El politico brasileño, diz o Snr. Onneto Vianna, pudo darse « cuenta, mediante un ligero estudio, de la situacion en que se « encontraba el pais y de cuales eran los medios conducentes a « hacer pratico su plan. La tradicion jesuitica, la ignorancia colonial « extendida por todo el territorio de la provincia, la larga tirania « iniciada por Francia y continuada por Carlos Antonio Lopez, « habian rebajado de tal modo el nivel moral y politico del pueblo « paraguayo que en verdad constituia una nacion miserable, que no « pensaba, ni sentia, ni era capaz de un solo acto de voluntad « propia — Comprendió Pimenta Bueno cual era el camino que « debia recorrer para assegurar la primacia del Imperio en un pais « donde no existia conciencia nacional. Lo prático y indispensable « era sancionar y prestigiar el despotismo enervador de Carlos « Lopez, que manteria a su pueblo en una inconciencia degradante, « y valerse de su poder omnimodo para levantar una muralla contra « Rosas, que persistia en sus propositos de enviar una seria expe- « dicion contra la provincia rebelde.»

Pimenta Bueno foi tudo, no Paraguai. Amigo intimo de Carlos Lopez ; seu conselheiro ; fundador do *Paraguay Independiente* e seu redactor ostensivo, o que bem demonstra a sua energia de acção, a envergadura da sua personalidade, a pertinacia do seu espirito, a largueza da sua intelligencia e a tenacidade da sua politica.

E tal foi a influencia suggestiva exercida sôbre o dictador, que lhe inspirou a idea de fazer da sua pequena patria, apenas saïda das faixas da tutella colonial, uma potencia militar que mantivesse em respeito as expansões de Rosas, « suggerindo-lhe ao mesmo tempo a possibilidade de constituir com Paraguai, Entre-Rios e Corrientes uma nação poderosa, no intuito apenas de affagar a vaidade e a megalomania do sombrio dictador e precipital-o no plano inclinado das grandes obras militares ».

Eis como o sr. Onneto Vianna, referindo-se ás *Memorias do meu tempo*, do conselheiro Pereira da Silva e a Joaquim Nabuco, em seu livro *A guerra do Paraguay*, synthetiza a acção diplomatica de Pimenta Bueno, no Paraguai :

« Carlos Antonio Lopez, inducido por los consejos de su « mentor, se entregó a la tarea de preparar un tren de guerra formi-« dable. Para asegurar el monopolio de la navegación fluvial « fortificó las margenes de los rios, dió comienzo á la formación « de una escuadra regular, llamó officiales ingenieros europeos, « ingleses e hollandeses, con el cometido de promover mejoras en « el ejercito, en la marina y en las artes mecanicas. El diplomatico « brasileño tomó participación activa en todos los aprestos y facilitó « á Lopez officiales é ingenieros de su país para la construcción y « organización belicas. Porto Carrero, Soares Pinto, Caminada, « Cabrita y otros distinguidos jefes del ejercito imperial prestaron « el concurso de su inteligencia y de su saber para instruir el ejer-« cito y marina Paraguayos. »

E citando uma passagem do proprio Pimenta Bueno, na sua memoria intitulada *O plano de Humaytá*, publicada na *Revista Brasileira*, o sr. Onneto Vianna assevera que :

« Las baterias y trincheras de Humaytá y el camino « estrategico desde el Paso de la Patria hasta la Asunción, « que más tarde habian de ser destruidas por las fuerzas alia-« das contra Solano Lopez, fueron tambien construidas con el « concurso de Pimenta Bueno, quien conjuntamente con el y dic-« tador argentino revisó los planos dibujos, obra de un ingeniero « prusiano. »

Indubitavelmente Pimenta Bueno preparava uma habil arremettida contra Rosas e minava-lhe o poderio para derruba-lo mais facilmente : o dictador argentino era o maior perigo para as instituições brasileiras, para a nossa integridade e para o prestigio da nossa patria, mas tambem, indubitavelmente, sem olhar as consequencias futuras da sua acção diplomatica no momento, preparava dias amargos para a politica do Imperio, como vieram a demonstrar mais tarde os cinco annos terriveis de 65 a 70, durante os quaes, não obstante as glorias militares para a historia do exercito e da marinha, fôrça é convir que a civilização nada lucrou, o direito não triumphou, e a nossa patria, além das dezenas de milhares de filhos inutilmente sacrificados, assumiu a responsabilidade de haver esmagado para sempre um povo que ajudara, digamos a verdade, punicamente, a erguer-se e armar-se até os dentes, para que mais depressa e efficazmente se pudesse precipitar depois.

Conseguido o seu intuito, armado o Paraguai em potencia militar, a diplomacia de Pimenta Bueno e a politica externa do Governo Imperial levaram a effeito o tractado de alliança offensiva com o Paraguai, em 25 de Dezembro de 1850, contra o Governo de Rosas e em favor da Defeza de Montevidéo, compromettendo-se ambas as partes contractantes a « manter a independencia da Banda Oriental do Uruguai ».

Mas não bastava esse elemento poderoso para vencer a colligação de Rosas e Oribe ; era necessario mais : urgia afastar Urquiza da esquerda do dictador argentino e interessa-lo na alliança com o Paraguai, contra o dictador de Buenos Aires.

« Esa combinacion tenia por base, como elemento concurrente « á las fuerzas de Montevidéo y del Brasil, la defeccion de Urquiza, « su cooperacion, su anza para combatir, para vencer Rozas. Era « evidente que Urquiza dejaria de serle fiel a Rozas el dia en que « contara con elementos para substituir-se á él en el mando de la « Republica. Urquiza... antes de pronunciar-se definitivamente, de « comprometer-se, de romper com Rosas, de exponer-se a perder « lo seguro, que era su omnipotencia en Entre-Rios, exigia que el « Brasil le diera seguridades positivas, que admitiese, el Brasil

« como Montevidéo, sus condiciones en cuanto al mando de las « tropas, á la reorganisacion de la Republica. »

E por obter esse concurso, tão rogado, tão negociado, com condições quasi humilhantes para o Brasil, impostas por Urquiza com o fim de trahir o homem a quem devia tudo quanto era, confabulavam entre si e por meio de emissarios secretos, o representante da Defeza de Montevidéo, no Rio, d. André Lamas, Herrera y Obes na Republica Oriental e o imperador do Brasil em S. Christovam : os ministros de S. M. I. « no entraban de lleno « en la combinacion. » Assim « se iba formando aquella red entre « cuyas mallas acabaria por enredarse el tirano ».

Eis ahi como se fazia e fez realmente a politica externa do Brasil para conquista inattingivel e para protecção liberal e romantica da « illusão do Prata ».

Urquiza era um factor importante, como tambem o era o Brasil, na combinação que se tramava para derrocar a tyrannia de Rosas ; talvez se pudesse prescindir do genial caudilho de Entre-Rios contando-se com o apoio decidido do Governo Imperial, mas para evitar difficuldades maiores que adviriam da conservação de Urquiza ao lado de Rosas, o mais seguro seria aproveitar-lhe o valor e os exforços.

« A Urquiza, en un momento se le dijo, ante sus reticencias y « ambigüedades, *con Usted ó contra Usted*, esto és, Montevidéo y « el Brasil se uniran, de todos modos, contra Rozas, y Usted, el « de Vences é India Muerta, que ha sido, que és una rueda del « engrenaje de opresion y de sangre que estamos resueltos a des- « truir ; si no marcha con nos otros, caerá con el.

« Se le dijo tambien, seguramente, por lo menos al oido, en « ese ó en otro instante de la negociacion, *con Usted y para Usted*, « aunque otra cosa se pensara.

« Lo esencial era derrocar a Rozas.

« Después se veria. »

De todas essas confabulações e trabalhos preliminares resultam a declaração prévia de 16 de Março de 1851, pela qual o Governo Imperial fazia sentir que estava resolvido a coadjuvar a defesa da praça de Montevidéo e embaraçar a sua tomada pelo general Oribe.

E dous mezes depois, em Montevidéo, era feito o convenio de 29 de Maio, entre o Brasil, o Uruguai e os Estados de Entre-Rios e Corrientes, para uma alliança offensiva e defensiva, afim de manter a independencia da Republica do Uruguai e de pacificar o respectivo territorio.

« O artigo 23 desse tractado estabeleceu que : — o govêrno do « Paraguai seria convidado a entrar na alliança, enviando-se-lhe « um exemplar do presente convenio, e si entrar, concordando « com as disposições aqui consignadas, tomará a parte que lhe « corresponda na operação, afim de que possa tambem gosar das « vantagens mutuamente concedidas aos governos alliados. »

Pelo mesmo tractado, a politica e a diplomacia brasileiras obrigavam Urquiza a reconhecer a soberania do Paraguai garantida pelo Imperio e pela Republica Oriental.

Não se pode negar, mandam a justiça e a lealdade da critica historica confessar que foi habilmente, intelligentemente, brilhantemente redigido esse acto da diplomacia brasileira, e nessa affirmação vai implicita a homenagem legitima de grande veneração á memoria do estadista J. Paulino Soares de Sousa que o negociou e levou a cabo : pois que ao firmar-se no art. 23 que o Paraguai poderia gosar de todas as vantagens mútuamente concedidas aos governos alliados, si viesse a concordar com as clausulas do convenio, o illustre diplomata bem sabia que os artigos 15, 16 e 17 que, nem de leve, se referem ao Paraguai, estabeleciam que as altas partes contractantes assumiam a responsabilidade de respeitar a independencia, a soberania, e a integridade dos estados alliados.

Entretanto, ficando estipulado no art. 15 que, si o govêrno de Buenos Aires fizesse a guerra a qualquer dos alliados, individual ou collectivamente, a alliança se tornaria commum contra o referido govêrno, Urquiza e a Republica Oriental junctamente com o Imperio, ficavam obrigados a defender o Paraguai, contra o qual necessariamente se levantaria o dictador argentino, logo que viesse a acceitar as estipulações do tractado de 29 de Maio, o que seria absolutamente certo, como se deprehende do facto de haver

elle exigido auctorização do poder legislativo : « para que hiciese « uso de todos los recursos de Buenos-Aires para someter « la provincia del Paraguay » quando teve conhecimento do art. 2º do tractado de 25 de Dezembro de 1850, não só porque o texto desse artigo implicava uma alliança offensiva contra o governo de Buenos Aires e em favor de Montevidéo, como tambem porque o referido tractado estabelecia a livre navegação do Rio Paraguai.

Estava iniciada a lucta contra o tyranno de Buenos Aires: a politica externa e a diplomacia do Imperio, embora fossem grande o seu talento, profundo o seu tino, largas as suas vistas de penetração no futuro, não puderam evitar a guerra, muito embora estivesse affirmado por actos seguros e claros que o Brasil não se empenhava em lucta de conquista territorial, nem era inspirado por uma injustificavel revivescencia de velhos odios entre Portuguezes e Hispanhóes, resurgindo atavicamente num momento em que, esmagada, asphixiada e ensanguentada a liberdade de ermãos por ermãos da mesma descendencia hispanica, estavam ameaçadas as instituições nacionaes e a propria integridade da patria. Victorioso Rosas contra o Paraguai, contra o Uruguai e contra Entre-Rios e Corrientes, estaria triumphante a idea, tanto tempo acalentada, da reintegração do vice-reinado do Prata, ganharia vulto a reconstrucção de uma grande nação platina, ideal dos politicos argentinos, pensamento que povoava os sonhos de Velez Sarsfield e de Sarmiento, que já enchera o coração de Bolivar e que, ainda hoje, não se apagou das *miradas* de alguns poetas e tribunos do Prata, cuja alma nobre e grande ainda é pequena para a majestade de tamanha epopeia. E, victoriosa essa idéa, o Brasil teria ameaçado o seu futuro, ferida a sua existencia, compromettida a sua integridade que seria necessariamente violada « por todas as suas fronteiras ».

Consequentemente, á politica e á diplomacia do Imperio impunha-se a realização de todos os exforços para desanuviar o futuro, para garantir as raias do territorio brasileiro e as instituições proclamadas em 1822.

D'ahi essa anomalia em Direito internacional: a negociação do convenio de 29 de Maio de 1851, em que figuram como altas partes contractantes « um imperio soberano, independente e con-« stituindo uma personalidade juridica, « duas provincias argentinas « que não tinham soberania externa, que não tinham manifestado « siquer a intenção de se constituirem em estados independentes, e « uma cidade, a de Montevidéo, em cujos muros apenas não domi-« nava Oribe, sem ter consigo o resto da Republica que, com esse « general e as suas fôrças, reconhecia o govêrno de Buenos Aires, « obedecendo ao dictador ».

« El Imperio del Brasil pactaba, pues, con dos fracciones, ar-« gentina y oriental, é intervenia asi, *de facto*, en los negocios in-« teriores de las republicas limitrophes », como observa muito udiciosamente um illustre publicista portenho.

Precedendo o tractado de 29 Maio de 1851, fez-se de vela para o Rio da Prata, em Abril desse anno, a esquadra brasileira, sob o commando do vice-almirante Greenfell, e logo depois de assignado o convenio em Montevidéo, seguiu para o Rio Grande do Sul o conde de Caxias, a assumir o commando do exercito que deveria pacificar a Republica Oriental e garantir-lhe a independencia.

A pacificação alludida importava em combater Oribe, auxiliando a defesa de Montevidéo, e Rosas não se podia conservar como simples espectador dessa lucta que iria enfraquecer mortalmente o seu poderio, alvejando o seu proprio govêrno: preparou-se, tomou posição e saïu a campo.

Dessa resolução do famoso e irascivel tyranno surgiu a convenção especial de 21 de Novembro do mesmo anno, na qual ficou estabelecida definitivamente a alliança estipulada no tractado de 29 de Maio de 1850, e romperam-se as hostilidades.

Oribe foi cercado pela esquadra de Greenfell e pelo exercito dos generaes Urquiza e Garzon, capitulando quando soube que o exercito brasileiro do conde de Caxias se approximava dos seus reductos com 16.000 homens.

Montevidéo fôra libertada do sitio, que lhe puzera Oribe desde longo tempo, mas a phase mais terrivel da campanha ia co-

meçar ; era urgente seguir ao encontro de Rosas que se preparava para enfrentar a alliança, concentrando todos os seus elementos na provincia de Buenos-Aires, contando, sobretudo, com o effeito que produziria no seu povo de adoradores phanatizados, a presença das armas invasoras, recordando a opportunidade em que o seu govêrno havia resistido com energia ás intervenções francezas e inglezas. Errou !

O Brasil cumprira o seu dever : libertara Montevidéo, pacificara a Republica Oriental e vencera Oribe : faltava libertar o povo argentino da tyrannia de Rosas. Aos Argentinos coube a parte principal dessa campanha ; o govêrno imperial auxiliou-a com a sua esquadra e com um exercito de 4.000 homens, sob o commando do general Marques de Sousa, e com um emprestimo de 400.000 patacões ás provincias de Entre Rios e Corrientes, ficando o grosso do exercito brasileiro, num total de 16.000 homens, ás ordens do conde de Caxias, na Colonia do Sacramento, para acudir, em caso de necessidade, e completar a acção das fôrças atacantes.

O exercito do general Marques de Sousa subiu o Paraná nos navios de Greenfell, operando a juncção com as fôrças de Urquiza, a quem coube o commando em chefe da expedição libertadora.

O feito militar brilhante da passagem do Tonelero foi um auspicioso triumpho para a campanha, que se ia desenrolar, e uma pagina triumphal para a historia da marinha brasileira. Operada a juncção das fôrças, Urquiza assumiu o commando do exercito alliado composto de 20.000 Argentinos, 4.000 Brasileiros e 2.000 Orientaes, e marchou contra Rosas.

O tyranno saïu a campo, á frente dos seus 22.000 homens e, a 3 de Fevereiro de 1852, chocaram-se os dous exercitos.

O encontro foi tragico e rapido ; a victoria coroou as armas dos alliados, e a queda do tyranno, desabando do alto de 20 annos de despotismo, rasgou um sulco luminoso de liberdade no céo nublado, extenso e soturno da terra platina.

Houvera elle redimido a montanha dos seus crimes si tivesse caïdo sem vida no campo de batalha ; o seu sangue amortizaria a

divida que elle contrahira em duas decadas de oppressão; mas o tyranno, como todos os tyrannos, covarde, preferiu a ignominia da fuga : mascarou-se em marinheiro e pediu a esmola do asylo ao pavilhão inglez, a bordo de um vaso de guerra : o seu despotismo de sángue terminou num carnaval de medo; a grandeza do dictador, ao crepitar da fusilaria da batalha, converteu-se na ninharia ridicula de Arlequino.

Monte Caseros redimia Ituzaingo. Este fôra o Calvario da nossa illusão de conquista; aquelle foi a Tarpea de um despota, sonhando a grandeza de um vasto reinado que nem Bolivar pudera realizar.

* * *

« Decia Olegario Andrade, que para escribir la vida de Rosas « se requeria el alma de Neron y la pluma de Tacito.» A citação é feita por Pelilla no seu livro intitulado *La dictadura de Rosas*.

Quem não tiver a alma de Nero e a penna de Tacito não poderá estudar, escrevendo-a, a psychologia do tyranno, que por longos annos deshonrou a America, acorrentou a patria, injuriou a liberdade, ensanguentou a Historia e foi morrer abandonado e coberto de maldicções longe da terra que empestara, depois de haver ameaçado a paz, a ordem, a integridade e a vida de meio continente.

Entretanto, o illustre escriptor platino, sem se arrecear do conceito citado, enfrenta a difficuldade e o seu livro é um brilhante documento a demonstrar que nem só com aquelles dous elementos de analyse, exigidos por Olegario Andrade, se pode levar a effeito empresa de tanta monta.

« Si la critica és á la litteratura lo que la anatomia és á la sci-
« encia medica, los procedimientos deben ser analogos. La pluma,
« como el escalpello, necessitan llegar al hueso, para formar el
« criterio de conviccion. »

E a penna de Pelilla, estudando a dictadura de Rosas, é bem o escalpello do anatomista, devassando os mais intimos segredos

de um organismo em comêço de decomposição: vai além do osso, alcança a medulla; sóbe muito acima da materia, culmina sôbre a alma do tyranno e embrenha-se na multidão das almas phanatizadas, escravas, sob a hypnotização do seu despotismo.

« Rozas, desgraciadamente, era tirano de raza y en vez de « amor, tenia desprecio por sus semejantes. Naturaleza formada « en la lucha, habia desenvuelto sus facultades entre el choque « de las passiones ardientes de la politica y de los intereses mas « encontrados. Ningun sentimiento suave se movia en su corazon. « No amaba ni a sus hijos, que, de amarlos, no los habia espuesto « brutalmente á la sátira tambien brutal de sus enemigos, permi- « tiendo que sobre la frente pura de una niña se clavaran las « dolorosas espinas de la sospecha. Rozas tenia las astucias y los « sentimientos de Tiberio y obraba como él; la quinta de Pa- « lermo fué la Capua del tirano argentino. Odiaba instintiva- « mente a los hombres superiores y de costumbres delicados. « Nunca buscó apoyo ni el aplauso de los primeros centros so- « ciales. Inclinaciones incultas le llevaban á solicitar el afecto de « las clases inferiores. De su vida de campo traia el cariño de los « gaúchos y de los indios que le llamaban padre. Una ves en la « capital y en el gobierno atrajo hacia su persona á la gente me- « diocre, les dió puestos rentados, autorisandolos para que en su « defensa y en la de la *Santa causa* cometieran los mas criminales « excessos. Los desheredados esclavos tuvieron en Rozas un pro- « tector que consagró de hecho su emancipación definitiva. A los « negros jovenes y fuertes los libertó para ajugarlos á sus tropas « veteranas, y todos los demás de ese color fueron invitados a « vivir en los campamientos, convirtiendo á las madres y á las « hermanas de aquellos disgraciados que aceptaron, en costureras « de los uniformes de lienzo y baeta colorada, con que se vestia el « ejercito de la federacion. En esa clase desgraciada encontró « Rozas elemento poderoso para su sistema de terror. Las negras « emancipadas se colocaban de sirvientas en las casas ricas de la « ciudad y hacian el espionaje de las familias para comunicar-lo á « la policia. Por este medio infame se descubrieron muchos

« secretos, y los castigos mas atroces, como lo hacemos conocer
« mas adelante, fué su triste resultado. »

E' o depoimento insuspeito de um Argentino, cincoenta annos depois da morte do despota.

Pedro de Angelis, jornalista italiano, redactor da *Gaceta Mercantil,* que foi durante muito tempo o panegyrista do tyranno, confessava ao diplomata uruguaio, d. André Lamas:

« — Mire, Snr. Lamas; yo leia todo lo que U. U. escribian,
« Usted, Indiarte, Florencio, todos, en Montevidéo, sobre los hor-
« rores de aquella tirania.»

« Ustedes se quedaban todos cortos, muy cortos. No mencio-
« naban Ustedes, no insistian, ó por lo menos como correspondia,
« á parte la sangre, que a veces no era lo más cruel, el martirio de
« las madres, la zozobra mortal de las esposas, las angustias de los
« inocentes. Aquel hombre era un tacaño, un ingrato, un miserable,
« y aquellos malvados, perversos, asesinos: Quiroga, Salomon,
« Cuitiño, Troncoso ».

O snr. Pedro Lamas, filho de d. André, que foi secretario de seu pae, durante a permanencia d'este no Rio de Janeiro, como diplomata representante da Defesa de Montevidéo e depois enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Oriental, juncto ao govêrno do imperador d. Pedro II, escrevendo as memorias daquelle tempo, affirma:

« Se trataba de un tirano audaz y sanguinario que habia con-
« cluido por imperar en absoluto desde los Andes hasta el mar, a lo
« largo de todos los rios, de un confin al otro de aquella immensa
« region, con la sola y exclusiva excepcion de una lengua de tierra,
« que se confunde con el mar, donde se alça una enseña de indigna-
« cion y protesto, como un lábaro o una cruz: — Montevidéo! Se
« trata de un regimen omnimodo, personal, salvage, impuesto por al
« terror, fundado sobre una base de sangre derramado sin mirami-
« entos ni piedad; pero no solamente se trata de un regimen y de su
« feroz personificacion sino de un pueblo que, antes varonil y altivo,
« se somete, dócil y sumiso, al conculcador de sus libertades, acla-
« mando-le, soteniendo-le, adorando-le. Y tan este hecho és incon-

« testable, patente, que los patriotas que se alzan contra el tirano « se ven defraudados en sus esperanzas redentoras por la indife- « rencia ó la hostilidad de las poblaciones, mientras ilustres ciu- « dadanos, civiles y militares, que se habian distinguido, muchos « de ellos, en las campañas de la emancipacion o habian dado su « nombre á la Republica en los consejos administrativos, tiraban « del carro del mandon audaz, mesclando-se en sus orgias de opre- « sion, y de sangre, — mientras damas de elevada alcurnia se « prostaban, en los templos, ante su pretenciosa imagen, colocada « con la sacrilega conivencia de um clero pervertido, al lado de la « del Sublime Redentor!... El governador de Buenos-Ayres re- « presentaba, en la supremácia que ejercia, la negacion de toda « humanidad, de toda civilisacion y justicia, manteniendo en la « opresion y la ignorancia á aquellos pueblos que, si habian sacu- « dido el tutelage colonial no habia sido, por cierto, para retro- « ceder hacia los tiempos del más negro y nefasto salvagismo!»

Era esse o homem, o politico, o general, o tyranno que o Brasil ajudou a derrubar, embora tivesse necessidade de recorrer á politica das intervenções armadas, fazendo a guerra e ateando a fogueira das paixões!

Dessas intervenções não colheu o Brasil a menor vantagem material; para leva-las a effeito não se inspirou na ambição das conquistas e, sendo um imperio com raizes num povo de conquistadores, a sua politica não se characterizou pela ancia voraz do imperialismo!

E' certo que durante a phase da sua vida colonial, sobretudo depois que o principe regente estabeleceu a sua residencia no Rio de Janeiro, toda a actividade politica externa se fez em tôrno da idéa de fixar os limites meridionaes do novo reino pelas aguas do Prata, ideal que andámos acalentando em sonhos e buscando realizar em aventuras que nos custaram muito sangue, muito dinheiro e muitas decepções.

Mas não é menos exacto que em 1828, ao assignar o tractado de paz com a Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata, pelo qual ficou separada do Imperio a provincia de Montevidéo e

garantidas as suas independencia e integridade, o Brasil renunciou para sempre ao seu primitivo ideal.

Dessas intervenções ficam na historia do continente americano a affirmação de duas soberanias novas, de duas personalidades internacionaes : — a Republica Oriental do Uruguai e a Republica do Paraguai, além da salvação da honra e da liberdade argentinas.

Realmente, o Brasil passou de conquistador *manqué* a protector romantico da liberdade e da independencia alheias... que não tinha podído conquistar !

E não sendo possivel á politica externa do novo reino e depois á do imperio, auxiliadas pela brilhante diplomacia portugueza e brasileira, conservar incorporado ao Brasil o territorio da Cisplatina, somente lhe restava seguir um de dous caminhos : ou promover e proteger a formação de uma nação unica, revivendo o antigo vice-reinado do Prata que seria uma ameaça perpetua á sua integridade, ás suas instituições e ao seu prestigio, ou combater essa aspiração, auxiliando a independencia de todas.

E' incontestavel que a Diplomacia brasileira viu longe e descortinou com prodigiosa certeza o futuro que esperava a nossa patria, e si durante o desenvolvimento da sua intelligentissima actividade, repetidas vezes o Direito foi profundamente ferido pela Politica, é impossivel negar que, alentando, protegendo e impressionando os sentimentos patrios dos irrequietos e bravos povos do Prata a rumo da independencia, a Diplomacia brasileira assegurava os destinos da sua patria.

E tanto mais é para admirar o resultado colhido quanto é certo que os espiritos illustres da Diplomacia brasileira tinham de luctar em um meio duas vezes infenso á sua acção, já destruindo as naturaes tendencias historicas e ethnicas, que impelliam esses povos para o resurgimento do antigo vice-reinado e combatendo as ambições dos innumeros caudilhos que amparavam esse ideal, já defendendo as instituições imperiaes representadas por uma dynastia que era planta exotica, um caso sporadico entre as republicas nascentes da America hispanhola, quer do Prata, quer do Pacifico.

Não foi, positivamente, o amor á liberdade humana que levou o Brasil á situação de paladino da independencia da Cisplatina e do Paraguai e da libertação argentina ; não o impelliram a essa aventura o desinteresse, a abnegação, o altruismo, conquanto não houvesse tirado de toda a sua acção as compensações materiaes, em territorios novos ou em indemnizações pecuniarias aos enormes sacrificios que fez e que ainda hoje pezam na sua existencia politica e na sua historia.

Ao contrario, mesmo depois dos tractados de 27 de Agosto de 1828, de 25 de Dezembro de 1850 e 29 de Maio de 1851, proclamada e reconhecida a independencia das Republicas Oriental e do Paraguai e negociada a acção conjuncta do Imperio, do Uruguai e de Corrientes e Entre-Rios, para a libertação argentina, o Brasil não descançou á sombra dos louros colhidos e teve de sacrificar sangue precioso, trabalho exhaustivo, tempo immenso em duas guerras cobertas de glorias, mas cheias de responsabilidades e de prejuizos : as campanhas do Uruguai e o quinquennio paraguaio com a triplice alliança.

Os diplomatas do Imperio : Honorio Hermeto Carneiro de Leão ; Antonio Paulino Limpo de Abreu ; José Antonio Pimenta Bueno ; Bento da Silva Lisboa ; Paulino José Soares de Sousa ; Cansanção de Sinimbù ; Duarte da Ponte Ribeiro ; Manuel Alves Branco ; Pedro de Araujo Lima ; Bernardo de Sousa Franco ; Francisco Vilella Barbosa ; Miguel Calmon Du Pin e Almeida deixaram os seus nomes ligados intimamente a todas as luctas que, em diversas epochas, o Brasil houve de travar no Prata, ora com o fim de assegurar-se a fronteira meridional pelas aguas dessa caudalosa illusão, como lhe chama Euclides da Cunha, ora para tornar impossivel, com a independencia do Paraguai e da Banda Oriental, a resurreição do vice-reinado, sob a fórma de uma vasta confederação que viria a ser mais tarde um rival perigoso e terrivel.

E' indiscutivel o valor intellectual de cada um desses grandes homens ; entretanto a politica do Brasil no Rio da Prata até á queda de Rosas, si teve fulgurações de victorias, teve tambem eclipses de derrotas : estas, de consequencias mais duradouras do que aquellas, por assim dizer, fugaces.

Tudo contribuia para que entre os herdeiros das dominações hispanhola e portugueza na America se prolongassem as luctas e as rivalidades que, durante seculos, constituiram a preoccupação permanente dos dous povos da Peninsula Iberica : da differença de lingua á diversidade de temperamento ; da fórma de govêrno aos interesses economicos ; da extensão territorial á fixação de fronteiras ; dos costumes populares ás instituições sociaes.

Aos primeiros albores da emancipação dos povos coloniaes das duas origens, as almas de Castella e Aragão revigoradas pelo clima americano e renascidas nas populações dos pampas, das cordilheiras e das savanas, pensaram em fazer a guerra aos descendentes dos Portuguezes acclimados no immenso territorio brasileiro, e Bolivar, que synthetizara essa aspiração, ter-se-ia lançado contra o Imperio e a casa de Bragança si não houvessem fracassado as negociações, que entabolára nesse sentido com San Martin.

E o Brasil, que conhecia perfeitamente as intenções dos seus vizinhos, correspondeu com eguaes sentimentos: as turbulentas democracias do Prata receiavam que a fórma monarchica que regia o Brasil influisse perniciosamente no seu meio e viesse a prejudicar-lhes a fórma republicana, que haviam escolhido para reger os seus destinos ; a monarchia brasileira, a seu turno, nutria receios eguaes a respeito da suggestão, que as instituições platinas pudessem traze ao povo do Imperio.

As communicações economicas e politicas com o alto interior do reino e, mais tarde, do imperio, só pelas aguas do Prata e dos seus tributarios seria possivel: essa circunstancia impunha aos governos do Rio a necessidade de assegurar a livre navegação dessas correntes e, sobretudo, da emboccadura do grande estuario ; dahi, a teimosia diplomatica e politica em fixar, por aquellas aguas, as fronteiras naturaes do Brasil.

E todas as luctas em que, na America do Sul, andaram empenhadas as armas portuguezas e hispanholas e, depois, as brasileiras e platinas tiveram origem nessa pretenção pertinaz de conquista e na indomavel resistencia que lhe era offerecida. Si a victoria coroava a acção das armas hispanholas, Portugal, pela

incontestavel habilidade e pelo comprovado talento dos seus diplomatas, annullava o triumpho da fôrça e com a argucia dos seus representantes approveitava os louros do adversario.

A' guerra iniciada em 1825 e terminada em 1828 com a derrota de Ituzaingo para as armas luso-brasileiras, deveria succeder logicamente a imposição de condições pelos vencedores aos vencidos; no entanto, o que succedeu foi o contrario: a convenção de 27 de Agosto de 1828 apparece impondo aos vencedores, que acceitaram, a fórmula declaratoria, por parte do imperador, de separação e independencia da Cisplatina, o que implica o reconhecimento do direito que sôbre ella disputava o Brasil e negara sempre o govêrno de Buenos Aires.

Já, anteriormente, a invasão de Lecór fôra levada a effeito com o pretexto de suffocar a anarchia reinante na Banda Oriental, e affirmando-se que seriam respeitadas e reconhecidas a integridade das Provincias Unidas e a vigencia do tractado de 1812, protestos estes confirmados em nota de 23 de Julho do ministro dos Negocios Extrangeiros do govêrno do Rio, ao director supremo das Provincias Unidas, na qual se dizia que: « A occupação do territorio de Montevidéo foi uma medida provisoria para procurar « a paz, aquietando-se o que lhe ficava contiguo e que a agitação « de Artigas não lhe permittia demorar por mais tempo ». No entanto apparecem, mais tarde, em Janeiro de 1817, o cabildo de Montevidéo, corporação meramente municipal, sem autonomia siquer, solicitando a annexação da provincia á corôa de Portugal, Brasil e Algarves, e o govêrno do Rio, que bem sabia não ser o cabildo uma personalidade soberana com quem pudesse e devesse tractar similhante negociação, acceitando-a, para invoca-la depois, como justificação dos seus actos de conquista e o fundamento dos seus direitos o — *uti possidetis*.

E' exacto que o visconde de S. Leopoldo, pelas paginas das *Memorias do Instituto*, procura demonstrar que o cabildo de Montevidéo era, áquelle tempo, auctoridade com a qual o govêrno portuguez podia tractar a questão da incorporação da Banda Oriental ao Brasil. Mas não é menos exacto que, além de Montevidéo,

e, portanto o cabildo, se achar em poder das forças luso-brasileiras que obedeciam ao general Lecór, faltando-lhe por isso a liberdade para tractar com a necessaria autonomia de assumpto tão importante, tambem não se deve exquecer que o territorio da Banda Oriental fazia parte integrante das Provincias Unidas do Rio da Prata, as quaes se haviam declarado independentes em 9 de Julho de 1816.

A incorporação, pois, fundada no pedido, no offerecimento, no accôrdo, na cessão, ou que nome lhe quizerem dar, feita pelo cabildo de Montevidéo, é, em Direito internacional, absolutamente insustentavel, visto como não ha tractados de tal natureza, ou, havendo-os, são nullos, quando feitos por quem não é ou não representa uma pessoa soberana. E o cabildo de Montevidéo era tão sómente uma corporação administrativa municipal, sem attribuições politicas que pudessem auctorizar e justificar cessão territorial de uma provincia inteira das mais importantes entre as da União do Rio da Prata, pela sua posição geographica, chave da navegação do grande rio e dos seus affluentes.

Os agentes do Brasil fomentavam os movimentos separatistas do Paraguai para torna-lo independente das Provincias Unidas. Quando estalou a revolução de 1810, o govêrno do Paraguai negou a sua adhesão á causa commum do vice-reinado, e dentro em pouco se separou do laço que unia ás provincias. Isso deu origem á expedição de Belgrano, que fracassou em Paraguai e Tacuari e que capitulou em 12 de Março. Em vista da occupação de Corrientes pelas fôrças do Paraguai, houve o tractado de 1811, que, provisoriamente, assentou as linhas limitrophes do novo Estado.

A diplomacia do Brasil insistiu na creação da soberania do Paraguai : era um meio excellente para se impôr á Republica Argentina e, aos poucos, sem reconhecimento formal da respectiva independencia, o govêrno do Rio de Janeiro enviou um consul que o representasse perante a dictadura de Francia, depois acreditou-o na qualidade de encarregado de negocios.

Quando o general Guido, representando Rosas, e o ministro Carneiro Leão, do Governo Imperial, celebraram o tractado de 27

de Março, o dictador argentino negou-se a ratifica-lo : era um aggravo irrogado ao govêrno imperial e delle poderiam resultar consequencias graves. A Politica resentiu-se e a Diplomacia entrou em scena : passaram-se esses acontecimentos em 1843.

Em 1844, partiu para a Europa, em missão especial, com instrucções reservadas, o eminente visconde de Abrantes, para conseguir a intervenção da França e da Inglaterra nos negocios do Prata e o reconhecimento da independencia da Republica do Paraguai. Essa missão produziu effeito contrario ao que desejava o Governo Imperial, mas a Diplomacia não se desconcertou : o retrahimento da politica brasileira nos negocios do Prata era apparente ; por traz da cortina, a Diplomacia trabalhava. Em Assumpção, Pimenta Bueno aquecia ao peito a serpente, que nos havia de morder mais tarde ; no Rio de Janeiro confabulava com o representante da defesa de Montevidéo a quem extendia a mão : punha assim o dictador de Buenos-Aires entre dous fogos ; e por intermedio de d. André Lamas negociava a solidariedade de Corrientes e Entre-Rios na obra commum da queda do tyranno, procurando segregar do territorio argentino aquellas duas fracções, insinuando a Urquzia « a possibilidade da formação de um novo estado, « cujo limite seria o rio Paraná ».

E o Imperio soberano apparece como parte contractante de uma convenção de alliança offensiva e defensiva com Corriente e Entre Rios, entidades que não eram nem jamais foram soberanas e que, consequentemente, não podiam contrahir obrigações na esphera do Direito internacional.

* * *

Desfeito o poder de Rosas, esmagada a dictadura do despota argentino, a Diplomacia, obedecendo á politica externa do Governo Imperial, não adormeceu á sombra dos louros colhidos, porque muito embora houvessem as armas alliadas vencido o maior inimigo do Brasil, continuavam no Paraguai e na Banda Oriental os germes das revoltas e da anarchia, o caudilhismo em acção, perpetuamente erguidas sôbre o Imperio essas duas clavas,

uma dominando o Uruguai, outra dominando o Paraná, caminhos necessarios ao desenvolvimento economico do Brasil; este, communicação obrigada para alcançar o interior de Matto-Grosso; aquelle, limite occidental do Rio Grande do Sul e, entre ambos, a mesopotamia feracissima, rica, promissora e ambicionada de Entre Rios e Corrientes.

Surge, então, no vasto scenario da Politica imperial e na intrincada Diplomacia brasileira no Prata, a figura excepcional de « Paranhos, el más illustre de los estadistas del Imperio ; el coloso « de la politica imperial que fué el alma de la mision del Plata ; « que con los años estaba reservado a cubrir de gloria á la diplo- « macia del Brasil y salvarlo en las situaciones mas dificiles, y llegó « a ser por su talento y erudicion el diplomatico mas eminente del « Brasil », como o considera o Sr. Onneto Vianna.

A politica intervencionista no Rio da Prata, que andou sempre a tramar o tecido da intriga, recorrendo ás armas para abafar os movimentos que a sua acção dissolvente fomentava, e emmaranhando com as navetas da diplomacia tortuosa, quando as armas eram infelizes, a politica, nem liberal nem conservadora, que se servia de todos os meios e processos para alcançar um fim teimosamente ambicionado, desde a má fé á conquista, desde a usurpação á compra, essa politica póde ficar amplamente characterizada pelas negociações secretas, entre o plenipotenciario da cidade de Montevidéo, sitiada, em 1845, Francisco Margarinos y Cervantes e o proprio ministro dos Negocios Extrangeiros do Governo Imperial, Ernesto Ferreira França, durante as quaes foram apresentadas as bases de um tractado já redigido, talvez definitivamente. O art. 7º desse tractado estabelecia « a renùncia peremptoria, « da Republica Oriental em favor do Imperio, ao territorio compre- « hendido na ultima demarcação realizada em tempos do govêrno « hispanhol e cuja *reserva* ficara contida na Acta do Congresso « Cisplatino, de 31 de Junho de 1821 ; *reserva* que o referido « projecto de tractado annullava para sempre ».

E para coroar a belleza dessa obra prima, o art. 8º esti- « pulava que : « em compensação á renuncia que fazia o govêrno

« da Republica do Uruguai em favor do Imperio, se obrigava este
« a entregar, á ordem e disposição do govêrno oriental, a
« quantia de um milhão de pesos fortes de prata que pagaria em
« tempo, modo e fórma, que fossem estabelecidos em artigo addi-
« cional, que valeria como annexo e parte integrante do tratado ».

O diplomata oriental, escrevendo annotações ao teor desse tractado que recebeu redigido e prompto das mãos do govêrno que representava, deixou, de seu proprio punho, estas palavras suggestivas, que valem por um brado da consciencia, sentindo-se alarmada pelo juizo que a Historia haveria de externar a respeito desse acto diplomatico e do seu negociador : « Sé hoy que com-
« prometo mi reputación ».

E o illustre escriptor argentino, sr. Quesada, pergunta : « Porque tenia esa intima y profunda creencia de que tal tratado comprometeria la reputación del plenipotenciario oriental ? Sabia que era perjudicial a su pais ? Sabia que pactaba sobre territorios argentinos ? ».

E o Governo Imperial acceitava propostas dessa natureza, e negociava cessões dessa ordem com quem não tinha personalidade juridica para taes emprehendimentos e sôbre extensões territoriaes, cujo dominio, desde tempos remotos, o Brasil contestava ao vice-reinado do Prata, nas diversas modificações pelas quaes havia passado !

* * *

Depois do triumpho enorme de Monte-Caseros, o Brasil constituiu-se, naturalmente, o árbitro da situação, podia impor-se, e aproveitou realmente o ensejo. O Rio da Prata offerecia á observação dos politicos um aspecto totalmente diverso daquelle que distinguira todo o tempo que durara o despotismo de Rosas. O facto de haver sido, por um largo periodo, solicitada a sua intervenção na Republica Oriental e de haver accedido a tão reiteradas solicitações, acudindo com um exercito poderoso para liberta-la da accção oppressora de Oribe, deu ao Governo Imperial uma grande auctoridade e um prestigio notavel sôbre os homens politicos da nação oriental.

Montevidéo, pela sua excellente posição geographica e pela heroicidade da resistencia offerecida ao tyranno de Buenos-Aires e ao seu logar tenente Oribe, constituiu-se um magnifico centro de observação politica e diplomatica, de onde irradiaria toda a influencia brasileira sôbre os negocios do Prata.

Era alli, portanto, que o Governo Imperial devia concentrar todo o seu cuidado, toda a sua energia prudente, todo o seu talento, toda a sua habilidade diplomatica.

Era ministro dos extrangeiros do gabinete de 8 de Outubro de 1849 o conselheiro Paulino J. Soares de Sousa, que nomeou ministro plenipotenciario do Brasil, em Montevidéo, José Maria da Silva Paranhos, mais tarde visconde de Rio Branco.

O valor moral e politico do diplomata, alliado ás circunstancias especiaes em que se achava a capital da Republica, converteu Montevidéo em centro de actividade : Assumpção havia perdido o interesse que despertara antes da queda de Rosas, pelo facto de haver desempenhado o papel que lhe fôra distribuido na empreza de esmagar o tyranno.

Caseros transformara apenas a face da politica platina, mas não teve o condão de acalmar as luctas, de serenar as ambições, de tranquillizar os espiritos.

Logo em seguida, Buenos-Aires separou-se da Confederação e surgiu a dualidade de governos : o de Paraná, nas mãos de Urquiza com treze provincias, e o de Buenos-Aires em completa autonomia. A lucta foi sangrenta, e só a victoria de Mitre em 1861, oito annos depois, produziu a unificação argentina.

Esse largo periodo de desavenças e dissenções internas foi de plena paz para o Brasil e permittiu que o Imperio desenvolvesse serenamente todas as suas fôrças vitaes numa expansão, que se avigorou notavelmente. De todo esse periodo, de 1853 a 61, são culminantes os actos diplomaticos de 7 de Março de 1856 e de 2 de Janeiro de 1859, ambos effectuados nas gestões do visconde de Rio Branco.

No primeiro, tractado de amizade, commmercio e navegação, Argentina e Brasil garantem a livre navegação dos rios Paraná,

Uruguai e Paraguai nas partes pertencentes ás duas soberanias, ainda mesmo no caso de guerra entre as nações do Prata ; consagram o compromisso mútuo de não permittirem segregação de qualquer parte dos seus territorios, nem a erecção de governos independentes em desconhecimento da auctoridade legitima ; confirmam a independencia da Cisplatina constituida desde 1828 em Republica Oriental do Uruguai e o reconhecimento da soberania da Republica do Paraguai, bem como a obrigação de defenderem a integridade e a independencia da Republica Oriental ; estabelecem a neutralização da ilha de Martim Garcia em tempo de guerra e accordam em se opporem por todos os meios a que essa ilha deixe de pertencer a um dos Estados do Prata, que se obrigue a não se servir della para impedir a livre navegação aos outros ribeirinhos e signatarios do tractado de 10 de Julho de 1853.

Esse documento continha e consagrava principios liberaes e amplos, francamente favoraveis ao engrandecimento das nações do Prata, estabelecendo as bases de uma politica larga e pacifica.

A livre navegação dos rios affluentes, que formam o grande estuario do Prata, e o convite dirigido ao Paraguai para acceitar esse principio, eram a consagração de um grande ideal de prosperidade economica e o complemento daquella grande medida que immortalizara a inspiração de Cairú, abrindo os portos do Brasil ; o compromisso referente á segregação de territorios e formação de governos independentes era um golpe de morte no caudilhismo turbulento ; a confirmação da independencia das Republicas do Uruguai e do Paraguai significava a extincção, para sempre, das ambições imperialistas ; e a neutralidade da ilha de Martim Garcia em tempo de guerra, bem como sua permanencia como territorio americano, eram a segurança plena da livre navegação do Prata e seus tributarios.

No tractado de 2 de Janeiro de 59 ficou estabelecida a neutralidade absoluta e permanente da Republica Oriental do Uruguai, entre o Imperio e a Republica Argentina.

Pelo artigo 4°, as duas chancellarias, do Rio e de Buenos-Aires, contrahiam a obrigação perpétua de defender a indepen-

dencia da Republica Oriental, estabelecendo no art. 5° os casos em que deveria ser considerada offendida a independencia ou a integridade territorial.

E pelos artigos 8,°9° e 10°, os governos argentino e brasileiro convencionavam a conservação da Republica Oriental em estado de neutralidade permanente, especificando os direitos e obrigações que deveriam characterizar a referida neutralidade.

A alta significação internacional e politica desse documento, emanado do espirito superior do visconde de Rio Branco, é indiscutivel.

Estabelecendo em fundamento solido o equilibrio das nações sul-americanas, abria uma era nova de paz e de prosperidade para as duas potencias rivaes que, desde os tempos de colonias, vinham luctando pela posse, pelo dominio exclusivo daquelle territorio, e punha termo final á serie velha e ininterrupta de intervenções, invasões, intrigas, luctas, guerras e odios que se succediam e accumulavam sem vantagens de nenhuma especie, antes com prejuizo manifesto para o progresso do continente, retardando o desenvolvimento economico e commercial dos vastos e uberrimos territorios banhados pelas correntes do Prata e affluentes.

Era a solucção unica e equitativa : economicamente, dava a a cada um a tranquillidade para, em plena e perpétua paz, tractar dos poblemas internos, da cultura dos seus campos, do povoamento dos seus desertos, da exploração das riquezas do seu sólo ; politicamente, punha termo ás luctas entre as instituições republicanas do Prata e as imperiaes do Atlantico, impedindo as ambições de conquista.

« La neutralisacion de la Republica Oriental del Uruguay como
« Estado intermedio entre el Imperio del Brasil y la Republica Ar-
« gentina, fué una solucion prudente y necessaria entonces y una
« solida garantia de paz ahora. Las naciones, como los individuos
« tienen que acceptar las evuluciones fatales de los acontecimientos :
« la annexion de la provincia Cisplatina al Imperio era una amenaza y
« una perturbacion para la nacion argentina y tan lo era, que produjo
« la guerra entre la Republica y el Imperio ; y la reincorporacion

« á los territorios del antiguo Vircinato, que formaron las Provin-
« cias Unidas del Plata, alarmaba al Brasil que ocupó al fin el terri-
« torio de la Banda Oriental. La prudencia y la prevision aconsejó,
« pues separar la piedra del escandalo, y crear uma naciona-
« lidad por el concurso y covencimiento de los Estados limi-
« trofes, y en condiciones que la neutralisacion de su territorio inter-
« medio alejara los conflictos producidos por los celos y rivalidades
« tradicionales, lo que hacia dificil la armonia de las dos naciones
« independientes.»

São palavras de um argentino illustre, Vicente Quesada, em um trabalho intitulado *La aliança contra Rosas y Oribe,* nas paginas da *Nueva Revista* de Buenos Aires.

Pois essa solução vantajosa para todos; a unica verdadeiramente juridica e digna, producto de uma grande politica internacional, não teve realização, porque não foi regularmente ratificado o tractado que a continha.

E o Prata, como « illusão » atrás da qual correu o Brasil durante um seculo e meio, esvaiu-se dos sonhos da Politica imperial: — nem como perpetuamente neutra a Banda Oriental poude ficar entre a Argentina e o Brasil, continuou como um pesadêlo a pedir intervenção, a debater-se constantemente na lucta das paixões partidarias, fonte perenne de reclamações e de rivalidades e de contrabando e revoltas, que tanto prejudicam o desenvolvimento commercial e economico e a cultura social dos dous povos vizinhos e amigos, berço de tantos e tão grandes homens, patrias de tantos heróes, ninhos de poetas e tribunos que o mesmo céo inspira e cobre, e a mesma brisa livre e oxygenada do Atlantico alenta, fortalece e banha numa ablução lustral de altivez.

QUARTA CONFERENCIA

Summario — Intervenção do Brasil na Republica Oriental em 1855 — Trez annos de calma apparente — A vida e os bens dos Brasileiros — Exigencias do Imperio — Revolução de 1858 — Um êrro grave: — Quinteros — Anomalias, ridiculos e ironias de um tractado — Missão Saraiva – Figura do diplomata, sua acção — Notas de Saraiva e do ministro Herrera — O general Netto: impressão causada pelo seu protesto — No parlamento e na imprensa ; Zacharias e Evaristo da Veiga — Solano Lopez ; concentração do seu exercito — Nota do ministro Berges — Tormenta no horizonte — Ultimatum de Saraiva: represalias ; invasão de Menna Barreto ; Mello, Salto, Montevidéo — Flores belligerante ; sitio e bloqueio da Capital — Questão Christie ; barca mercante *Prince of Wales* ; officiaes da fragata *Forte* — Ultimatum inglez ; represalias do almirante Wannen — Laudo do rei dos Belgas — Victoria do Brasil — Barão do Penedo e Sir Thorntom — Saraiva e Christie

Si é exacto que a Diplomacia brasileira não conseguiu a conquista do ideal longo tempo acariciado, estabelecendo pelas aguas do Prata o limite extremo do territorio da Patria, ao Sul ; si não poude conseguir a conquista, que devera ter sido a succedanea daquell' outra inattingida, estabelecendo-se a perpetua neutralidade da Republica Oriental do Uruguai, tambem não é menos certo que, pelo seu exforço, pela sua tenacidade e pela sua intelligencia, impediu a formação soberana do antigo vice-reino de Buenos-Aires, o ideal opposto pelos povos do Prata oriundos da antiga colonização hispanica, ideal que, uma vez realizado, como sonhara Bolivar e como tanto ambicionaram Rosas e Lopez, traria necessariamente, ao Brasil, os dias mais amargos e talvez mais vermelhos da Historia sul-americana.

Ao grande imperio do Atlantico oppor-se-ia ou o Vice-Reino do Prata ou a Grande Republica do Pacifico, e o que seria o embate dessas duas correntes oppostas, o que seria o choque dessas duas montanhas de interesses contrarios, alvejando ambas o mesmo poncto, desejando ambas a mesma conquista, poderá ser calculado pela serie de luctas cruentas e politicas, nos campos de batalha e na sombra dos gabinetes da Diplomacia, luctas que ainda não estão

completamente extinctas, que são como brazas, que um conjuncto de causas complexas conserva accesas sob uma espessa camada de cinzas apparentemente frias.

A queda de Rosas parecia haver aberto novos horizontes de prosperidade e de affeição entre os povos vizinhos e fronteiriços, iniciando uma era nova de paz, que fomentaria a actividade agricola, commercial e industrial, a caminho de um futuro mais grandioso e mais nobre.

Essa esperança durou pouco.

Rosas foi vencido a 3 de Fevereiro de 1852, e tres annos mais tarde, em 1855, o Governo brasileiro voltava á intervenção na Republica Oriental.

Juan Francisco Giró, membro proeminente do partido *blanco,* fôra elevado á presidencia da Republica, amparado pela auctoridade de Urquiza que lhe prestou todo o apoio das suas armas e, immediatamente, rebentou a guerra civil originada na intolerancia do novo govêrno, collocando-se á frente do energico movimento as figuras prestigiosas de Venancio Flores, Fructuoso Rivera e Lavalleja.

O arranco foi tão violento que o presidente Giró sentiu-se incapaz de resistir-lhe e vence-lo e, muito embora inimigo declarado do Brasil a cujo govêrno e a cujo povo fizera duros aggravos, não duvidou pedir-lhe auxilio para salvar-se. Flores e os seus amigos não lhe deram tempo para tanto; a investida dos *colorados* foi impetuosa e Giró retirou-se do poder, sendo este occupado pelos vencedores em um triumvirato, que pouco sobreviveu ao triumpho: Lavalleja e Fructuoso falleceram e Venancio Flores, a 11 de Março de 1854, era reconhecido presidente da Republica pelo prazo de dous annos.

O govêrno provisorio dos triunviros não foi mais feliz e houve de seguir os mesmos passos do antecessor, voltando á pedir auxilio de fôrças imperiaes, para restabelecimento da ordem e da paz na Republica.

Apezar do exercito de quatro mil homens, commandado pelo general Pereira Pinto, que o gabinete do Rio de Janeiro fez seguir

para a Republica, o general Venancio Flores não se poude manter no govêrno.

Fraccionado o partido *colorado*, uma parte uniu-se aos *blancos* formando a *União Liberal*; Flores não poude resistir á revolta de Agosto de 1855 e teve de renunciar.

Decorreram tres annos de relativa calma, durante os quaes foi possivel aos dous governos entabolar diversas negociações diplomaticas, entre as quaes avultam as que dizem respeito a subsidios pecuniarios e emprestimos, mas, sobretudo, o tractado de 7 de Março de 1856, entre o Imperio e a Republica Argentina, de amizade, commercio e navegação, celebrado na cidade do Paraná, ratificado a 29 de Abril pelo govêrno brasileiro e a 25 de Junho pelo govêrno argentino.

Esse tractado, que merece menção especial pela grandeza das suas conquistas, pelo valor intrinseco das doutrinas juridicas que contem e observa, pela extensão do horizonte que conseguiu descortinar, pela habilidade e competencia dos seus negociadores, é um documento diplomatico notavel e fecundo.

Com o govêrno do Uruguai houve, durante esse curto intervallo de 11 de Junho de 1855 a Septembro de 1858, negociações de grande vulto que começaram pelo pedido do Governo de Montevidéo ao Governo Imperial, sôbre a prestação de um novo subsidio pecuniario ou a garantia de um emprestimo, pedido que não foi satisfeito, por não estar o govêrno brasileiro auctorizado pelo poder legislativo.

A 5 de Septembro de 1855, o govêrno da Republica, por uma nota de sua legação no Rio de Janeiro, solicitava a retirada da divisão auxiliadora brasileira, de Montevidéo, agradecendo ao Imperio o grande serviço prestado á paz, á ordem, á liberdade e á independencia da Republica : foi tudo quanto recebeu o Brasil, em compensação do enorme sacrificio, esse gesto banal de vulgarissima cortezia.

Retirando-se effectivamente as fôrças brasileiras de Montevidéo a 14 de Novembro, atravessaram a fronteira a 19 de Dezembro de 1855.

Mas logo a 16 de Janeiro de 1856, a legação imperial em Montevidéo teve necessidade de enviar ao govêrno da Republica uma nota resguardando os direitos dos reclamantes brasileiros.

Era o germe de mais graves acontecimentos futuros, em que o Brasil iria empenhar de novo a sua energia, sacrificando o sangue dos seus soldados para fazer respeitar a propriedade e a vida dos seus subditos e sobretudo os direitos da sua soberania.

No entanto, a 7 de Março desse anno, no tractado que celebrou com o govèrno argentino, o Imperio incluiu a confirmação solenne da separação da Cisplatina, para constituir-se estado independente, assumindo o Imperio, de concêrto com a Argentina, a obrigação de defender-lhe a integridade territorial e a soberania politica.

A 6 de Abril de 1856 foi celebrada a acta do proseguimento da demarcação de limites entre os dous paizes vizinhos, continuada na de 15 de Junho de 1853, acta que tem grande importancia, porque ficaram resolvidas dúas duvidas em pontos essenciaes da demarcação : o rio Jaguarão, pelo qual deveria passar a linha fronteiriça, e o verdadeiro arroio S. Luiz, pontos esses que haviam ficado sem solução no tractado de 12 de Outubro de 1851.

A 13 desse mesmo mez, a legação oriental no Rio de Janeiro reclamava do govêrno imperial satisfacções por insultos que dizia ter recebido o consul da Republica na provincia do Rio Grande do Sul e ainda pelos assaltos, que haviam soffrido as estancias de d. Francisco Sacias e d. Justo Costa, no departamento de Florida, exquecido o govêrno oriental de que as propriedades brasileiras na mesma provincia eram constantemente assaltadas, não obstante os grandes beneficios que o Imperio concedia ao povo oriental, já defendendo-lhe a independencia, já salvando-lhe a liberdade, já amparando-lhe as finanças e garantindo-lhe o futuro.

Não obstante esses contratempos, esses incidentes que perturbavam o sincero trabalho do govêrno imperial para solução definitiva de problemas, cuja permanencia deixaria sempre campo vasto para attritos inconvenientes e perigosos, o Brasil proseguia

na sua obra de pacificação dos povos platinos e de consolidação da soberania oriental do Uruguai.

E, a 28 desse mez, era assignada em Sanct'Anna do Livramento a acta do proseguimento da demarcação, ficando solvidas as difficuldades erguidas a proposito da linha fronteiriça, que passava pelas coxilhas de Sanct'Anna e do Haedo a encontrar o arroio *Invernada*, affluente do Quarahi.

A cada difficuldade, paciente e sinceramente resolvida pela Diplomacia do Brasil, o govêrno oriental erguia uma nova discrepancia, como para demonstrar que, contra o Imperio, havia na alma nacional da antiga Cisplatina um fermento implacavel de odio, que deveria explodir mais tarde ou mais cedo.

Appareceu então uma exigencia de ordem fiscal e economica, um imposto injustificavel attingindo o gado que passasse da Republica para o Rio Grande do Sul, exigencia a que o govêrno imperial teve de oppôr-se energicamente, visto como, no regime de propriedade territorial commum e contínua, em que viviam os naturaes de ambos os Estados, em uma fronteira ainda por demarcar definitivamente, seria extorsão inqualificavel aos fazendeiros brasileiros, tanto mais quanto não haveria um criterio capaz de distinguir, no instante da applicação do imposto, o territorio brasileiro, do territorio oriental.

Não obstante essa exigencia do govêrno uruguaio, felizmente revogada, mas demonstradora de má vontade ao Brasil, o Governo imperial, ainda uma vez, acudiu em favor da Republica Cisplatina, quando esta lhe pediu a sua mediação, em 31 de Janeiro de 1857, para evitar as consequencias da lei argentina de 19 de Junho de 1856, sôbre direitos preferenciaes.

Sempre empenhado no trabalho de demarcar os respectivos territorios, o Governo imperial, a 1 de Abril de 1857, fez assignar a acta respectiva que descreveu e fixou as rectas da divisa, em Aceguá e S. Luiz. Foi esse documento que produziu a situação original e interessante, em que ficara a villa brasileira de Sanct'Anna do Livramento : a linha divisoria passando pela villa, cortava-a por fórma tal que, quem saïsse do interior da provincia do Rio

Grande do Sul, com destino a Sanct'Anna do Livramento, para lá chegar teria de atravessar territorio oriental.

Essa situação anomala foi resolvida pelo tractado de permuta de territorio, celebrado a 4 de Septembro de 1857, em um artigo addicional, datado de 31 de Outubro seguinte.

Segundo informa o sr. Cardoso de Oliveira, em uma nota a pag. 232 do 1º vol. dos Actos Diplomaticos, a despeito das repetidas declarações da legação oriental no Rio, chegando a affirmar que « o presidente da Republica considerava a acceitação desse tractado como questão de honra para o seu govêrno », o tractado não foi approvado pelas Camaras uruguaias e, á vista disso, a 1 de Fevereiro de 1861 o govêrno brasileiro denunciou a cessação do accôrdo, em virtude do qual se conservava o *statu quo* anterior á demarcação proposta pelo govêrno oriental em 21 de Septembro de 1858, e assumiu a jurisdicção no territorio que lhe pertencia.»

Era ministro dos negocios extrangeiros do Imperio o visconde de Maranguape, quando, de 7 de Julho a 4 de Septembro de 1857, foram realizadas as conferencias entre os plenipotenciarios, visconde do Uruguai e d. André Lamas, para revisão do tractado de commercio e navegação de 12 de Outubro de 1851, conferencias que deram em resultado a assignatura do tractado de 4 de Septembro de 1857.

A meio dessas negociações, em que o govêrno brasileiro sinceramente se empenhava, auxiliado pela incontestavel boa vontade do diplomata oriental d. André Lamas, surgiu uma nova difficuldade opposta pelo govêrno oriental que, sem attender á justiça das reclamações dos subditos brasileiros por prejuizos soffridos com a guerra civil, extinguiu a commissão nomeada para classifica-las e dizer sôbre a sua procedencia : a legação imperial em Montevidéo houve de protestar a 17 de Julho, mas só a 28 de Agosto immediato poude ver attendido o seu protesto, ficando salvaguardados os direitos e interesses dos Brasileiros.

A 15 de Septembro de 1857, entre o visconde de Maranguape, ministro dos extrangeiros, e o plenipotenciario oriental d. André Lamas, foi assignado no Rio de Janeiro esse protocollo para

accôrdo sôbre os principios que deviam regular a navegação fluvial entre os dous paizes, desenvolvendo-se assim, como consequencia logica, os arts. 14, 15 e 16 do tractado de 12 de Outubro de 1851.

A esse accôrdo seguiu-se a convenção sanitaria de 16 de Septembro de 1857 e, ainda nesse mez, a 25, o Governo imperial, sempre inclinado á cordura, á manutenção de relações amistosas e fecundas, solicitava ao govêrno da Republica que tornasse extensivo aos prejudicados Brasileiros o accôrdo celebrado com a França e a Inglaterra, para indemnização dos seus subditos.

De 5 de Outubro de 1857 datam as negociações sôbre a intelligencia do tractado de commercio e navegação celebrado a 4 de Septembro anterior, e, bem assim, as notas sôbre direitos de consumo, como ainda a respeito da navegação da Lagoa-Mirim e rio Jaguarão.

A 31 de Outubro foi redigido o artigo addicional ao tractado de 4 de Septembro desse anno para melhorar a demarcação de limites, por meio de cessão de territorios nas immediações de Sanct'Anna do Livramento, artigo esse que não foi approvado pelo Poder Legislativo da Republica.

Ainda de 13 de Novembro a 21 de Dezembro de 1857, por meio de notas trocadas no Rio de Janeiro, entre a legação oriental e o ministro dos negocios extrangeiros, empenharam-se os dous governos em resolver o problema relativo á successão dos Orientaes fallecidos no Brasil, assumpto que foi regulado por meio de reciprocidade, e accôrdo que vigorou até Agosto de 1894, data em que foi denunciado pelo govêrno de Montevidéo, sendo acceita a denúncia pelo gabinete do Rio, em Septembro de 1895.

De 25 e 30 de Novembro datam as notas entre o Governo imperial e a legação oriental, no Rio, a respeito de providencias tomadas para garantir a liberdade de pessoas arrebatadas do territorio da Republica para o Rio Grande do Sul; e da mesma data são ainda as notas do accôrdo, celebrado no Rio de Janeiro, sôbre contractos effectuados com pessôas de côr que, como libertos, tinham servido em estabelecimentos industriaes e agricolas da Republica.

De 28 de Novembro a 3 de Dezembro realizou-se o ajuste, por meio de notas, para que fossem respeitados os titulos de nacionalidade passados pelas legações e consulados, de modo a evitar, para o futuro, o grande numero de reclamações brasileiras contra o recrutamento na Republica, e de orientaes contra o mesmo abuso no Rio Grande do Sul, ajuste completado por outro datado de 1 a 7 de Dezembro, por meio de notas reversaes, relativo ao engajamento de Brasileiros no exercito oriental e de Orientáes no exercito brasileiro.

* * *

Apezar dessas demonstrações repetidas e seguras da mais perfeita lealdade, buscando sempre o Governo imperial aplanar difficuldades que fossem obstaculo á manutenção das melhores relações entre os dous povos fronteiros, a 26 de Dezembro de 1857 o Governo brasileiro teve necessidade de ordenar á legação imperial em Montevidéo que pedisse ao gabinete oriental a expedição de ordens tendentes não só a garantirem a vida e a propriedade das familias brasileiras do departamento de Maldonado, as quaes, ameaçadas pelos perigos internos que a politica da Republica não sabia evitar, emigravam para o Rio Grande do Sul, mas tambem que lhes assegurassem o regresso immediato aos lares, em territorio oriental.

E' exacto que o Governo oriental deu as providencias que entendeu bastantes para satisfacção á exigencia brasileira, mas não é menos exacto que tudo isso revela bem a má vontade dos governos da Republica aos seus vizinhos, constantemente solicitados e sempre dedicados ao amparo, defesa e segurança da independencia uruguaia.

Apezar desses sentimentos injustamente hostis aos Brasileiros, a 12 de Janeiro de 1858 o Governo oriental pedia, e o brasileiro consentia em dar, o auxilio dos agentes do Imperio para embaraçarem o desembarque de fôrças organizadas em Buenos-Aires, com intuito de fomentar a revolta no Estado Oriental. Passados nove dias, a 21 do mesmo mez, a nova solicitação do govêrno

oriental correspondia o govêrno brasileiro mandando um vaso da sua marinha de guerra ao porto de Colonia, impedir o desembarque de fôrças que corriam em auxilio da revolução.

O Brasil não recusou amparo, não se furtou ao cumprimento daquillo que entendia ser o seu dever, de accordo com as estipulações dos tractados e de conformidade aos principios geraes do Direito internacional.

E, rompendo o movimento revolucionario de 58, acudiu lealmente ás solicitações do govêrno oriental: — « foi um êrro », « segundo a opinião do sr. Clovis Bevilacqua, desses erros que « são communs na apreciação dos factos e das responsabilidades; « pois, suffocada a revolta, tivémos de vêr sacrificados, na chacina « de *Quinteros*, os nossos alliados de *Monte-Caseros* ».

Foi realmente um êrro, mas inevitavel naquelle momento, porque era a consequencia natural, necessaria e perfeitamente logica dos erros anteriores, longo tempo accumulados e contra os quaes o meu obscuro espirito houve de se manifestar sinceramente, ao poncto de magoar a sensibilidade irritadiça da critica indigena, que não teve paciencia para esperar e por isso já fulminou de pessimismo lamentavel a opinião com que, pelos meus labios despretenciosos, fallou a Historia da nossa patria, sinceramente escripta, e não o incondicionalismo *chauvinista* que cifra todo o seu empenho em elogiar por elogiar, sem attender ao futuro.

E esse êrro não foi dos mais crueis, rapidamente se compensou, muito embora o sangue que correu em *Quinteros*, a 1 de Fevereiro de 1858, não houvesse afogado sómente os martyres orientaes da politica de caudilhagem e tambem tivesse manchado a honra da nossa nacionalidade.

Outros erros mais graves, cuidadosamente cultivados pela nossa Diplomacia, ao serviço de uma politica externa nem sempre criteriosa, mas sempre dubia ou duplice, estavam ainda ameaçadoramente suspensos sôbre o horizonte, para o desdobramento tempestuoso do quinquennio paraguaio.

O Brasil ajudou a suffocar a revolução de 1858 e concedeu um auxilio pecuniario ao govêrno oriental, por meio do emprestimo de

110.000 patacões, que o Banco Mauá entregou ao gabinete de Montevidéo, segundo se vê do protocollo firmado pelo representante do Imperio, conselheiro Joaquim Thomaz do Amaral, depois barão e visconde de Cabo-Frio, e o ministro das relações exteriores da Republica, d. Antonio de las Carreras, em 23 de Janeiro desse anno.

Foi um êrro tal emprestimo, como fôra um êrro o auxilio de um exercito de 4.000 homens que, em 1855, prestara o Brasil, sob o commando do general Pereira Pinto, quando o presidente Giró lh'o solicitou.

E tudo isso foi o producto de uma politica externa, que não duvidára, pela sua diplomacia, realizar aquelle tractado internacional, cujo art. 16 impunha á Republica Oriental do Uruguai o compromisso de sustentar, junctamente com o Brasil, a independencia do Paraguai!

A Republica Oriental, muitas vezes inferior ao Paraguai em poder militar e em população; tão pobre e tão agitada por dissenções da politica de caudilhagem, que necessitava do auxilio de 4.000 soldados brasileiros e de 110.000 patacões, para suffocar duas revoluções consecutivas contra a auctoridade do seu proprio govêrno, assumia aquelle compromisso internacional, ridiculo, de parceria com o Imperio immenso, poderoso e rico, para defender a alheia independencia, quando nem a sua propria podia manter!

Essa politica, totalmente opposta ás prescripções do Direito e até mesmo contraria á propria natureza humana, não podia produzir outros resultados que não fossem os erros aponctados.

Mas o absurdo dessa politica não se limitou ao art. 16 do tractado, extendeu-se ás imposições contidas nos arts. 4º e 13. Por um, a Republica Oriental se compromettia a garantir a independencia e a integridade territorial do Imperio; e pelo outro, assumia a obrigação de contribuir para manutenção da tranquillidade pública em nossa patria!

Que consequencias era licito esperar dessa politica de absurdos, que a Diplomacia transformava em clausulas de tractados internacionaes?

Pois teria sido o meu pessimismo de hoje que inspirou, ha 63 annos, as clausulas d'esse tractado? Pois, em qualquer tempo, em quaesquer condições, seria cousa de admittir que, por um tractado, se fizesse a Republica Oriental do Uruguai potencia garantidora da independencia, da integridade territorial e da ordem pública interna do Brasil, e por esse mesmo tractado assumisse o Imperio a obrigação de auxiliar, sempre que fosse solicitado, a auctoridade da Republica Oriental a sustentar-se a si mesma?

Entretanto, ajudando a esmagar a revolução de 58 e a afoga-la na sangueira de *Quinteros*, o Brasil ergueu contra si a má vontade dos *blancos*, continuaram as perseguições e as violencias, levantando por toda a parte o protesto dos Brasileiros, victimas daquelle odio oriental, muito humano, muito explicavel, producto natural dos nossos erros.

Bastaria para justificar esses sentimentos contra as nossas, instituições e até alcançando o povo brasileiro, o art. 6º do tractado de extradicção de criminosos e desertores e devolução de captivos o qual impunha á Republica a obrigação de entregar os escravos que se internassem no territorio oriental. E para cúmulo de exigencia, transformando-se em humilhação á soberania uruguaia e gerando resentimentos que se transmudavam em odio, a obrigação que o tractado impunha não se limitava á reclamação brasileira por via diplomatica, de soberania a soberania; as auctoridades da Republica tinham o dever de receber e attender ás reclamações das auctoridades da provincia do Rio Grande, e até ao senhor de escravos era concedido o direito de penetrar em territorio oriental, em perseguição do infeliz fugitivo, apresentar a sua exigencia ás autoridades locaes e arrebatar a victima da mais abjecta das instituições humanas.

Era o desprêzo do Brasil forte pelo direito constitucional do Uruguai fraco, do Imperio grande pela Republica pequena, da soberania brasileira pela soberania oriental, claramente expressos no art. 131 da Constituição republicana: e o Brasil, que promettia protecção á soberania da Cisplatina, era o seu primeiro violador!

Os erros dessa politica produziram outros erros de amargas e dolorosas consequencias.

Felizmente, porém, surgiu no scenario da Diplomacia brasileira a figura distinctissima, nobre, competente, brilhante e integra de José Antonio Saraiva, um dos mais notaveis estadistas da America do Sul, vulto de soberano destaque na politica do Imperio.

O eminente estadista recebeu a missão especial de conseguir com brandura que o govêrno oriental fizesse cessar a dolorosa situação, em que se achavam os Brasileiros na Republica, e a desagradavel posição que teria de assumir o Imperio para ampara-los e garanti-los, no caso de se verificar a denegação de justiça ás victimas de tantas e tão repetidas perseguições.

« Sin embargo, no lo entendieron así los politicos *blancos*. En el tren agresivo en que se habian colocado, no solo rechazaron las proposíciones de Flores, sino que continuaran fomentando los odios populares contra el Imperio, hostilisando á sus subditos, que no tenían en la Republica garantia ninguna, ni para sus personas, ni para sus bienes.

« La más ligera penetracion hubiera llevado por otro camino á la politica gubernista.

« Solamente una aberracion muy grande podia mantener á los hombres de la situacion en un convencimiento tan falso y tan erróneo. Negar al hermano desidente el agua y el fuego, como norma de politica interna, y provocar á un país poderoso, para imponerse en su politica externa solo puede ser escuela del fanatismo llevado a un grado extremo.

« El presidente Berro y sus ministros llegaron hasta a crer que habia sonado la hora de poner termino á la accion brasileña en el Plata. Con el apoyo de Urquiza y del Paraguay, y con la actitud de Mitre, de perfecto equilibrio, el gobierno oriental se entregó á combinaciones fantasticas sobre la base de la derrota de la politica brasileña. Prescindió en sus cálculos de factores que se imporian á la vista de cualquier politico mediocre, desconociendo la fuerza incontrastable que encerraba el Brasil y la habilidad tradicional de

su Diplomacia, que siempre habia sido mantener incólume el poder y prestigio del Imperio, desbaratando los planos de sus enemigos hasta obligarlos á concurrir al triunfo de los propósitos imperiales. »

Ora, si na verdade, como reconhece o illustre escriptor platino cujas palavras acabo de citar lealmente, os politicos orientaes fomentavam os odios populares contra o Brasil, hostilizando os subditos brasileiros que na Republica não tinham garantia nenhuma para as suas pessoas, nem para os seus bens ; si a norma da politica interna da Republica era essa de negar agua e fogo aos proprios ermãos dissidentes, para provocar o Imperio e derrotar a politica brasileira, foi justificadissima a missão especial, que o govêrno do Imperio confiou ao conselheiro Saraiva : — outro procedimento teria sido um crime de lesa-patria, abandonando os seus subditos « aos anarchizados elementos que combatiam a politica de lealdade, de ordem, que inspirava o governo brasileiro » ; tanto mais quanto as declarações officiaes, absolutamente contrarias a essa conducta carthagineza, davam razão aos Brasileiros, condemnando o govêrno da Republica.

E' o proprio ministro do exterior, d. Juan José Herrera, quem, em nota de oito de Outubro de 1863, á legação imperial em Montevidéo, affirmou que :

« el gobierno de la Republica hacia justicia á la honradez y lealtad de la politica del Brasil para con este pais. » ; palavras essas confirmadas em nota de 12 de Novembro seguinte, quando o mesmo ministro asseverava que :

« el gobierno de la Republica no dudó por un solo instante de la sinceridad y celo con que el Imperio se esfuersa por hacer guardar la neutralidad por las autoridades de la frontera », pedindo ao representante diplomatico brasileiro, que se dignasse transmittir ao seu govêrno : « — el agradecimiento del de la Republica. », expressões essas ainda uma vez repetidas com abundancia de colorido, em nota do referido ministro, a 31 de Dezembro de 1863, declarando que :

« el presidente de la Republica vió con placer confirmadas las ideas que tiene formadas de la altura y cordialidad de los pro-

cederes imperiales, sin dejar de hacer especial mencion de la politica de orden que sin duda inspira siempre al gabinete imperíal, tratando-se de los gobiernos legales de esta Republica y de los anarquisados que la combaten. »

Não era possivel ao gabinete do Rio de Janeiro occultar a gravidade da situação.

O general Netto, cuja velhice austera, cuja palavra acima de qualquer suspeita, cuja lealdade excluia qualquer vestigio de paixão e de falsidade, éra o interprete dos seus patricios perante o imperador. A publicidade do seu protesto ergueu a alma nacional, agitou os sentimentos populares, penetrou nas altas regiões do poder, abalou a consciencia do parlamento e dominou a propria intelligencia do ministerio presidido pela serenidade, pela energia e pela segurança moral de Zacharias de Goés e Vasconcellos, uma das figuras mais brilhantes do Imperio.

E foi tal a impressão produzida pelos acontecimentos em questão que, na sessão de 5 de Abril de 1864, na Camara dos Deputados, houve quem lembrasse a necessidade de uma guerra para pôr termo definitivo a tantos e tão grandes desatinos.

Os melhores espiritos do tempo não conseguiram fugir á influencia da excitação popular. No parlamento Theophilo Ottoni, Pimenta Bueno e até o visconde de Uruguai cuja serenidade era bem conhecida, vibravam e faziam vibrar a alma da nação.

Enquanto na imprensa a penna-clava de Evaristo da Veiga relampejava, o temporal cresceu e culminou quando se soube que Francisco Solano Lopez procurava intervir na contenda, preparando-se militarmente pela chamada ás armas das milicias paraguaias concentrando-as em Cerro Leon, Encarnacion, Assuncion e Consepcion, em nummero superior a 50.000 homens.

O Parlamento decretou então a missão especial ao Prata, e della foi encarregado Saraiva.

« El consejero Saraiva, estadista distinguido, la figura más
« simpatica y noble de la diplomacia brasileña en el Plata, supo
« penetrarse de los peligros de su misíon, previó las contingencias
« que naturalmente se derivarian de la applicacion rigurosa de sus

« sus iustrucciones, y tuvo el valor patriotico y entereza bastante
« para levantarse sobre la opinion de su pais y aun mismo del
« gabinete, y la autoridad necessaria para desviar á uno y á otro
« de la corriente á que se habian incorporado en un momento de
« impulsividad patriotica.»

Essas palavras de um illustre publicista uruguaio definem bem, não só a situação dos dous paizes, mas a figura do diplomata, cujo merecimento o escriptor oriental confirma com esta phrase suggestiva :

« Saraiva, con su miráda de águila, dominó de inmediato, la
« situacion.»

Desde 12 de Maio, dia em que foi recebido pelo presidente Aguirre até 4 de Agosto de 1864, data em que apresentou o *ultimatum* do Governo imperial, o illustre diplomata brasileiro fez tudo quanto lhe foi possivel fazer para que entre os dous povos fronteiriços e entre os dous governos vizinhos voltasse a reinar a mais perfeita harmonia, baseada no respeito mútuo, na justiça e no bem commum.

« Era evidente el propósito del embajador, de no agraviar
« las susceptibilidades de nuestro pueblo, cosa que obstaria al felis
« coronamiento de sus planes,» escreve o illustre publicista ori-
« ental.

No entanto, como correspondia o govêrno da Republica a esse proposito do diplomata brasileiro? Que o diga o mesmo escriptor :

« La pasion de partido, encendida por la guerra y sobretodo
« por el perjuicio de que la mision extraordinaria no tenia otro
« proposito real que preparar la intervencion en favor de Flores,
« descargó su iracundia contra Saraiva.

« El ministro Herrera contesta al plenipotenciario imperial en
« forma que no hace honra a nuestra cancilleria.

« Este tono hiriente, revelador de una inconsciencia inexcusa-
« sable en los politicos que dirigen los destinos de un pais, era
« completado con una serie de notas declamatorias que des-
« naturalisaban la seriedad del gobierno, y enseñaban al diplomatico

« brasileño el nivel intelectual de nuestros hombres de estado, que « en aquellos momentos no sabian elevarse á la altura de su mision. »

A essa e mais notas de uma lamentavel inconveniencia, Saraiva respondeu com outra que:

« era una leccion de urbanidad que el habil enbajador daba « á los hombres del gobierno ofuscados por la pasion de partido y « por los odios inveterados hacia el Brasil.

« Saraiva, teniendo presente los peligros de la mision « encomendada á sus talentos y experiencia de estadista, sabe « replicar en tono energico á nuestra cancilleria, sin provocar « soluciones que obstasen á sus propositos amistosos, que eran « los que mas convenian á los intereses del Imperio.

« Asumiendo una posicion muy por encima de los hombres « con quienes ventilaba cuestion tan transcendental, el pensador « brasileño señala á la consideracion del gobierno las verdaderas « causas de la guerra que habia envuelto á gran numero de sus « compatriotas.

« No le animaba otro proposito que illuminar á nuestros « politicos y preparar el terreno para las gestiones de paz que « venia meditando. »

Tudo foi em vão. O governo oriental persistia em recusar tudo, em repellir todas as propostas conciliadoras, de modo que se viu Saraiva obrigado a concluir a sua ultima nota por estas palavras:

«... dou-me por inteirado de não poder e de não estar disposto « o govêrno oriental, nas actuaes circunstancias, a satisfazer as « solicitações amigaveis que o govêrno imperial lhe fez por meu « intermedio; .... tenho por conveniente levar todas essas « occurrencias ao conhecimento de s. m. o imperador e aguardar « suas ordens.»

E assim foram interrompidas as negociações.

A responsabilidade das consequencias ia caber inteira ao Governo oriental. O partidarismo despotico dominava totalmente a consciencia do govêrno, de modo que os actos deste, que deveriam ser a expressão meditada de uma politica superior, eram simplesmente productos malsãos de um facciosismo obliterador da intelligencia.

« La intransigencia y el exclusivismo reclamaban el triunfo com-
« pleto de las armas gubernistas, disimulando sus odios con la de-
« fensa del principio de autoridad, expediente del que tanto se ha
« abusado entre nós otros para cohonestar la politica criminal de
« anacronismos que más de una vez ha determinado la prolon-
« gacion de la guerra civil que nos cubriera de sangre.

« Paizes nuevos y yá enfermos y con vicios organicos, presas
« constantes de la anarquia y de la plaga del militarismo y del cau-
« dillaje, su maior aspiracion debe ser el orden para anular los
« gérmenes de su desgracia y preparar un porvenir prospero y
« fecundo.

« Saraiva esforzóse por convencer al presidente Aguirre de
« que la paz interna podria dar la solucion que mantuviera á
« todos en el terreno del derecho. »

Nada, absolutamente nada conseguiu convencer o governo oriental da lealdade que inspirava o Governo Brasileiro, representado nsuperiormente pela lealdade do seu honrado e brilhante diplomata A paixão partidaria dominou a grandeza do amor á patria, a lealdade de Saraiva foi vencida pelas intrigas de Vasquez Sagastume, e o Governo oriental para defender-se fementidamente das suppostas imposições humilhantes de um extrangeiro — o imperador do Brasil — que lhe abria a alma, acceitou a intervenção de outro extrangeiro — o dictador paraguaio —, que humilhava a nobre nação uruguaia.

Surgiu então a figura audaciosa de Solano Lopez, offerecendo a sua mediação ao Brasil, para harmoniza-lo com a Republica Oriental.

Mediação é o termo empregado, mas a nota-protesto que o ministro paraguaio José Bergés enviou ao ministro residente do Imperio em Assumpção, é um verdadeiro *ultimatum* do dictador.

« El gobierno de la Republica del Paraguay..... no puede
« mirar con indiferencia, ni menos consentir que en ejecucion de la
« alternativa del ultimatum imperial, las fuerzas brasileñas, yá sean
« navales ó terrestres, ocupen parte del territorio oriental, ni tempo-
« raria, ni permanentemente.... y considerará cualquier ocupacion

« del territorio oriental por fuerzas imperiales..... como atenta-
« toria al equilibrio de los Estados del Plata, que interesa á la
« Republica del Paraguay como garantia de su seguridad, paz y
« prosperidad, y que protesta de la manera mas solemne contra tal
« acto, descargandose desde luego de toda la responsabilidad de las
« ulterioridades de la presente declaracion.»

Era impossivel a solução pacifica, impunha-se a solução pelas armas: os *blancos* estavam hypnotizados pelo apoio de Solano Lopez, pelo poderio paraguaio que Pimenta Bueno havia ajudado a erguer, incautamente exquecido de que, esmagando com elle a dictadura de Rosas, contribuia para formar uma outra talvez mais perigosa e com a qual esperavam elles fulminar o Imperio:

« El asiento de nuestra política », escreve d. André Lamas a pag. 25 do seu livro — *Tentativas para la pacificación de la Republica Oriental del Uruguay* — « se colocó en el Paraguay y
« vuelto hacia allí, esperando de allí la ley y la victoria, el triunfo
« del partido y la satisfaccion del odio partidario, el gobierno
« desafiaba la tormenta que se levantaba y se ennegrecia sobre
« todas sus fronteras terrestres y fluviales. »

E a tormenta estalou.

Saraiva apresentou o seu *ultimatum* concedendo seis dias para que o governo oriental affirmasse o proposito decidido de dar satisfacções plenas ao Brasil. O govêrno do presidente Aguirre, apoiado na insolencia de Solano Lopez, devolveu o *ultimatum*, propondo a solução por arbitragem; Saraiva repelliu essa proposta fallaz, feita exclusivamente para ganhar tempo, communicou as occurrencias ao corpo diplomatico em Montevidéo, transmittiu instrucções do governo imperial ao almirante Tamandaré que commandava a esquadra brasileira, e ao presidente da provincia do Rio Grande do Sul, retirou-se para Buenos-Aires, e as represalias começaram.

Desses actos de represalia que, muito avisadamente, de accordo com os principios correntes de Direito internacional, Saraiva tinha definido de modo peremptorio, em sua nota de 4 de Agosto, ao ministro da guerra, advertindo-lhe que:

« — as represalias não são actos de guerra» ; desses actos de represalia que tinham por fim vingar as injustiças e a violação dos direitos dos Brasileiros edo Brasil, difficilimo, sinão impossivel, seria deixar de passar ao rompimento de hostilidades, e as fôrças brasileiras do general Menna Barreto invadiram o territorio da Republica ; tomaram as villas de Mello e Salto ; Paysandú resistiu-lhes, mas capitulou depois de um bombardeio de dous dias ; Flores, já reconhecido belligerante, incorporou-se ao exercito invasor ; ambos avançaram sôbre Montevidéo que, bloqueada pela esquadra de Tamandaré e ameaçada pelo exercito imperial, foi obrigada a render-se.

Aguirre, impotente para vencer, passou o govêrno ao presidente do Senado, d. Thomaz Villalba, cabendo a este o desgosto de assignar a rendição da capital da Republica, mas tendo, ao mesmo tempo, a satisfacção de negociar com o novo representante do Brasil, dr. José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco, a pacificação da sua patria, a cessação da occupação brasileira, e o tractado da triplice alliança, então celebrado entre o Imperio, a Argentina e o Uruguai, para a guerra contra o Paraguai do dictador Solano Lopez, resultado final, sangrento e dolorosamente cruel de todas as loucuras e desatinos de uma politica de aventuras, que andou durante seculo e meio a sonhar com a illusão do Prata.

Antes, porêm, o govêrno de Aguirre, em intimidade absoluta com a populaça, commettera os mais reprovaveis excessos, entre os quaes se conta o attentado inaudito, dirigido pelo proprio ministro da guerra, dr. Jacintho Susviela, o qual, havendo declarado que preferia reduzir Montevidéo a um montão de ruinas a ter de capitular, não se pejou de levar a bandeira brasileira de rastros pelas ruas da cidade, pisando-a e incitando a plebe amotinada a cuspir sôbre aquelle symbolo, que tantas vezes havia amparado a liberdade oriental, depois de lhe ter garantido a independencia e a soberania.

Flores foi elevado á dignidade de presidente provisorio da Republica e sustentado no seu posto, depois de ter visto fugir Aguirre, Carreras, Susviela, Juanicó e outros caudilhos ; mandou

arvorar a bandeira brasileira no forte de S. José e, com uma salva de 21 tiros de canhão em honra do symbolo de uma patria e em homenagem á soberania do Imperio, saudou o povo vizinho e resgatou por essa forma o crime dos seus inimigos e antecessores declarando irritos e nullos todos os actos do presidente deposto, contra o Brasil.

De Saraiva, da sua acção nobremente conciliadora, da grandeza desinteressada dos seus serviços á causa dos dous povos, trinta annos depois, ainda eram conservadas lembranças, com saudades e com reconhecimento, como se vê das palavras simples e ligeiras, mas fundamente sentidas, de um cartão que existe, em original, na collecção de manuscriptos preciosos do Instituto Historico.

Esse cartão, que tem a data de 19 de Janeiro de 1895, foi escripto de Montevidéo ao conselheiro Saraiva, e é assignado por Fortunato Flores, filho do general Venancio Flores.

Delle destacamos o periodo seguinte, que tem a eloquencia da simplicidade e é um brado de reconhecimento a confirmar, depois de 30 annos decorridos, o depoimento dos contemporaneos que a Historia já consolidara :

Montevidéo, Enero 19 de 1895.

« Excellencia...

« La obra que contribuistes a lebantar en conjuncto con mi padre en la Republica del Uruguay ha sido tan sana y noble que lleba treinta años el partido *colorado* gubernando el país — podeis estar satisfecho. Soy de Vuestra Excellencia. « am. qs. m. b. *Fortunato Flores.*»

* * *

Em sua nota de 4 de Agosto ao ministro Herrera, o conselheiro Saraiva deixou bem nitidamente affirmado que « as represalias não são actos de guerra. »

E' esse um principio indiscutivel de Direito internacional, amplamente acceito por todos os povos cultos; seria, pois, desnecessaria aquella declaração do diplomata brasileiro, tanto mais

que se dirigia a um ministro de relações exteriores, jurista de nomeada, a cujo espirito não devia ser extranho aquelle principio fundamental.

Mas Saraiva, prevendo que teria de lançar mão desse recurso, precisava deixa-lo definido com clareza : corria o anno de 1864 e o Brasil tinha de pôr em práctica no Rio da Prata a licção que um anno antes, entre 31 de Dezembro de 1862 e 5 de Janeiro de 1863, lhe dera a prepotencia da Inglaterra, a proposito da questão Christie.

No Rio da Prata, o Brasil ia usar de um principio juridico, com ampla justificação, ao passo que, no porto do Rio de Janeiro, a Grã-Bretanha, pelo seu diplomata Christie havia recorrido a uma violencia que não se fundava no Direito nem nos factos.

A questão Christie originou-se em um caso de fortuna do mar, no naufragio da barca mercante ingleza, *Prince of Wales*, nas praias desertas, ainda hoje inhospitas, do Albardão, em territorio do Rio Grande do Sul, banhado pelo Atlantico e onde reina violentamente a majestade indomavel dos pampeiros.

A carga deu á costa, sendo arrebatada por piratas, que a levaram para a Republica Oriental. As auctoridades locaes do Rio Grande do Sul, com a presença pessoal do chefe de policia de Porto Alegre e de quatro facultativos da cidade do Rio Grande, verificaram que não houvera assassinatos ; que os corpos encontrados tinham succumbido em virtude de asphyxia por submersão ; que as mercadorias haviam sido roubadas ; que os criminosos estavam homisiados em territorio extrangeiro, onde não tinham jurisdicção as justiças brasileiras ; ficou tambem provado que fôra pedida a extradição, de accordo com os principios de Direito internacional : entretanto o govêrno britannico, por intermedio da sua legação no Rio, exigia uma indemnização de 6.000 libras esterlinas ao govêrno brasileiro, o que equivalia a responsabilizar o Brasil por não ter impedido o temporal, que desarvorou a barca ; por não haver impedido que as vagas do oceano em furia afogassem os marinheiros ; e por não ter evitado que, num logar ermo e inhospito, os piratas houvessem pilhado as mercadorias, que o mar arrojara á praia.

Mas a Inglaterra não se contentava com a indemnização pecuniaria reclamada; exigiu mais, em nota de 16 de Julho, ao ministro dos negocios extrangeiros, marquez de Abrantes, que o capitão Saumary, da sua marinha de guerra, interviesse officialmente no inquerito que a auctoridade brasileira instaurara para apurar a verdade do successo e as responsabilidades das pessoas envolvidas nos crimes, que porventura, fossem verificadas.

O ministro repelliu peremptoriamente essa exigencia do diplomata Christie, porque « proceder de outro modo importaria « reconhecer a impotencia ou inepcia das justiças do paiz, e « incapacidade do proprio govêrno, importando ao mesmo tempo » a tolerancia por parte deste o mais « flagrante desrespeito a « soberania e á dignidade nacional. »

Em nota de 29 de Dezembro, ainda o marquez de Abrantes repetia ao ministro Christie : « 1°, que não podia nem devia « o govêrno de s. m. o imperador acceder ao principio de « responsabilidade, que se lhe attribuia, e contra o qual, alto e « categoricamente protestava; 2°, que se recusava peremptoriamente « a consentir e a intervir na proposta de liquidação das perdas « soffridas pelos donos da barca naufragada e da indemnização que « se exigia pelos suppostos assassinios ; 3°, finalmente, que si fosse « obrigado a ceder á força nessa questão pecuniaria, pagaria, pro- « testando tambem contra a violencia que se lhe fizesse, a somma « que o sr. Christie ou o govêrno de s. m. britannica quizesse. »

Como se vê, o ministro brasileiro estava com a boa doutrina juridica, além de ter a seu favor a eloquencia dos factos.

A essa questão, porém, originada nas falsas informações prestadas pelo consul inglez em Porto Alegre, a respeito do naufragio referido e suas consequencias, junctou-se uma outra, mais melindrosa, que veio aggravar a situação.

Tres officiaes da fragata de guerra *Forte*, da marinha britannica, entenderam de passar um domingo na Tijuca e ao regressarem á cidade, á noite, sob a acção excitante daquelle precioso licor que já fizera as delicias de lord Byron inspirando-lhe as mais bellas paginas do Child-Harold e do Manfredo, os tres compa-

triotas do grande poeta-soldado de Missolonghi, tomaram-se de razões com a sentinella de uma estação policial, sentinella que não se deixou injuriar pelos extrangeiros e que, sem receio do numero, prendeu-os no xadrez destinado aos desordeiros vulgares, tanto mais que não se achando fardados os tres patricios de Milton, o soldado de policia, que não estudara o idioma de Walter Scott, não podia saber que tinha sob sua auctoridade, muito legalmente presos, tres officiaes embriagados da poderosa dominadora dos mares.

Tão depressa, porém, a auctoridade superior da policia teve conhecimento, por informação do consul britannico, da prisão dos tres officiaes, providenciou para que lhes fossem dispensadas todas as considerações devidas á sua situação social e militar, até que as diligencias policiaes terminassem, sendo então postos em liberdade.

O govêrno inglez, pelos olhos do seu diplomata, viu em tudo isso um grave insulto á marinha da Grã-Bretanha e exigiu, para desaggravo da honra e da soberania inglezas e da sua bandeira : a demissão do alferes commandante da guarda policial da Tijuca ; o castigo da sentinella que sendo desacatada e offendida cumprira o seu dever, prendendo os desordeiros ; satisfacção do pretenso ultraje feito á marinha ingleza, quando esta, pelos seus officiaes em lamentavel estado de desequilibrio pela intoxicação aldehydica, é que havia offendido as leis e a soberania brasileiras, na pessoa da sentinella policial ; censura pública ao chefe de policia e ao official que recebeu os tres officiaes inglezes « sem as reverentes curvaturas « a que os habituara a nossa fraqueza », como observa muito judiciosamente o sr. Clovis Bevilaqua. O diplomata Christie exqueceu-se de exigir tambem um castigo severo ao hoteleiro que forneceu o jantar. . . e o vinho aos seus patricios.

A essa exigencia descabida respondeu altivamente o marquez de Abrantes que o « Governo Imperial, conscio de que as auctori-
« dades policiaes, como foi demonstrado, não faltaram ás attenções
« devidas á marinha britannica no procedimento que tiveram com
« tres individuos vestidos á paisana, que recusaram declinar seus
« nomes e qualidades, não podia nem devia satisfazer as exigencias

« do *ultimatum*, e, por muito que deplorasse os males que dessa sua « deliberação poderiam resultar, julgava preferivel e mais honroso « soffre-los do que sacrificar o decoro e a dignidade nacional.»

A' vista dessas duas negativas peremptorias e da bella altivez brasileira do marquez de Abrantes, o ministro inglez William Dougal Christie, cumprindo as suas ameaças, ordenou ao almirante Warren, a 30 de Dezembro de 1862, que désse comêço ás represalias, sendo capturados, durante o bloqueio, cinco navios brasileiros no valor de 13.000 libras, os quaes, conduzidos á bahia da ilha das Palmas, alli aguardaram a solução do conflicto.

Rotas as relações entre os gabinetes de St. James e do Rio de Janeiro, o governo brasileiro, coagido pela fôrça, victima de uma injustiça clamorosa, pagou, sob protesto, a indemnização de 3.200 libras, anteriormente fixada, pelo naufragio da barca *Prince of Wales*, por intermedio do ministro brasileiro em Londres, Carvalho Moreira, depois barão do Penedo, que se houve, nessa pendencia, com grande altivez, com indiscutivel brio e louvavel energia.

Como, porém, a 1 de Janeiro de 1863, o ministro Christie, em nome do seu governo, propuzera ao governo brasileiro a solução da pendencia por arbitragem, o marquez de Abrantes, em nota de 5 desse mez, manteve a sua deliberação anterior, quanto ao incidente oriundo do naufragio da *Prince of Wales*, acceitando a proposta ingleza somente para o caso dos officiaes da fragata *Forte*, entendido, porém, peremptoriamente, que o árbitro conheceria apenas da seguinte questão: — si no modo de applicação das leis do paiz aos tres officiaes houvera offensa á marinha britannica.

Esse accôrdo definitivamente estabelecido determinou a cessação das represalias, sendo libertadas as presas feitas pelo almirante Warren. Submettida a questão ao laudo arbitral de s. m. o rei Leopoldo da Belgica, a sentença foi favoravel ao Brasil. As relações diplomaticas voltaram a ser restabelecidas pela mediação d'el-rei de Portugal d. Luiz I, superiormente representado em Londres pelo conde do Lavradio, tornando o barão de Penedo a occupar o seu posto em Londres, em cuja côrte foi recebido

com grande solennidade, o que não succedeu ao neurasthenico sr. William Dougal Christie, que foi substituido pelo representante inglez em Buenos Aires, sr. Thornton.

E, coincidencia interessante, estava o imperador d. Pedro II em Uruguaiana, entre as tropas do seu exercito que encurralára e sitiara naquella praça as fôrças paraguaias do general Estigarribia, quando, em pleno acampamento, recebeu o novo plenipotenciario.

* * *

A Inglaterra junctou duas pendencias de natureza differente, uma indemnização pecuniaria e uma reparação de affronta, ambas indevidas, portanto injustas.

Da parte do governo brasileiro não houve, em nenhuma dellas, denegação de Justiça que permittisse a intervenção diplomatica.

Em ambas o governo brasileiro cumpriu o seu dever, observou os principios de Direito internacional, applicou normalmente as suas leis internas.

No primeiro caso, não fôra culpa sua o naufragio da barca nem as consequencias desse accidente commum a todas as paragens do mundo, inclusive as costas da Grã Bretanha, onde, segundo resa a Historia, os primitivos habitantes accendiam pharóes para attrahir as incautas embarcações phenicias que iam, a rumo do Baltico, em busca do ambar.

No segundo caso a offensa fôra feita pelos officiaes da fragata *Forte* á sentinella brasileira que, no seu posto, era a representação da auctoridade, das leis e da soberania nacional. E os officiaes inglezes deviam saber, não estando em estado comatoso, muito embora não estivessem tambem em estado de deliberar, que um superior não deve nem póde, sem practicar um crime, desacatar uma sentinella, seja qual fôr o paiz do mundo em que se encontre.

Thiers não o teria feito e não era official da armada ingleza. Saïa o grande homem do palacio da Assemblea, depois de ter sido eleito presidente da Republica : a sentinella, que o reconheceu, não se conteve e ergueu um viva á França.

Thiers descobriu-se, approximou-se do soldado que se perfilou e admoestou-lhe:

— *On ne doit jamais parler, sous les armes, pas même pour saluer la Patrie.*

* * *

As represalias, pois, ordenadas pelo ministro Christie e executadas pelo almirante Warren não tinham fundamento em nenhum principio de Direito internacional.

As represalias, segundo a opinião de todos os internacionalistas, são, em tempo de paz, actos de violencia exercidos por um Estado contra outro, que se tornou culpado de uma injustiça. E' assim que as definem Foignet, Calvo e Bluntschili. O Brasil, em nenhum dos casos capitulados na questão Christie, se tornou culpado de qualquer injustiça: as represalias, pois, não tinham justificação possivel, tanto assim que, submettido um desses casos ao laudo de um árbitro insuspeito, o Brasil viu coroado o seu direito pela sentença favoravel; quanto á outra questão relativa ao naufragio da barca *Prince of Wales* — a conducta da Inglaterra foi universalmente reprovada, como affirma Calvo. E no seio do proprio parlamento britannico os actos de violencia commettidos pela esquadra do almirante Warren foram asperamente censurados como indignos do nosso tempo. Na sessão da Camara dos Communs, a 17 de Julho de 1863, sir Seymour Fitzgerald observou que tendo a Inglaterra, no Congresso de Paris, proposto e acceito como principio obrigatorio que, para o futuro, todas as pendencias suscitadas entre duas nações seriam submettidas á arbitragem de uma terceira potencia, era para extranhar que a potencia auctora de tal proposta tivesse sido a primeira a violar esse principio, recorrendo a meios coercitivos antes de invocar a arbitragem.

* * *

Na hypothese, porém, prevista, pelo conselheiro Saraiva, em sua nota de 4 de Agosto de 1864, bem sabia elle que muito possivelmente teria necessidade de exceder as represalias, chegando até a actos de guerra, a que realmente chegou o Brasil, invadindo

o territorio oriental, tomando Mello e Salto, bombardeando Paysandú, reconhecendo ao general Flores o character de belligerante, fazendo com elle uma alliança em campo, sitiando e bloqueando Montevidéo e intimando-lhe a rendição.

E para fazê-lo, o governo brasileiro exgottara todos os meios suasorios, enviara a missão especial do conselheiro Saraiva que, durante quatro mezes inutilmente gastos em negociações, não teve a felicidade de conseguir do governo oriental, em mãos dos *blancos*, nem a reparação de injurias feitas á soberania do Imperio, nem indemnização ás victimas da perseguição das proprias auctoridades da Republica, nem, pelo menos, a cessação dessas arbitrariedades commettidas contra Brasileiros que, como confessa o illustre escriptor já citado, não tinham no territorio oriental nenhuma garantia de vida ou de bens.

E quando, depois de largas e pertinazes negociações pacificas para que a dolorosa situação se resolvesse amigavelmente, o Brasil recebeu ainda o atrevido *ultimatum* do Paraguai, com cujo govêrno o oriental negociava clandestinamente o aggravo insultuoso á soberania do Imperio, enquanto ganhava tempo com a troca de notas entre a chancellaria de Montevidéo e a legação brasileira na sua capital.

E nessa mesma nota, Saraiva, com a maior lisura de que era capaz a integridade do seu character sem jaça, escrevia este aviso prudente que era, ao mesmo tempo, uma licção de Direito :

« As represalias e as providencias para garantia dos meus
« concidadãos acima indicados, não são como v. ex. sabe, actos
« de guerra e espero que o govêrno desta Republica evite au-
« gmentar a gravidade daquellas medidas, impedindo successos
« lamentaveis, cuja responsabilidade pesará exclusivamente sôbre
« o mesmo govêrno.»

De modo que, quando a 10 de Agosto de 64, Saraiva, recusando a proposta de arbitramento que lhe fizera o governo oriental, declarou que, exgottados os seis dias improrogaveis fixados pelo *ultimatum* de 4 de Agosto, « ia expedir as ordens conveni-
« entes para o inicio das represalias », o diplomata brasileiro

estava perfeitamente abroquellado pelo Direito internacional, pela eloquencia dos factos, por toda a correspondencia trocada, pela denegação de justiça pertinazmente sustentada pelo governo oriental e pelo exgottamento de todos os recursos suasorios e amigaveis.

E tão seguro estava o diplomata brasileiro da sua posição, do seu direito pleno, que nesse mesmo dia dirigiu uma nota circular a todo o corpo diplomatico em Montevidéo, cousa que não fez no Rio de Janeiro o ministro inglez Christie.

Entre Christie e Saraiva, entre as represalias de 1863 no Rio de Janeiro e as represalias de 1864, no Rio da Prata, ha um abysmo.

Um, o diplomata britannico, era um impulsivo, violento, intractavel, orgulhoso e rude ; o outro, o diplomata brasileiro, era um homem equilibrado, severo mas conciliador, modesto e simples, embora energico e forte ; com a energia e a fôrça que dá aos homens de honra a consciencia do direito, limpida e austera.

As represalias do inglez não encontraram apoio na Justiça nem na consciencia politica do proprio parlamento britannico ; as represalias do brasileiro foram a expressão juridica da soberania de um povo fazendo valer as suas regalias.

Saraiva era um estadista, Christie era um funccionario ; o Brasileiro era uma consciencia illustre ; o Inglez era um instrumento vulgar.

QUINTA CONFERENCIA

SUMMARIO — A guerra do Paraguai, suas origens — Opinião de Joaquim Nabuco — Polemica entre liberaes e conservadores — A responsabilidade de Saraiva e a missão especial — As instrucções do govêrno imperial e a conducta de Saraiva — Opinião de Affonso Celso — A unanimidade nacional — Juizo dos escriptores platinos — As represalias e a arbitragem — As intrigas de Sagastume — A guerra era inevitavel — Acção de Pimenta Bueno — Lopez e Rosas; o perigo desloca-se de Buenos Aires para Assumpção — A politica do Imperio — O protesto de Lopez e a imprevisão brasileira — Discurso de Paranhos em 1862 — A imprevidencia do Imperio e o poder militar do Paraguai — A mediação anglo-argentina — Notas do barão do Rio Branco a Schneider — Invasão de Matto-Grosso, Corrientes e Rio Grande do Sul — Psychologia de Lopez — Missão, figura, grandeza e influencia de Paranhos. — Convenio de 20 de Fevereiro

MEUS SENHORES — Joaquim Nabuco, o mais elegante dos diplomatas brasileiros, no seu grande livro — *Um Estadista do Imperio* —, perpetuando a gloria paterna que elle continuou brilhantemente, concluiu um rapido e primoroso estudo sôbre a *Missão Saraiva*, durante a questão uruguaia, com este conceito:

« Da guerra do Uruguai procede a guerra com o Paraguai, e desta a Triplice Alliança.»

Parece, portanto, e esta conclusão é logicamente permittida, que o illustre e saudoso escriptor dá á missão Saraiva sinão a responsabilidade plena, pelo menos a origem dessa guerra, que durante cinco annos ensanguentou a historia de quatro povos e reduziu a patria de Solano Lopez á dolorosa condição, em que hoje se encontra.

Si foi esse o pensamento do distincto escriptor brasileiro, cuja penna, como as estrellas extinctas, ainda hoje offusca — e fulge, que — sua memoria nos perdôe esta audaciosa irreverencia do mais obscuro dos seus fetichistas —: é uma injustiça.

Aliás, esse criterio não é total e originalmente producto do espirito clarividente do preclaro embaixador do Brasil em Washington.

O sr. Helio Lobo, intelligencia moça e culta que já se emancipou dos preconceitos e soube afastar o seu nome e a sua mocidade do convivio pernicioso das mediocridades para fazer do estudo o arnez da sua consciencia na lucta pela vida, estudou a *Missão Saraiva*, no seu excellente trabalho intitulado — *Antes da guerra*.— Em nota á pag. 60, reproduz o moço escriptor um trecho da polemica travada em 1873 entre a *Nação* e a *Reforma*, a respeito da intervenção brasileira no Estado Oriental do Uruguai, no anno de 1864. Nessa polemica memoravel, a *Nação*, orgam do partido conservador, defendia o ministerio Rio Branco, e a *Reforma*, adversario do grande estadista, sustentava a accusação.

Na defesa escreveu a *Nação*, em 13 de Outubro de 1873:

« A intervenção de 1864, que nos trouxe a guerra com a Re-
« publica Oriental, e, depois de curto intervallo, a guerra com o
« Governo do Paraguai, não pode correr nem corre á conta do
« partido conservador. Essa energica politica que nos levou ao
« recurso das represalias contra o govêrno de Aguirre e das re-
« presalias á sanguinolenta lucta do Paraguai, foi obra do gabinete
« liberal... Dir-se-ia que no seio desse partido, a que se deu por
« um quasi epigramma o nome de progressista, respirava-se, desde
« as fanfarronadas da questão ingleza, uma atmosphera de
« guerra. »

Mas nem a Saraiva pessoalmente, nem á missão diplomatica por elle tão brilhante e tão lealmente desempenhada, nem ao partido liberal ou progressista, nem ao gabinete que áquelle tempo dirigia a politica e os destinos do Brasil se pode hoje, com justiça, attribuir a responsabilidade dessa guerra.

Muito embora pelas instrucções, que recebeu do gabinete liberal, Saraiva devesse apresentar o *ultimatum* do seu govêrno ao de Montevidéo, ainda assim, o eminente estadista, com a grande auctoridade que o distinguia e com a immensa clarividencia do seu espirito de patriota, comprehendeu, logo aos primeiros dias da sua missão, que mais acertado andaria orientando-a no sentido de a tornar pacifica e conciliadora.

A atmosphera que o eminente estadista encontrou era de franca desconfiança, de aberta antipathia, de completa hostilidade ao Brasil, a respeito de cuja politica interna a opinião em todo o Rio da Prata era absolutamente infensa.

Impossivel nos fôra até então convencer a alma do povo uruguaio da nossa lealdade, da sinceridade dos nossos intuitos : pairava ainda e sempre o temor de uma expansão imperialista, buscando estabelecer a extrema fronteira do Brasil, ao Sul, pelo immenso estuario daquella caudalosa corrente, sacrificando assim a mesma soberania que o proprio Imperio havia creado em 1828, impellido pela fôrça das circunstancias.

Era essa a tradição da influencia portugueza, tradição que não se apagara no espirito platino : o patriotismo uruguaio, exagerado pelos impetos infrenes das ambições dos caudilhos incultos, não deixava comprehender o ideal brasileiro em toda a sua plenitude.

As expansões da alma brasileira, precedendo a missão Saraiva, tinham despertado no povo uruguaio a perpetua desconfiança e tinham feito reviver os velhos odios abafados, de modo que, ao chegar a Montevidéo, « *de una sola mirada de aguila* », o diplomata brasileiro comprehendeu que muito mal iria a sua missão, si fossem integralmente executadas as instrucções do govêrno imperial, descortinou todos os obstaculos que se ergueriam á sua acção e que fariam fracassar inevitavelmente a incumbencia por elle acceita a convite do govêrno.

No seu officio confidencial de 24 de Maio de 1864, Saraiva deixou bem nitidamente formulada a sua situação nestas palavras claras e sem ambages :

« Não posso adeantar acerca do procedimento que o govêrno
« oriental terá para comnosco.

« Calculando, porém, com os dados que vou colhendo, aven-
« turo-me a dizer que não poderá elle satisfazer as nossas recla-
« mações, nem quererá satisfaze-las.

« Não poderá, porque alguns dos seus agentes, responsaveis
« pelas violencias perpetradas contra Brasileiros, são homens de

« influencia politica e que o embaraçariam na lucta, que sustenta
« com Flores.

« Não quererá, porque o govêrno oriental considera maiores
« as difficuldades que lhe podem sobrevir de suas divergencias
« com os amigos em que se apoiou, do que aquellas que lhes possa
« suscitar o govêrno imperial.

« Este é o parecer que, segundo creio, prevalece nos circulos
« dos homens da situação. Elle assenta na politica erronea, que se
« obstina em prolongar a presente guerra. »

Com tal convicção radicada pelos factos que observava e comparando-a com o rigor das instrucções, que recebera do seu govêrno, Saraiva meditou profundamente e viu que essas instrucções eram naquelle momento inexequiveis. O gabinete do Rio ordenara-lhe que: « Baseando-se nesses dados e nas considerações que
« deixo expendidas, V. Exa. dirigirá, pois, ao mesmo govêrno, o
« *nosso ultimo appello amigavel,* concluindo por exigir, em nome
« do govêrno de S. M. o Imperador, como solução das reclama-
« ções pendentes e como satisfacção das que foram desattendidas :

« 1º — Que o Governo da Republica faça effectuar o devido
« castigo, sinão de todos, ao menos daquelles criminosos reconhe-
« cidos que passeiam impunes, occupando até alguns destes postos
« no exercito oriental ou exercendo cargos civis do Estado.

« 2.º — Que sejam immediatamente destituidos e responsa-
« bilizados os agentes de policia, que têm abusado da auctoridade
« de que se acham revestidos.

« 3.º — Que indemnise competentemente a propriedade, que,
« sob qualquer pretexto, tenha sido extorquida aos Brasileiros
« pelas auctoridades militares ou civis da Republica.

« 4.º — Finalmente, que sejam postos em plena liberdade
« todos os Brasileiros que houverem sido constrangidos ao serviço
« das armas da Republica. »

Como se vê, a missão Saraiva fôra incumbida de um verdadeiro *ultimatum* ao govêrno oriental. O diplomata brasileiro, porém, entendeu mais acertado, mais prudente, mais seguro para o exito da sua missão, para os interesses do seu partido, para o

govêrno imperial e para a Patria, transforma-la em missão de paz, e assim procedeu com approvação do gabinete do Rio, e necessariamente do imperador, que o conservaram naquelle posto durante os quatro mezes das negociações por elle dirigidas, com conhecimento pleno do gabinete de S. Christovam.

Si Saraiva procurou evitar a situação penosa que devera ter estalado em Abril de 1864 ao executar rigorosamente as instrucções recebidas, como é possivel, com sinceridade e fundamento, responsabiliza-lo por uma guerra que veio a declarar-se muitos mezes mais tarde, com um Estado que nada tinha a ver na questão meramente particular, suscitada na fronteira commum do Brasil com o Uruguai?

Si Saraiva queria a paz com a Republica Oriental, cuja situação precaria sob todos os pontos de vista lhe garantia o triumpho completo, como é possivel attribuir-lhe a imprudencia de provocar uma guerra com o Paraguai, que elle sabia perfeitamente preparado, de longo tempo, com auxilio moral, material e diplomatico do proprio Imperio?

A verdade inteira a respeito da responsabilidade dessa lucta contra Aguirre, que arrastou Solano Lopez e nos levou depois ao quinquennio terrivel, que foi de Uruguaiana a Humaitá e d'alli ás cordilheiras da Bolivia, disse-a em 1873, pelas columnas da *Reforma*, a penna liberal e brilhante de Affonso Celso, respondendo á *Nação* e defendendo o seu partido e a missão Saraiva da accusação que lhes dirigia o orgam conservador:

« A missão de 1864 exprimia o voto da unanimidade nacional; « foi um desses impetos soberbos, que assignalam a historia de « todos os povos não abastardados, nem envilecidos, quando « vibra-lhes forte a fibra do patriotismo. Não foi o discurso do « sr. Ferreira da Veiga que impelliu o gabinete de 15 de Janeiro « a assumir aquella attitude, nem o contrario se infere de nossas « palavras, como quer inculcar o contemporaneo.

« A missão especial não foi deliberada nos conselhos do Go- « verno, resolveu-a a nação pelo seu voto soberano. Qualquer outro « gabinete, conservador ou liberal, seria obrigado a seguir a po-

« litica que assim lhe era imposta pela opinião, fiel interprete dos « derradeiros e supremos interesses do paíz, graças a esse mara- « vilhoso instincto dos povos, que os guia e dirige nas grandes « crises ».

E, cousa interessante, coincidencia curiosa, como observava naquella data o eminente jornalista que foi depois o grande e derradeiro estadista do Imperio, « no mesmo dia, quasi á mesma hora, « dous membros dos partidos oppostos, um alliado do govêrno e « seu decidido adversario o outro, o interpellavam sôbre os suc- « cessos do Rio Grande do Sul, em cuja fronteira 40.000 Brasileiros « soffriam inauditas perseguições e violencias ».

A propria imprensa conservadora, pela palavra auctorizada do *Espectador da America do Sul*, affirmou que « a abstenção do « Governo importaria a perda de uma provincia ou a guerra civil » e que, em tal questão « houve verdadeira *unanimidade nacional* ».

Ora, si a missão Saraiva foi fructo da convergencia de opiniões dos dous partidos — de govêrno e de opposição —, si a imprensa de todos os matizes applaudiu, si o parlamento a sanccionou com o seu voto, si houve a tal respeito a unanimidade nacional, não se comprehende que ella tivesse sido precipitada, quando é facto que, durante tres annos consecutivos, como já ficou demonstrado, os exforços do govêrno brasileiro, quer de um quer de outro partido, por intermedio das missões ordinarias da sua Diplomacia, procuraram sempre as soluções amigaveis para todos os conflictos e reclamações, e tudo isso foi sempre improficuo e perdido, como asseveram os proprios publicistas do Prata, entre os quaes o sr. Onneto Viana, escrevendo que : « el estado de lucha se « prolongaria haciendo impossible la seguridad de la vida y la pro- « piedad para los residentes brasileños.

« La legacion imperial reclamó reiteradamente el castigo de « los delincuentes.

« El Presidente de la Republica no se consideró con fuersa « bastante para reprimir con mano vigorosa los excesos de sus su- « bordinados, y acaso no dióse cuenta exacta de las graves respon- « sabilidades en que incurria.

« El estado anarquico, producto de la guerra, facilitó la realiza-
« ción de muchas persecusiones criminales, a las que seguian la más
« completa impunidad, pues que el gobierno sólo prestaba atención
« á las exigencias de la guerra, que eran las exigencias supremas.

« Salta á la vista la torpeza de este proceder. En el tren agre-
« sivo en que se habian colocado, no solo rechazaran (los politicos
« blancos) las proposiciones de Flores, sinó que continuaron fo-
« mentando los odios populares contra el Imperio, hostilisando á
« sus subditos, *que no tenian en la Republica garantia ninguna ni*
« *para sus personas ni para sus bienes.* »

Que mais era necessario para iniciar uma acção energica, immediata e prompta ?

A denegação de justiça era flagrante, as violações de direitos eram constantes, as perseguições aos Brasileiros eram permanentes, o govêrno oriental deixava impunes os criminosos e não attendia ás repetidas reclamações da Diplomacia brasileira, e havia 40.000 Brasileiros que não tinham na Republica nenhuma garantia, nem de vida, nem de propriedade. . .

No entanto a missão Saraiva, em logar de iniciar a sua actividade, como lhe impunham as instrucções, apresentando um *ultimo appello amigavel,* preferiu entabolar negociações pacificas, persistindo na continuação das reclamações diplomaticas em segredo das chancellarias, afastando cuidadosamente a emergencia de uma guerra, em que a victoria seria rapida e segurissima. E ainda ha quem censure essa missão por haver lançado mão das represalias, por haver assim originado. . . a guerra com o Paraguai.

Era tal a segurança da visão de Saraiva, que os proprios publicistas platinos lhe fazem justiça :

« El caracter belico de su misión envolvia peligros inume-
« rables, y, de aplicarse rigorosamente sus instrucciones podia
« sobrevenir una conflagración general.

« Por otra parte, su espiritu honrado resistiose a exigir del
« gobierno oriental la applicación inmediata de medidas energicas,
« pués que era imposible otra solucion en el estado caôtico en que
« se encontraba el pais»

« El embajador estaba convencido de que solamente la paz « podia asegurar el exito de la politica imperial, por cuanto colocaria « al gobierno oriental en condiciones de poder reprimir cualquier « exceso de que fueran victimas sus compatriotas. En este orden de « ideas, con firme resolucion de cambiar radicalmente el caracter de « la mission especial, dió el primer paso. »

A missão Saraiva recorreu ás represalias, tendo recusado a arbitragem proposta pelo govêrno do presidente Aguirre quandc recebeu o *ultimatum*. Eis o grande argumento invocado : a recusa peremptoria ao arbitramento; si a proposta do govêrno oriental tivesse tido boa accolhida por parte de Saraiva as represalias não teriam determinado a occupação de Mello e Salto, nem o bombardeio de Paisandú, e Lopez não teria pretexto para declarar a guerra.

A arbitragem proposta não era acceitavel : I) o govêrno oriental que a propunha não era sincero nem procedia com lealdade; a proposta foi feita para ganhar tempo; II) enquanto era offerecida essa solução, Aguirre esperava o resultado das negociações clandestinas, em que se achava empenhado Vasques Sagastume, com o govêrno do Paraguai; III) quando J. J. Herrera, ministro das Relações Exteriores do Uruguai, propunha a solução por arbitragem, Solano Lopez, influenciado por Sagastume, offerecia a sua mediação para harmonizar os contendores, declarando desde logo, categoricamente, que « en bien del equilibrio politico necesario en el Rio « de la Plata no permitiria que tropas brasileñas invadieran el « territorio oriental ».

Não era o offerecimento leal e abnegado de uma mediação honesta, era uma ameaça intempestiva, irritante, impertinente, audaciosa, atrevida. O govêrno oriental teve della noticia, antes de a conhecer o diplomata brasileiro :

« Vasques Sagastume antecipadamente annuncia al gobierno de « Montevidéo la protesta de 30 de Agosto, de Solano Lopez, dando « lugar a una violenta reaccion en todos los espiritus, temeraria- « mente agresiva contra el Brasil. »

Lopez não esperou a effectividade das represalias para, em face dellas, tomar uma resolução definitiva. Muito antes da invasão

do territorio oriental por fôrças brasileiras, a 12 de Outubro, antes da occupação de Mello e Salto pelo pequeno exercito de Menna Barreto, quando ainda Saraiva e o govêrno oriental não haviam saïdo do terreno das negociações, quando ainda as duas chancellarias, brasileira e oriental, discutiam entre si a solução dos problemas, o dictador lançou o seu protesto, não contra uma declaração de guerra, mas apenas contra actos futuros de represalias; não contra uma violencia indebitamente practicada por mera prepotencia, mas contra o exercicio de um direito que cabia á soberania brasileira em face das repetidas e reincidentes denegações de justiça commettidas propositadamente pelo govêrno oriental.

Evitar as represalias, desistir do *ultimutum* para acceitar a arbitragem proposta em taes condições, equivalia a ceder á intimação do Paraguai. Saraiva recusou; podia recusar, devia recusar; si acceitasse aviltaria o Brasil e ficaria aviltado perante a propria consciencia.

A occupação de Mello e Salto, o bombardeio de Paisandú, o bloqueio e rendição de Montevidéo foram os pretextos, que Solano Lopez invocou, — inspirado por Vasquez Sagastume — e, consequentemente, com pleno conhecimento do govêrno oriental, para mover a guerra ao Imperio e á Republica Argentina, pensamento que gerara na sua alma a influencia perversa e poderosa da aventureira mme. Lynch, cuja ambição sem limites arrastou o torvo dictador até a hora tragica do Aquidaban.

Mas essa guerra era inevitavel; havia muito que ella sorria, como um ideal supremo, ao espirito sombrio de Solano Lopez; póde-se affoitamente affirmar que o dictador o recebeu de seu pae junctamente com os encargos, os compromissos e as prerogativas do poder, naquella originalissima democracia hereditaria.

Essa idea germinou no cerebro de Carlos Lopez e foi alimentada pelo espirito imprevidente de Pimenta Bueno quando, procurou captar a sympathia do Paraguai ao seu plano duplo de esmagar a tyrannia de Rosas e separar a aspiração de independencia da Cisplatina, da aspiração de hegemonia argentina, para resurgimento historico do vice-reino do Prata.

Quando Pimenta Bueno premeditava a quéda de Rosas, ergueu na alma de Carlos Lopez a ambição de predominio, deu-lhe elementos materiaes de engrandecimento, creou no velho Paraguai dos jesuitas uma potencia militar notavel, armou-a até os deutes, suggeriu-lhe a idéa de se fazer invencivel, construindo as trincheiras e as baterias formidaveis de Humaitá e a estrada estrategica do Passo da Patria a Assumpção. Foi o proprio estadista e diplomata quem o confessou na *Revista Brasileira* : « O plano de Humaitá « foi traçado no meu tempo, e o desenho estrategico do caminho « do Passo do Patria a Assumpção examinado por mim com « o presidente Lopez. E' obra de um tenente coronel prus- « siano ».

Um publicista oriental, insuspeito portanto, narra o seguinte :

« Pimenta Bueno, adueñado de la voluntad de Carlos Antonio « Lopez, lo indujo a convertir su pais en una potencia militar, de « manera que estuviese á cubierto de toda agresion del gobierno « de Buenos Ayres. Además le sugirió la idea de la formacion de « una nacion poderosa que comprendera Paraguay, Entre-Rios y « Corrientes, proyecto que no tenia otro fin sinó alagar la vanidad « del sombrio dictador y precipitarlo en la pendiente de las grandes « obras militares. Carlos Antonio Lopez, inducido por los consejos « de su mentor, se entregó á la tarea de preparar un tren de guerra « formidable. Para asegurar el monopolio de la navegacion fluvial, « fortificó las margenes de los rios, dió comienzo á la formacion de « una esquadra regular, llamó officiales ingénieros europeus, ingle- « zes y holandezes, con el cometido de promover mejóras en el ejer- « cito, en la marina y en las artes mecanicas. El diplomata bra- « sileño tomó participacion activa en todos los aprestos y facilító á « Lopez officiales é ingenieros de su país, para construccion y « organisacion belicas.»

Convencera-se Pimenta Bueno da necessidade imprescindivel para o Imperio de esmagar a dictadura de Rosas, que se impunha como um perigo immenso : a confederação que o dictador sonhara realizar com a Argentina e com o Uruguai, logo que triumphasse em Montevidéo e nas provincias, apparecia aos olhos do diplomata bra-

sileiro com todos os aspectos de uma fôrça, que lhe cumpria não deixar crescer.

O processo para impedir essa medrança ou pelo menos, contrabalançar o poder daquella confederação, foi, no entender de Pimenta Bueno, a formação de um estado militarmente organizado, sem cogitar das consequencias que necessariamente adviriam dessa solução num paiz, em que o despotismo era a fórma de govêrno reinante e que, uma vez sentindo-se forte, buscaria expandir-se por todas as formas, procurando impôr-se pela audacia da sua politica.

Para derrocar o poder indiscutivel de Rosas, ameaça permanente ao equilibrio sul-americano, Pimenta Bueno alimentou a vaidade enfermiça de Carlos Lopez e creou, incautamente, a dictadura que devia ser a successora da que veiu a expirar em Monte-Caseros.

Realmente, o que inspirava a diplomacia de Pimenta Bueno era o mesmo pensamento, que formava o fundo historico de toda a acção diplomatica brasileira : — tornar impossivel a reconstituição do vice-reino de Buenos-Aires.

Impossibilitado o Brasil de estabelecer a sua fronteira ao Su pelas aguas do Prata, o meio unico para solver o problema seria provocar, proteger e sustentar a independencia e a soberania das Republicas Oriental e do Paraguai, de modo que a Argentina de Rosas não pudesse aspirar á realização daquelle sonho dourado.

Mas derrubando um despota perigoso, Pimenta Bueno creava um outro mais perigoso, não em Carlos Antonio Lopez, em Francisco Solano, o filho, sôbre o qual não poude extender a mesma influencia com que soubera envolver e dominar a alma do pae.

Retirando-se Pimenta Bueno de Assumpção, nenhum outro diplomata brasileiro soube exercer sôbre Solano Lopez tão completo poder de fascinação ; a alma do successor de Carlos Lopez formou-se em plena independencia dos seus proprios sentimentos, embora tambem sob as influencias extranhas mas conjugadas daquella mulher, que foi a inspiradora de todas as suas ambições e daquelle ministro, que foi o estadista das suas aspirações de supremacia.

Enquanto Saraiva conduzia delicadamente a sua missão, no sentido de evitar a guerra, demonstrando, pelas negociações demoradas, o seu alto respeito pela soberania da Republica e o proposito firme de não ferir a sua susceptibilidade, embora exigindo reparação aos aggravos feitos á vida e á propriedade dos subditos do Imperio; enquanto por essa forma, que era o reconhecimento plenissimo da independencia oriental e o afastamento absoluto da idéa de conquista, o Brasil demonstrava a sua sinceridade, o governo de Montevidéo por intermedio de Sagastume ia fazer com Solano Lopez, em Assumpção, para destruir a politica do Imperio, o mesmo que o Imperio, por intermedio de Pimenta Bueno, havia feito com Carlos Lopez, para destruir a dictadura de Rosas.

Como bem affirma Joaquim Nabuco, « desde a guerra contra « o dictador argentino Rosas, quando obstámos a que Montevidéo « caïsse em poder de Oribe, o Estado Oriental do Uruguai « tornou-se o mais delicado e perigoso problema da nossa politica « exterior. Não tinhamos ambição de annexa-lo; desejavamos « não nos envolver em seus negocios internos, só tinhamos um « interesse em relação a elle, o de termos uma fronteira socegada « e segura, para o que era essencial que elle se tornasse defini- « tivamente independente ».

O barão do Rio Branco escreveu que— « a politica internacional « do Brasil, creada pelo partido conservador e principalmente « pelo illustre ministro Paulino de Sousa, visconde do Uruguai, « consistia então em manter a independencia dos dous Estados « ameaçados pela ambição argentina, o Paraguai e o Uru- « guai ».

Essas foram, realmente, as sinceras intenções do Imperio, que nellas via a solução para o problema da sua tranquillidade; era isso que convinha ao Brasil, e todo o empenho da politica externa foi sempre o de realizar efficazmente esse largo plano de desambição, mas nem no Estado Oriental, nem na Argentina nem no Paraguai se acreditava na lealdade da politica brasileira, nem, muito menos, na diplomacia imperial.

Quando o pretexto appareceu, a guerra surgiu. Mas a Saraiva não cabe a responsabilidade de have-la provocado.

« A fatalidade da sua missão consistia em que a guerra, diz
« Joaquim Nabuco, preparada e accumulada por tanto tempo no
« Rio da Prata, sequella da antiga lucta entre Buenos-Aires e
« as provincias, na Argentina, entre *Blancos* e *Colorados*, no
« Uruguai, sôbre o qual pendia a desforra infallivel de Quinteros,
« resultava necessariamente dos armamentos despoticos do Pa-
« raguai e havia, mais cedo ou mais tarde, de rebentar, desde
« que o delirio de Lopez se pronunciasse ».

Quando o delirio se pronunciou a guerra explodiu.

Lopez, induzido pelas intrigas do govêrno oriental em poder dos *Blancos*, protestou contra as possiveis represalias, com que Saraiva ameaçara Aguirre e contra o apoio, que a esquadra do almirante Tamandaré offerecera ao general Venancio Flores. O govêrno imperial desprezou esse protesto, e Lopez, sem se preoccupar com declaração de guerra, aprisionou o vapor *Marquez de Olinda*, que conduzia o presidente de Matto Grosso, a quem fez passar martyrios, e um mez depois invadiu aquella provincia brasileira, que devastou a saque e a fogo. Era a guerra em plena erupção.

Mas quando esta explodiu, a imprevisão no Brasil era geral; ninguem pensava na possibilidade de tal aventura, nem o proprio govêrno acreditava que Lopez se abalançasse a tamanha loucura, tanto que era uma realidade dolorosa o estado de penuria militar, em que se encontrava o Brasil.

« A imprevisão era geral, diz Joaquim Nabuco; era de todos
« os nossos homens publicos e assentava sôbre o preconceito po-
« litico, do qual a eschola conservadora tinha feito uma especie de
« dogma nacional: — que a amizade, a alliança do Paraguai era
« o principal interesse do Brasil no Prata. Esse preconceito era
« tão forte, que sem a aggressão de Lopez difficilmente teriam
« estadistas brasileiros daquella épocha consentido nunca em
« mover o nosso exercito e esquadra contra o Paraguai ».

Resalta nitidamente, pois, esta verdade: si a imprevisão era geral, tão geral que o Brasil se conservava em estado de absoluto

desarmamento ; si essa imprevisão era de *todos* os homens publicos ; si assentava em um preconceito tão forte, que dominava todas as consciencias da eschola conservadora, a accusação que se fez a Saraiva e que os mesmos conservadores fizeram ao ministerio liberal e á missão especial, como responsaveis por essa guerra, é absurda, é illogica, é insustentavel.

A guerra era a expressão dos sentimentos dominantes no Prata : só o Brasil pensava em paz e por ella trabalhava. Em guerra estava a Republica Oriental : Flores contra Aguirre, *Colorados* contra *Blancos* ; em guerrra ia entrar a Argentina, e Sarmiento dizia a Mitre : « Tenemos que recorrer á la guerra, Snr. Go-
« bernador, para que los dos partidos tradicionales de la Repu-
« blica puedan medir, una vez por todas, sus fuerzas en el campo
« de batalla e quede difinida para sempre la unidad nacional ».

« Unitarios e federalistas, observa o sr. Helio Lobo, haviam
« travado, sem resultado definitivo, a grande lucta. A batalha
« de Pavon assegurara o triumpho a Buenos-Aires. Ainda não
« exprimia, contudo, o termo desejado ».

Em pé de guerra estava o Paraguai, desde que Pimenta Bueno acordara na alma de Carlos Lopez a possibilidade de esmagar a Argentina de Rosas. Humaitá era a corôa intransponivel de ferro e fogo, que faria do Paraguai a Republica conhecida no mundo. Mas contra quem se levantariam os 80.000 homens de Lopez ? Contra o Imperio, ou contra a Argentina ?

Contra a Argentina, para extender os seus limites ao Sul, conquistando Entre-Rios e Corrientes, como lhe desvendara Pimenta Bueno ao hypnotizar a alma paterna, si sentisse que as dissensões entre federalistas e unitararios lhe poderiam facilitar a realização desse sonho ; contra o Brasil si este, receioso do seu predominio militar e politico na America do Sul, tentasse conte-lo nas fronteiras da sua soberania ; contra ambos, Argentina e Brasil, si ambos quizessem erguer contra elle suas fôrças alliadas.

A guerra explodiu contra o Imperio, porque a paixão dos *Blancos*, escurecendo-lhes a razão, os levou á intriga, até que a palavra de Sagastume poude convencer o despota de Assumpção

de que existia entre o Brasil e a Argentina um tractado secreto de alliança, em virtude do qual essas duas nações haviam convencionado a conquista e o retalhamento do Paraguai e da Republica Oriental.

« E foi com essas impressões que o vaidoso dictador se lançou á guerra contra o Brasil », como observa o saudoso barão do Rio Branco.

« A guerra simultanea com as duas nações vizinhas foi um atordoamento que só se explica pela falta de uma politica anteriormente assentada, pela fluctuação de um poderio militar desvairado, que aspirava a fazer a sua entrada na scena sul-americana, de modo a não se fallar sinão delle, a parecer um milagre, a offuscar a imaginação do mundo.»

A responsabilidade, pois, da guerra não pertence á missão Saraiva ; a guerra foi uma fatalidade, cujas origens arrancam da profundidade insondavel da psychologia dos caudilhos sul-americanos, perdida nas remotas paragens de uma historia em que collaboraram elementos tão differentes, factos imprevistos, raças tão dispares, ambições polarmente adversas e interesses diametralmente oppostos.

Era fatal essa guerra, tinha de rebentar forçosamente e, já em 1855, estivera a pique de estalar, como se vê, claramente, do notabilissimo discurso proferido na sessão de 11 de Junho de 1862, na Camara dos Deputados, pelo eminente estadista e diplomata J. M. da Silva Paranhos, depois visconde do Rio Branco, a figura mais completa, talvez a mais brilhante, de certo a mais notavel do parlamento brasileiro do Imperio, essa corporação illustre entre as mais illustres do mundo, em cujo seio fulgiram talentos de primeira grandeza, nomes de primeira agua, characteres dos mais limpidos, patriotas que ainda estão esperando, na gloria da vida subjectiva, que surja a penna de um Plutarcho para que os seus nomes saiam do ambito acanhado da nossa Historia para os vastos dominios da civilização humana.

Nesse discurso, que é um modelo de sobriedade tribunicia, que é um exemplo de cortezia num primor de logica e numa licção

de civismo, repetidamente o illustre estadista, o Pitt brasileiro, allude a essa guerra que já naquella epocha elle julgava inevitavel. São dessa joia da eloquencia parlamentar estes conceitos seguros:

« Mas tendo desapparecido da scena o dictador Rosas, o go-
« vêrno do Paraguai, que se mostrara intimo amigo do Brasil,
« cuja confiança para comnosco chegara ao ponto de dar carta
« branca ao ministro que o govêrno imperial nomeasse para nos
« representar em Buenos Aires, dada uma supposta intervenção
« do Imperio com a França e a Inglaterra, o govêrno do Paraguai
« então deixou-se possuir de prevenções contra o Brasil; receiou
« que, ufano com os resultados que haviamos alcançado nas
« margens do Prata, nos tornassemos ambiciosos e quizessemos
« substituir o dictador Rosas em seus designios contra a Republica
« do Paraguai! Deus sabe si a politica extrangeira teve ou não
« grande parte nessas prevenções, que assaltaram o espirito do go-
« vêrno paraguaio.

« Convidado para esta missão procurei declinar de mim ta-
« manha honra, não porque não esteja sempre prompto para o
« serviço do nosso paiz, mas porque compartilhava a opinião
« geral, que não seria possivel uma solução amigavel com o go-
« vêrno paraguaio, no estado em que a questão se encontrava.

« Quando cheguei a Assumpção, todas as disposições do
« governo paraguaio eram bellicas.

« A' minha approximação tinha havido um grande exercicio
« militar no acampamento de Humaitá; pouco depois da minha
« chegada houve um exercicio de fogo entre tropas da guarnição
« da cidade ».

Interrompido pelo deputado Tavares Bastos, Paranhos responde:

« Eu comecei por affirmar a imminencia de uma guerra entre
« o Imperio e a Republica do Paraguai...

« Attitude bellica tambem a tiveramos nós em 1855... »

Mas já em 1850, si a guerra não estalou, foi porque o govêrno brasileiro se fez desentendido...

Nesse anno, o Brasil empenhado em esmagar a dictadura de Rosas, celebrou a alliança com Carlos Lopez e constituiu-se defensor da soberania nacional : em troca desse alto serviço, obteve a livre navegação do Paraguai. Rosas caïu, a Republica Argentina reconheceu a independencia do Paraguai e o govêrno de Assumpção começou a receiar-se da amizade brasileira, e annullou de facto, com exigencias policiaes sôbre a navegação daquelle rio, todas as concessões de que resava o tractado de 1850, tornando absolutamente impossivel o commercio exterior com a provincia brasileira de Matto Grosso : o Imperio fechou os olhos e cerrou os ouvidos ao aggravo.

Em 1853, Pereira Leal, em *ultimatum* dirigido ao govêrno paraguaio, por ordem do gabinete do Rio, exigiu para o Brasil o reconhecimento da màrgem direita do Apa e que o ajudasse em suas contendas com a Bolivia para fixação de limites pelo Norte da Bahia Negra, em troca do reconhecimento,em favor do Paraguai, de todo o Chaco, até o Sul daquelle ponto. Carlos Lopez resistiu, e aggravando-se a situação mandou entregar os passaportes ao diplomata brasileiro residente, no dia 12 de Agosto : o Imperio tornou a fechar os olhos e a cerrar os ouvidos ao aggravo, desta vez mais duro... E Paulino Soares de Sousa, queixando-se da falta de cumprimento do convenio de 1850, dizia :

« Só a guerra poderá cortar, já que é impossivel desatar, as « difficuldades do Imperio com a Republica.»

Mais tarde, em 1855, os Brasileiros tentaram estabelecer-se em Salinas, sôbre a margem direita do Paraguai ; o govêrno de Lopez os mandou expulsar dalli pela fôrça das armas, e o Imperio tornou a fechar os olhos e a cerrar os ouvidos ao aggravo, que desta vez subiu de tom e chegou a actos de fôrça armada.

Apezar de julgar inevitavel a guerra em 1855, foi Paranhos quem a evitou pela habilidade da sua diplomacia, enredando o plenipotenciario paraguaio D. José Bergés, subscrevendo o protocollo de Abril desse anno, no qual Paranhos nega peremptoriamente valor legal ás clausulas do tractado de Sancto Ildefonso que serviam de fundamento aos direitos territoriaes do Paraguai.

Lopez torna a annullar a victoria do diplomata e com outras exigencias regulamentares impediu de novo todo o commercio fluvial com Cuiabá, trancando a navegação.

O Imperio nem viu nem ouviu a injuria, e só em 1858 tornou Paranhos a conseguir pelo protocolo de 12 de Fevereiro a livre navegação do Paraguai e do Paraná.

Como é possivel, pois, com bom senso, lançar sôbre a missão Saraiva de 1864 a responsabilidade de uma guerra que rebentou em 1865 e que já em 58, em 55, em 53 e em 1850 era geralmente julgada inevitavel, e que no decurso das negociações entaboladas pelo eminente estadista brasileiro esteve na aresta de ser declarada e somente o não foi porque a sua habilidade diplomatica varias vezes evitou o rompimento fatal?

Hoje é uma questão incontroversa que Saraiva, abroquellado na sua honra inatacavel e inatacada, firme na confiança que nella depositavam o govêrno do imperador e a opinião do seu partido, envidou todos os exforços que lhe permittiam a sua brilhante intelligencia e os recursos da diplomacia para assegurar a paz á Republica Oriental e á sua Patria. Tudo quanto era honestamente possivel fazer, elle fez para que o govêrno oriental cumprisse o seu dever em relação á soberania brasileira e ainda com respeito á politica interna que devia restabelecer a vida normal na Republica, depondo as armas os revolucionarios colorados, com Flores á frente.

Saraiva chegou a acceitar a interferencia dos ministros srs. Edward Thornton e Rufino Elizalde, e com elles teve a historica entrevista de Puntas del Rosario em 18 de Junho de 1864, na qual ficaram assentadas as condições da pacificação, de modo que a 25 do mesmo mez o presidente Aguirre dirigiu aos seus concidadãos uma proclamação participando-lhes que:

« As bases para a pacificação do paiz estão combinadas, medi-
« ante a amistosa interposição de SS. EExs. os ministros de S. M.
« Britannica, do Imperador do Brasil e da Republica Argentina.»

Nesse mesmo dia 25 Saraiva dirigia ao govêrno imperial o seguinte officio reservado:

« Hoje veio visitar-me o sr. presidente da Republica com os

« seus ajudantes de ordens, e de novo manifestou-me verbalmente a
« sua gratidão pelo que haviamos feito a bem do paiz.

« Achavam-se aqui commigo os srs. Elizalde e Thornton, a
« quem o sr. presidente tinha de visitar egualmente, e todos en-
« tramos com elle na mais interessante conversação a respeito de
« uma politica de paz e de concordia.

« Declarou-nos S. Ex. que era esse o seu desejo, e seria a sua
« gloria; que a isso estava resolvido.

« Quanto ás nossas respectivas questões internacionaes pro-
« feriu estas palavras: "Encontrar-me-hão disposto a fazer quanto
« possivel, e estou seguro de que os srs. ministros hão de ficar
« satisfeitos com o Governo Oriental.» Agradeci a segurança que
« me dava; accrescentei que não duvidava da boa vontade de
« S. Ex. como não podia elle hoje duvidar de minhas benevolas
« intenções; que as questões brasileiras, porém, offereciam diffi-
« culdades consideraveis; que para conciliar os interesses de dous
« paizes vizinhos era mistér da parte do Governo o proposito
« firme de extinguir as causas dos males, que lamentamos, por
« maneira que não se reproduzam as mesmas difficuldades, mais
« tarde ou mais cedo. Disse-me o sr. presidente que o Governo
« Oriental empenharia quanto em si coubesse para viver bem com
« um Estado vizinho e amigo, como o Brasil.»

Politica de paz e concordia! Viver bem com um Estado vizinho e amigo como o Brasil!

E ao mesmo tempo que essas palavras eram dictas ao Brasil, o mesmo Governo que as dizia, tramava, em Assumpção, as aggressões do dictador ao Imperio, calumniando o paiz vizinho e amigo, e creando a mentira do tractado secreto com a Argentina, para retalhamento do Uruguai e do Paraguai. Não se sabe que mais admirar nas palavras do presidente Aguirre: si o desplante, si a má fé.

Em todo o caso, o açodamento com que Saraiva communicou a boa nova ao Governo Imperial demonstra que a sua grande alma queria a paz e não pensava na guerra com o Paraguai. Hoje, á distancia de meio seculo, essa intenção de Saraiva se

destaca da Historia com a mesma limpidez da estrella pollar na profundez da noite.

Vem a pêllo referir um incidente commentado por Saraiva, que dá bem a impressão da psychologia de Aguirre e permitte calcular seguramente o valor que se podia dar ás palavras do então presidente da Republica Oriental do Uruguai.

Haviam-se aggravado as difficuldades que entorpeciam a acção benefica e conciliadora do diplomata brasileiro, em face do procedimento exquisito do govêrno oriental.

E a tal ponto haviam chegado essas difficuldades, que o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Rufino Elizalde e o diplomata inglez, Sir Edward Thornton entenderam acertado unir os seus exforços, indo ambos pessoalmente á presença do plenipotenciario brasileiro em Montevidéo, com o fim de se pôr termo áquella lucta que ameaçava tomar proporções assustadoras.

A seu turno, o snr. André Lamas, antigo diplomata oriental, amigo do Brasil e o snr. Castellanos, representando o presidente Aguirre, approximaram-se tambem do ministro brasileiro e depois em Puntas del Rosario se realizou a historica entrevista com o general Venancio Flores, entrevista que o eminente Joaquim Nabuco tão brilhantemente descreve no seu excellente livro intitulado *Um Estadista do Imperio*.

A interferencia dos diplomatas produziu o melhor effeito : o governo de Montevidéo offereceu a paz e amnistia geral aos revoltosos *colorados*, pelo decreto de 10 de Junho de 1864 ; o general Flores acceitou e reconheceu o govêrno do presidente Aguirre, para o fim de se proceder a novas eleições ; o presidente Aguirre fez então officialmente ao ministro brasileiro a visita já referida, e aos outros mediadores, manifestando a todos a sua gratidão pelo muito que haviam feito a bem do paiz. Tudo sorria admiravelmente.

Flores lembrou-se, porém, de pedir garantias á execução desse accôrdo, e entre ellas figurava a mudança de ministros.

E, commenta Saraiva, no seu officio reservado de 5 de Julho, ao Governo Imperial :

Mas para tanto Aguirre não tinha fôrça ; elle era o instrumento do seu partido, receiava ser por elle abandonado e temia até uma revolta do exercito, si viesse a afastar os ministros de que se rodeara.

Saraiva, cujo espirito se costumara a encarar as situações do alto e em conjuncto, sem se deter com detalhes minimos ou considerações de natureza pessoal, teve um dos muitos rasgos de genio que, por varias vezes, haviam salvo situações difficeis e delicadas em crises de politica interna, e, com audacia admiravel mas segura, offereceu-se ao presidente Aguirre para apoia-lo e sustenta-lo *quand même*, si « elle organizasse immediatmente um govêrno superior « ás facções em lucta ».

Essa franqueza, de uma lealdade que se lhe estampou nas faces, commoveu e enthusiasmou Elizalde e communicou-se á fleugma britannica de Sir Edward Thornton e, por sua vez, fez estremecer de contentamento os srs. André Lamas e Castellanos, que do occorrido deram conta ao presidente Aguirre. Esperavam todos anciosamente a resposta do presidente, na certeza de que seria a acceitação pura e simples.

E, conta Saraiva, textualmente, no citado officio: « Foram os « snrs. Lamas e Castellanos ter com o presidente e volveram « para dizer-nos que S. Exl.ª achava bom o caminho que se abria, « mas que lhe era preciso ouvir algumas pessoas ».

Essa resposta de Aguirre provocou os commentarios justissimos e conceituosos com que Saraiva, estudando e definindo a psychologia do presidente oriental, ha 51 annos, parece que fixava no seu officio as figuras superiores de todos os homens de govêrno, que, por sua indecisão ou por mal entendida lealdade partidaria, deixam de resolver situações que são problemas urgentes á vida das nações.

E Saraiva, commentando a resposta de Aguirre, escreveu estes conceitos : « Esta necessidade de tomar conselhos com homens « presos á situação por suas malversações ou cego espirito de « partido, é o que faz do sr. Aguirre o homem mais indeciso e « fraco, que a desgraça desta Republica collocou sôbre a cadeira da « presidencia.» Ha meio seculo foi escripta por um grande Brasi-

leiro, grande estadista, grande diplomata, essa sentença preciosa: parece que foi hoje.

Não foi possivel, porém, chegar a um accôrdo, vencer a indecisão e a fraqueza de Aguirre; os mediadores deram por terminada a sua missão, Saraiva retirou-se para Buenos Aires, e a Historia diz o que foi o resto.

O resto foi: o *ultimatum*, a invasão do territorio oriental, a occupação de Mello e Salto, o bombardeio de Paisandú, o bloqueio e capitulação de Montevidéo, a invasão de Matto Grosso, a invasão de Corrientes, a invasão do Rio Grande do Sul, a occupação de Uruguaiana pelo exercito de Estigarribia, a guerra do Paraguai, a destruição de um povo, muito sangue derramado, muitas centenas de milhares de vidas ceifadas, seis centos mil contos de réis gastos inutilmente!

Tudo isso porque o presidente Aguirre, indeciso e fraco, precisou consultar alguns homens presos á situação por suas malversações e pelo seu cego espirito de partido, teimando em conservar no seu ministerio os homens que tinham contra si as reclamações teimosas, insistentes e justas da opinião publica e as reclamações extrangeiras fundamentadas!

São, pois, incontestaveis as seguintes conclusões que se impõem com energia dominadora:

I — Si a missão especial confiada a Saraiva tinha o character bellicoso pela apresentação immediata de um *ultimatum*, o diplomata brasileiro, transformando-a em missão de paz, até chegar a consegui-la por fórma tão eloquente, não queria a guerra, nem a snppunha possivel com o Paraguai.

II — Si querendo e chegando a conseguir a solução pacifica, tal como provam os documentos referidos, elle evitava as represalias, é claro que evitava naquelle momento o pretexto allegado por Lopez para a attitude que assumiu.

III — Si a guerra com o Paraguai teve por origem proxima as represalias a que houve de recorrer o diplomata brasileiro, como se affirma, não cabe a Saraiva essa responsabilidade, visto como elle quiz e obteve a paz. Si esta foi burlada, a responsa-

bilidade immediata do fracasso daquellas negociações, em que tomaram parte a Argentina e a Inglaterra pelos seus diplomatas, cabe a quem levou Lopez a intervir intempestivamente : ao proprio presidente Aguirre e a Vasquez Sagastume, seu representante em Assumpção, convencendo o dictador de que o Brasil preparava com a Argentina a conquista do Uruguai e do Paraguai para fazer de ambas a Polonia da America do Sul, aos dous homens do govêrno oriental que reclamavam soccorro ao filho de Carlos Lopez contra o Imperio, que a ambos havia dado a soberania e a independencia.

Depois disso, si Saraiva recuasse seria um traidor ; e Saraiva era um integro, o seu character não tinha jaças, nem falhas.

Os dados estavam lançados, a guerra veiu, a victoria coroou as armas brasileiras e alliadas, e hoje, 50 annos depois, a figura de Saraiva emerge das vagas do tempo, do pó dos archivos, do segredo das chancellarias, do labyrintho dos protocollos, envolta na chlamyde de sua lealdade de pacifista, em toda a austeridade da sua vida, em toda a grandeza de seus serviços indiscutivelmente nobres, notaveis, como um verdadeiro estadista digno de seu tempo e da posteridade, cujas intenções de uma limpidez de chrystal ficam absolutamente affirmadas em face deste argumento supremo :

Em Agosto de 1864 apresentou Saraiva o *ultimatum* do govêrno imperial ao govêrno oriental, que o repelliu immediatamente ; e tanto pensava em guerra, quer com o Estado Oriental do Uruguai, quer com o Paraguai, que só em Outubro do mesmo anno, e não em Dezembro, como affirma o sr. Clovis Bevilacqua, foi que poude invadir o territorio oriental uma « pequena força brasileira composta de um batalhão de infantaria e de dous corpos de cavallaria, sob o commando do general José Luiz Menna Barreto, que penetrou no departamento de Cerro Largo para practicar represalias, tendo por objectivo a Villa de Mello », como affirma o illustre sr. general Bormann.

Isto é, o Brasil não tinha naquelle momento um exercito capaz de apoiar e garantir a resolução extrema que dictava ao seu diplo-

mata em Montevidéo e, muito menos, capaz de enfrentar os 80.000 homens de Lopez !

A guerra surgiu, porque Francisco Solano Lopez entendeu que aquelle era o momento opportuno para precipita-la.

Si para apoiar o seu *ultimatum* a um govêrno comballido, em um paiz açoutado pela guerra civil, o Imperio não tinha nas suas fronteiras, nem nos seus quarteis « um só soldado », como asseverou Christiano Ottoni na sessão de 14 de Julho de 64, na Camara dos Deputados, com que fôrças poderia resistir ou tomar a offensiva, si o tyranno de Assumpção se abalançasse á lucta com o seu exercito em armas, adestrado nos acampamentos de Cerro-Corá e entrincheirado formidavelmente em Passo da Patria, Humaitá e em Assumpção ?

O Paraguai era a esphinge e, infelizmente, a esphinge sorriu.

* * *

A contrastar com a imprevidencia do Imperio, erguia-se a Republica previdente : aquelle, sem soldados, sem armamentos, sem munições, sem equipamentos, sem transporte ; esta, com 100.000 homens, com serviço militar obrigatorio, com acampamentos para exercicios e manobras militares de grandes massas, com fortificações inexpugnaveis, com marinha de guerra adequada aos accidentes das suas correntes fluviaes, e tudo isso realizado em tres governos successivos, de Francia a Solano, com methodo, com perseverança, com vontade firme e orientada pela bussola de um ideal que, embora occulto na consciencia dos dictadores, era, entretanto, um elemento poderoso para conquista da hegemonia sul-americana, sonhado pela alma de Bolivar, de Rosas e de Sarmiento, e ainda hoje acalentado por muitos publicistas argentinos, embora um tanto reduzido na extensão dos territorios que deveriam ser abrangidos pela grandeza da nova entidade politica : a Republica dos Estados Unidos da America do Sul.

A'quella epocha, em 1865, tal como faz notar Joaquim Nabuco, a these de Sarmiento : « Ha alguma difficuldade invencivel em que « a Republica do Paraguai, a Republica do Uruguai e a Con- « federação Argentina se reunam para formar uma federação sob « o nome de Estados Unidos da America do Sul ? » appareceu renovada em uma conversa do ministro argentino das Relações Exteriores, Rufino Elizalde, com o diplomata inglez em Buenos-Aires Sir Edward Thornton, que ouviu daquelle estes conceitos : « espero viver bastante para vêr la Bolivia, el Paraguay, el Uru- « guay y la Republica Argentina, unidos en una confederacion y « formando uma poderosa Republica en la America del Sud».

Seria o resurgimento do vice-reino do Prata, o sonho antigo, a larga aspiração da alma hispanica irrigada e bafejada pelas aguas da caudalosa illusão e pelos ventos do Pampa tão propicios á creação da caudilhagem.

Francia e os dous Lopez eram homens intelligentes e de largas vistas, de character rijo e de vontade prepotente, o ideal seduzia-os e por elle trabalharam, crearam uma nação poderosa e nesse empenho a imprevidencia brasileira os auxiliou, quando para esmagar o poderio de Rosas, que era o arauto do ideal, creou a outra tyrannia que lhe devia custar, mais tarde, rios de sangue e vidas preciosas.

O barão do Rio Branco, annotando Schneider, escreveu :

« Estamos persuadidos, e isso se deprehende de documentos « do archivo de Lopez, que o dictador não se armava para fazer « guerra ao Brasil. O projecto que alimentava era extender seus « dominios para o Sul, conquistando Corrientes ; talvez, nem « isso, mas sómente ganhar fama militar e influencia nas questões « do Rio da Prata.»

Salvando o altissimo respeito que votamos á grande auctoridade do saudoso demarcador do territorio patrio, do insigne chanceller brasileiro, o nosso atrevimento chega a contestar essa asserção. A conquista satisfeita de Corrientes aguçaria a ambição do dictador, e o successo, coroando o exforço das suas armas, iria mais longe : é da psychologia humana, principalmente das nações que

têm como guiadores dos seus destinos as figuras do aspecto bizarro, da consciencia torva, do espirito sombrio, que characterizavam o dictador paraguaio.

Quod volumus facile credimus : bastou que Vasquez Sagastume lhe lançasse na alma a semente da intriga, para que Solano Lopez, exquecendo tudo quanto a sua patria devia ao Imperio que tudo lhe dera, desde a independencia ao amparo material e moral para que nunca fosse ella sacrificada, rompesse a cordialidade existente e invadisse o imperio, «levando suas tropas as mesmas « ordens de saque e destruição, a mesma antecipação de rapina e « lascivia com que mais tarde hão de atravessar o Uruguai. Não « era uma guerra civilizada que nos tomava de surpresa, era uma « invasão de barbaros, o tropel de uma horda de Hunos, de repente « lançados sôbre as nossas populações indefesas», como refere Joaquim Nabuco.

Matto-Grosso foi assolado, devastado e annexado sob o titulo de departamento do Alto Paraguai. Depois o tyranno voltou a sua attenção para o Sul e alvejou o Rio Grande : para invadi-lo, era necessario atravessar a Argentina. Mitre negou-lhe o transito pelo territorio da Confederação, e Lopez invadiu Corrientes com 30.000 homens. Seguiu-se o sacrificio do territorio rio-grandense: Uruguaiana foi occupada por Estigarribia.

A alma do despota desabrochou em plena florescencia de sangue : a conflagração se extendera violentamente e, mais uma vez, a corrente do Prata ia ser para o Brasil uma illusão vermelha, decepada a ferro e crestada a metralha.

Lopez encontrou as nossas fronteiras totalmente francas e os Brasileiros completamente alheios á possibilidade de uma guerra que ninguem previra, para a qual ninguem se preparara.

« Naturalmente parecia, então, inacreditavel que a audacia « de Lopez fosse tamanha a ponto de nos provocar brusca e insoli- « tamente para uma guerra que não podia estar em nossos planos. « Caro haviamos de pagar a nossa imprevidencia, que nem ao « menos se justificava por uma firme resolução de mantermos « relações de concordia com os nossos vizinhos ».

Esses conceitos do sr. Clovis Bevilacqua apoiam a nossa asserção : o Paraguai aguardava apenas o pretexto e o homem que o devia lançar á aventura : para pretexto serviu a ameaça de represalias brasileiras ao govèrno oriental ; o homem necessario era Solano Lopez, que, julgando provavel a approximação favoravel de « Urquiza, acceitou com açodamento o papel que as circunstancias « lhe traçaram, jubiloso por encontrar uma boa occasião de dar « ensanchas ás suas desmesuradas pretenções. Quando a indivi- « dualidade de Solano Lopez fòr estudada pela critica superior e « implacavel de um Taine, ver-se-ha que o caudilho guarani, « que tinha a ambição, a crueldade e a sensualidade do primeiro « Napoleão, teve como elle os nervos violentamente sacudidos « por abalos epilepticos, ou por qualquer psychopathia de effeitos « similhantes. Psychologicamente considerados, os dous typos « apresentam traços de singular similhança, apezar da superioridade « intellectual do Francez ; sociologicamente é que differem, porque « diverso foi o meio em que desenvolveram a sua acção. Solano « Lopez, sob o ponto de vista sociologico, foi um producto « do estado social da America do Sul, em uma epocha em « que elementos diversos, obscuros, chaoticos, elaboraram numa « zymose turbulenta as formas definitivas de nacionalidade, « recentemente desaggregadas das metropoles europeas.

« E' um typo que se vinha esboçando em Artigas, Rosas « e outros caudilhos, e que assumiu sua feição mais elevada « no audaz dominador do povo paraguaio.»

* * *

Na dolorosa emergencia em que se encontrava o Imperio pela fôrça irreprimivel dos acontecimentos, retirou-se de Montevidéo a figura notavel de Saraiva e em seu logar surgiu o vulto superior de J. M. da Silva Paranhos.

« Su nombre sonó de inmediato como el del politico más « indicado para sustituir a Saraiva en la dificil mission de hacer-se « cargo de los negocios del Plata. Unia el famoso diplomatico

« a un talento vigoroso una competencia igual en las cuestiones
« relativas á las relaciones de sú país con estas republicas ».

Deante do eminente Brasileiro erguiam-se todas as difficuldades que o destino se comprazia em junctar. O bombardeio de Paisandú levantara em toda a Republica, em toda a America do Sul, uma antipathia immensa contra as armas brasileiras, antipathia que foi aggravada pelo fusilamento de Leandro Gomez após a capitulação da praça, miseria attribuida ás fôrças de Menna Barreto, injustamente alvejadas pelos *blancos* e sobretudo pelo govêrno de Aguirre.

No Chile, no Perú, e na Bolivia a opinião se declarava francamente contra o Imperio.

O proprio govêrno inglez se deixou influenciar pelas intrigas e manifestava a sua desconfiança quanto ás intenções do govêrno imperial. O almirante Eliot chegou a insinuar ao plenipotenciario brasileiro « a conveniencia da conservação dos limites actuaes da Republica Oriental, como assumpto que interessava o govêrno britannico », accrescentando que « para manter a bôa vontade ou não intervenção dos governos europeus, não devia o Brasil pretender expansão alguma das suas fronteiras ».

Sagastume triumphava. Mas a sagacidade de Paranhos não podia desconhecer a delicadeza extrema da situação em que se achavam, elle diplomata, e o Imperio.

O govêrno de Montevidéo sentia-se totalmente perdido e estava resolvido a provocar uma conflagração, que impossibilitasse os planos do govêrno brasileiro. Desfeita a esperança no soccorro que Solano Lopez lhe promettera, Aguirre procurava interessar na sua causa os governos da Europa, convencendo-os de que o Brasil não tinha outros intuitos que não fossem de expansão territorial e de conquista.

« Paranhos revelóse en estos instantes un coloso como estadista
« y diplomatico. Contemplava todas las eventualidades sin descuidar
« siquiera los detalles. Simultaneamente atendia las operaciones
« belicas de las fuerzas de Tamanadré y Menna Barreto, observaba
« los movimientos de Solano Lopez, trabajaba al gobierno argentino

« para inducir á Mittre á la alianza, dirigiase á las autoridades
« de Rio Grande como encargado que era de la direccion politica
« de la guerra y aun enseñaba al gabinete de Rio los rumbos por
« donde debian encamiñarse las gestiones del gobierno de S. M. »

Foi então que Paranhos, empenhado na justificação completa da sua patria, publicou o manifesto de 19 de Janeiro, dirigido ao corpo diplomatico para demonstrar « em nome e por ordem do « govêrno imperial a posição actual do Brasil relativamente ao « govêrno de Montevidéo ».

O seu trabalho foi herculeo e heroico, habilissimo e intelligente, de uma rara prudencia e de uma grande fôrça de persuasão, de diplomata e de estadista de publicista e de politico, de patriota e de jurista, de immensa actividade e sem precipitação, e começando pelo reconhecimento das fôrças de Flores como belligerantes, para celebrar com ellas a alliança em campo que realizou, recusa habilmente a mediação de Mitre que d. André Lamas havia conseguido, estabelece o bloqueio severo de Montevidéo pela esquadra de Tamandaré, notificando-o ao corpo diplomatico ; sem se desorientar com as injurias da multidão infrene que, dirigida pelo proprio ministro da Guerra, arrasta pelas ruas a bandeira brasileira e queima em auto de fé na praça publica e em presença do govêrno, todos os tractados feitos com o Brasil, no mesmo dia que expirava o prazo imposto pela esquadra de Tamandaré para capitulação da praça ; sem se perturbar com a intervenção dos diplomatas extrangeiros annunciada para impedir o bombardeio ; contrariando a opinião do almirante, que se manifestara radicalmente por essa solução extrema ; convencido da delicadeza subtilissima da sua propria situação politica no Imperio, diplomatico no Prata e de director politico da guerra, mas tendo em vista o supremo triumpho do Brasil ; entre duas guerras que se impunham e das quaes uma se desenhava já cruel e dolorosa por largo tempo ; obrigado a prorogar o prazo para o ataque á cidade, por influencia do corpo diplomatico, Paranhos habilmente, digamos sem rebuço e sem favor, genialmente, aproveita o ensejo que lhe offerecia a terminação do govêrno provisorio de Aguirre, acceita o govêrno de d. Thomaz

Villalba, presidente do Senado e successor eventual, recebe a mediação do ministro Barbolani, representante da Italia e a commissão dos representantes do govêrno de Montevidéo e encetou negociações para a paz, nas quaes :

« Paranhos reveló una vez más sus condiciones de politico previsor.

« Dos soluciones se presentaban al habil estadista para obte-
« ner la terminacion de la lucha.

« La una, que el gobierno Villalba, representante de la situa-
« cion á la que el Imperio habia declarado la guerra, se someta
« las exigencias que habian motivado la lucha, pactando con el re-
« presentante brasileño.

« La otra, que el gobierno vencido celebre la paz con el jefe de
« la revolucion triunfante, reservandose el Imperio obtener de este
« las garantias para sus subditos y la punicion de los delincuentes
« que habia amparado el gobierno de Montevidéo ».

Muito embora affirme o publicista uruguaio que só a primeira solução era a logica e a unica legitima, Paranhos não a podia acceitar como tal : é possivel que assim fosse naquelle momento para o govêrno oriental, sem duvida o era ; mas Paranhos era o diplomata do Imperio e não de Aguirre ou Villalba ;

Paranhos succedera a Saraiva, cuja missão consistira exactamente em obter do govêrno oriental garantias de vida e bens para 40.000 Brasileiros victimas das violencias dos blancos e das suas auctoridades na fronteira e a punição dos dilinquentes ; a hypothese, pois, que contivesse essas condições ou a possibilidade da sua realização era a unica legitima e logica para Paranhos ; o momento proporcionava a mudança de govêrno com o qual Saraiva negociara improficuamente durante longo tempo, vendo-se por fim obrigado a recorrer á fôrça. Si este continuasse, era de presumir com justiça que os mesmos processos, as mesmas violencias continuassem : Paranhos viu que de um govêrno de Flores, triumphante sôbre Aguirre, dos *Colorados* sôbre os *Blancos*, teria a satisfacção plena da missão de Saraiva e da sua propria, e acceitou essa solução, que o momento lhe proporcionou.

A primeira hypothese seria apenas um adiamento das difficuldades; a segunda continha a solução definitiva. Da primeira nunca poderia resultar uma situação de amizade segura entre o Imperio e a Republica: o auto de fé dos tractados e as injurias á bandeira brasileira estavam ainda a poucos dias de distancia; da segunda, Paranhos podia esperar uma amizade, sinão profunda, ao menos segura, que permanece ha meio seculo, tão segura que permittiu ao diplomata brasileiro celebrar a convenção de 20 de Fevereiro, que representa, na phrase do sr. Onnetto Vianna « un « nuevo triunfo de la diplomacia imperial; Paranhos impuso las « clausulas que jusgó necesarias para asegurar la victoria definitiva « del Brasil y su influjo en el desenvolvimento de la politica ex- « terior de la Republica. Previó todas las contingencias, todas las « eventualidades que pudieran derivarse de un avenimiento que « dejara algo para los vencidos, y con la idea de subordinar á las « conveniencias del Imperio la propia vida de la Republica negó á « los caidos hasta el derecho de vivir en la tierra que los vió nacer.»

Paranhos era Brasileiro e diplomata, politico e estadista; conhecia profundamente as cousas e os homens do Prata, desde que os estudára quando, como secretario, accompanhara Carneiro Leão a Montevidéo em 1851, e entre os interesses de um partido e os do Imperio que representava, elle, que nada tinha a ver com a lucta dos partidos uruguaios, preferiu os interesses do Imperio, que eram os interesses da justiça negada por um govêrno oriental. Desde que a sua preferencia não sacrificasse o povo uruguaio na sua independencia, na sua soberania e na sua integridade, o diplomata deixaria de o ser, o estadista desceria da sua estatura, o politico diminuiria de valor e o Brasileiro mentiria á sua patria si, para salvar a honra de um govêrno e de um partido que o não tinha sabido ser, acceitasse a primeira solução.

E com a segunda solução Paranhos, cujas instrucções, cuja politica, cuja consciencia jamais haviam alvejado a integridade territorial ou a independencia da Republica, salvou a paz, a vida, o sangue e a honra do povo uruguaio e tornou immediatamente possivel o seu seguimento politico. No entanto, Paranhos foi demittido pelo go-

vêrno imperial, porque no convenio de 20 de Fevereiro « não viu este a fiel expressão do seu pensamento.»

« E, diz o sr. Clovis Bevilacqua, para significar o seu des-
« agrado, demittiu bruscamente o negociador, sem contudo re-
« pellir o acto ».

« As instrucções não eram sufficientes, realmente, porque os
« acontecimentos iam tomando uma feição não prevista ; mas a
« increpação era infundada, porque o egregio diplomata não se
« desviou do espirito das instrucções recebidas, e com a sua luci-
« dez reconhecida comprehendeu qual o interesse brasileiro pre-
« dominante no momento, para satisfaze-lo do melhor modo, sem
« prejuizo dos interesses secundarios, que se lhe não oppunham.
« E os acontecimentos vieram mostrar que o diplomata vira me-
« lhor a situação e provêra, mais intelligentemente, ás necessi-
« dades do paiz, do que o govêrno, dominado por impeto belli-
« coso, e ajuizando mal das fôrças, que o Brasil precisava de
« desenvolver para debellar as hostes de Solano Lopez ».

A primeira consequencia altamente benefica para o Brasil, decorrente do convenio de 20 de Fevereiro, foi a entrega de Montevidéo ao general Flores, porque desde esse instante, o Imperio deixava de se empenhar em duas guerras — a do Uruguai e do Paraguai, que já começava pela invasão de Matto Grosso, passando a ser o Estado Oriental o seu primeiro alliado contra Solano Lopez. Só esse resultado, de um valor inestimavel, quer politico, quer militar, merecia a gratidão da Patria, confessada publicamente pela gratidão do govêrno: succedeu o contrario, e Joaquim Nabuco escreve :

« Nada é mais provavel do que a opinião que attribúe ao
« imperador a brusca demissão de Paranhos, por causa daquelle
« accordo : é, no entanto, impossivel imaginar o que se podia
« querer mais.»

D. André Lamas, escrevendo a Paranhos, a respeito da missão que lhe fera dada, fez a defesa do diplomata brasileiro, de modo brilhante e completo, como ninguem a fizera, diz Joaquim Nabuco. E esse juizo do eminente escriptor brasileiro sôbre a

defesa escripta pelo seu illustre collega uruguaio é verdadeiro e nobre. D. André Lamas escreveu:

« El Brasil condemna en la persona de Ud el convenio de « 20 de Febrero! Que más queria el Brasil? Que sendo posible « una solucion incruenta, los cañones brasileros hiciesen en « ruinas la ciudad de Montevidéo e los intereses nacionales y « extranjeros que ella encierra? Que no hubiese ajuste entre « Orientales ñi mismo para que el partido vencido se rendiera a « discrecion al partido aliado del Brasil?»

Em 5 de Junho de 1865, porém, no Senado, como em 11 de Junho de 62 na Camara, Paranhos fez a sua propria defesa de modo cabal e perfeito. A sua eloquencia subiu muito alto porque, si era inspirada pela grandeza do assumpto que envolvia a propria patria e as instituições que elle amava e servia com inexcedivel zêlo, amor e carinho, esse discurso arrancava da profundez de uma nobre e pura consciencia, agitava um coração de patriota inconfundivel e sacudia os nervos de um organismo que se avigorara sempre ao Sol da terra em que nascera. Defendendo a sua acção diplomatica no Prata, Paranhos deixava rasgada, nesse discurso, a trajectoria luminosa da sua intelligencia, e sem collocar a sua personalidade acima daquelles que o haviam demittido bruscamente, poz a patria acima da sua personalidade e por tal forma a emoldurava no ouro da sua argumentação inderrocavel, de tal modo a chumbava ao pedestal da sua eloquencia, que o seu vulto, elegante como o do duque de Morny, fino como o do principe de Metternich, austero como o do conde de Cavour, ficou vinculado na Historia politica e parlamentar do Brasil Imperio como um dos altos relevos de bronze, que fazem o nobre orgulho da França no arco da Estrella.

Nesse discurso, que é um modelo de perfeição, Paranhos poderia ter repetido de si mesmo, sem vaidade e com mais verdade, as palavras de Talleyrand no codicillo do seu testamento:

« De tous les gouvernements que j'ai servis, il n'y en a aucun « de qui j'aie reçu plus que je ne lui ai donné. »

Poderia ter repetido essa phrase celebre do diplomata illustre, se precisasse de justificar-se um homem que serviu a sua patria

com a constancia, a lealdade e o brilho que caracterisam a sua trajectoria pelas regiões do Poder; se a sua acção e a sua influenciá na evolução da politica nacional não dessem ao seu vulto uma estatura muito superior á do Principe que não foi estadista como esse brasileiro notavel do segundo imperio.

Quando a Historia puder fallar serenamente, por haverem desapparecido no tempo e no espaço, as ultimas ondulações dos movimentos da paixão que separou partidos e creou facções, a figura do visconde do Rio Branco ha de destacar no horisonte, integra e forte, para modelo dos homens publicos do futuro, como as estatuas de bronze que perpetúam a memoria dos benemeritos.

SEXTA CONFERENCIA

SUMMARIO — Atmosphera hostil no Prata — Effeitos do convenio de 20 de Fevereiro — A demissão de Paranhos — A nomeação de Octaviano — Psychologia do diplomata — O meio em que teve de operar — Indecisão do Governo imperial — Consequencia da invasão de Corrientes — Rapidez e habilidade de acção de Octaviano — Tractado de triplice alliança — Gabinete Marquez de Olinda — Periodo brilhante e fecundo do Imperio — Triumphos diplomaticos do Brasil — Uma carta do imperador — A critica ao tractado de 1º de Maio de 1865 e auto defesa de Octaviano — O Senado do Imperio — A Consulta ao Conselho de Estado e os publicistas platinos – Quatro gabinetes brasileiros durante a guerra — O rosario das victorias — Rosas e Lopez, parallelo — Caxias e o fim da guerra — Paranhos e Cotegipe — O novo diplomata da paz : a sua figura, a sua acção, resultados da sua missão — Contradicções flagrantes dos publicistas argentinos — O Cruzeiro do Sul — Conclusão da 1ª serie do Curso

MEUS SENHORES — Pouco tempo antes dos successos, que determinaram a retirada de Saraiva de Montevidéo, Mitre escrevia a Sarmiento estas palavras :

« Trabajo com perseverancia para evitar que seamos envueltos « por esa tempestad que hace más de un año estamos orillando. »

Por que? Respondam os escriptores platinos. Escreve o sr. *Oneto Viana* :

« Mitre temió desde un principio desafiar la opinion popular « manifestamente hostil al Brasil, contra el que sentian estos « pueblos la tradicional prevencion de raza, unida á la antipatia á « sus instituciones monarquicas y la esclavatura.

« En Buenos Ayres, como en las provincias, como en Santiago, « en Lima y en Bogotá, el sentimiento republicano, antibrasileño « y antiesclavista, se rebelaba contra el Imperio. Mitre abnegada- « mente manifestaba sus simpatias á la causa del Brasil, contra- « riando las preocupacions reinantes, pero se encontraba solo, « aislado, en medio de indiferentes y de enemigos. »

Alberdi affirma :

« Toda Republica de Sud America debe ser aliada natural de « todo Estado europeo ó norteamericano que tenga conflictos

« con el Brasil, y de antemano le garantiza el contingente moral de
« sus simpatias. Este contingente será más que moral cuando el
« conflicto suceda entre una Republica sud americana y el
« Brasil.

« El Brasil, mientras permanesca Imperio fundado en la escla-
« vatura, no forma parte de la familia americana. . . La Republica
« es la ley de America.

« No conviene á las republicas de America que exista um
« poder monarquico en el Brasil . . . . por ser contrario a su
« equilibrio : — y esta inconveniencia debe ser un principio y regla
« de su gobierno exterior. Esta politica pertence á las tradiciones de
« la gran revolucion de America, y tiene en su apoio todas las
« sanciones de la historia, de la razon y de la gloria americana.

« Es la politica de Sud-America segun Bolivar, según Sucre,
« según Rivadavia, según Alvear.

« Todas esas grandes autoridades del dogma americano vieron
« una completa incompatibilidad entre los distinos republicanos y
« democraticos de la revolucion de America y la presencia de un
« trono en el Brasil.

« Cincoenta mil hombres y cuarenta buques de guerra en el
« corazon del Paraguay, estan alli para probar la popularidad de
« Lopez y la libertad del Paraguay. . .

« El Paraguayo és al brasileño, lo que el leon és al mono.
« Para el argentino es mas digno ser hermano de um pueblo de
« leones que no de un pueblo de monos.»

« *Juan Carlos Gomes*, em carta a Mitre, dizia : « Tiranisado
« cuanto se quíera, el pueblo paraguayo era una associacion republi-
« cana democratica, de la misma familia, con los mismos antece-
« dentes de las que habitan en los estados del Plata. Faltabale,
« es cierto, la vida constitucional representativa, las praticas de la
« libertad, de los habitos de civilisacion : detesto la monarquia
« brasileña, amo el pueblo del Brasil.

Alberdi, ainda, affirmou nos seus *Ensayos*: «Todo argentino,
« que en sus sinmpatias no dá preferencia á la historia, hasta á los
« defectos mismos del Paraguay, respecto del Brasil, de su raza,

« de su pueblo, es un desnaturalizado ; pués dá en sus afecciones el
« primer lugar á los portugueses y africanos, en mengua de los
« que fueron argentinos, de los que son hasta hoy nuestros her-
« manos, carne de nuestra carne, como decía Mitre. »

Todos os publicistas nutriam sentimentos hostis ao Brasil, alguns ao seu povo, a quasi totalidade odiava rancorosamente as suas instituições politicas, as suas origens ethnicas, a sua civilização, os seus costumes...

« Las prevenciones contra el Brasil estaban en el alma po-
« pular, arraigadas por la tradición y vigorizadas por los mismos
« hombres de pensamiento que sentian sistemada repulsion ha-
« cia el pais esclavista y monarquico, y se esforzaban por concitar
« contra el Imperio los sentimientos democraticos de los pueblos
« de orijen hispana. »

Era essa atmosphera, em que ia respirar no Prata o espirito de Paranhos ; esse era o ambiente moral, aggravado na Republica Oriental pela acção das armas brasileiras, que já se fizera sentir por intermedio da esquadra de Tamandaré, irritado no Paraguai pela influencia perniciosa e punica de Vasquez Sagastume no espirito de Lopez, creando um perigo tremendo que não tardaria a estalar, como estalou, com todo o fragor de uma guerra : a tempestade em que Mitre receiava ser envolvido e que realmente o envolveu.

A' frente do Paraguai, armado até os dentes, estava Francisco Solano Lopez que : contra « el Brasil sentia las prevenciones here-
« ditarias de raza, vigorizadas por los conflictos frecuentes que
« originaron el problema de limites y la navegación de los rios.
« Despota por herencia, ambicioso, audaz é irresoluto al mismo
« tiempo, malvado hasta el punto de sentir placer ante los sufri-
« mientos de sus victimas, egoista e sin intellijencia, reunia en su
« persona una mezcla confusa de cualidades contradictorias que lo
« presentan á la observacion del historiador como un tipo singular,
« *sui generis*, incapaz de una deliberación meditada, sin un pen-
« samiento que envuelva acierto ni siquiera sensatez, sin un rasgo
« que acuse condiciones de estadista ni tampoco habilidades de
« politico. »

Esse homem que, «desde un principio reveló sus ambicio-
« nes desmedidas, que deslumbrado con el espectaculo que habia
« presenciado en sus viajes al exterior (Brasil y Europa) deseaba
« reproducir en la Asunción la situación que habia envidiado en
« presencia de los grandes potentados de la tierra », como no-lo
pinta o sr. Oneto Viana ;

« que tinha o projecto de extender os seus dominios ao Sul,
« conquistando Corrientes », como escreveu o saudoso barão do
« Rio Branco em notas a Schneider ;

« cujo sonho dourado era « recuperar los antiguos límites de
« la provincia del Paraguay incluyendo las famosas Misiones
« Orientales », como nos elucida o sr. Vicente Quesada ;

« que tenia acaso la pretensión de adquirir fama y gloria mi-
« litar para hacerse proclamar imperador e para eso queria llamar
« la atención del mundo como un gran diplomatico y guerrero »,
« tal como no-lo descreve o sr. Zinny, na Historia dos gover-
nantes do Paraguai ;

que « pelas suas obras militares indicava a tendencia imperialista
« de suas ideas ; que chamando-se *El Supremo* e tambem pela pre-
« sença a seu lado de uma extrangeira grandemente ambiciosa e
« cuja posição de nenhum modo podia regularizar senão coroan-
« do-se, confirmam a crença de que em seus planos entrava fundar
« uma especie de imperio sul-americano ou talvez dar-lhe o chara-
« cter autoritario-plebiscitario que teve o de Napoleão III renun-
« ciando o poder absoluto em troca do reconhecimento da sua di-
« gnidade imperial, pelo resto do mundo », como o retrata a penna
de Joaquim Nabuco ; que, « só pela guerra podia dar a conhecer
« ao mundo a Republica do Paraguai », como aventa Thompson,
que o julgava « um monstro sem parallelo » ;

« que se convencera de que el « Paraguay estaba destinado a
pezar en la balanza de estos pueblos anarquizados », como nos
revela Decoud, dando a conhecer palavras do proprio Lopez a
Margariños Cervantes ;

Nessa atmosphera irritante e irritada é que tinha de respirar
Paranhos, tendo pela frente a indecisão de Aguirre, a neutralidade

de Mitre e a figura desse homem que synthetizava, dominava e empolgava o Paraguai para lança-lo onde, como e quando quizesse, esse homem sombrio que já em Junho de 1864 havia offerecido a sua mediação para harmonizar os governos de Montevidéo e Rio de Janeiro; que já em Agosto desse mesmo anno havia lançado o seu protesto ratificado em 3 de Septembro, considerando como *casus belli* a occupação militar da Banda Oriental por fôrças brasileiras.

E desse meio eriçado de espinhos, de perigos, de hostilidades foi que Paranhos poude arrancar o Convenio de 20 de Fevereiro, que o govêrno brasileiro julgou honroso para o Imperio, tendo declarado o *Diario Official* de então « que a paz fôra assentada sobre as mais honrosas bases ; que em Paisandú venceramos pelas « armas, e em Montevidéo só com a presença do nosso exercito e « esquadra e pelos exforços da Diplomacia, que o acontecimento « era um magnifico triumpho . . . »

E o govêrno de então confessava ainda officialmente os effeitos desse convenio, que os publicistas platinos consideravam um dos mais notaveis e proficuos triumphos da Diplomacia do Imperio e dos grandes talentos de Paranhos. Desse convenio resultou :

I. que o general Venancio Flores assumiu o supremo poder da Republica e organizou logo um gabinete inteiramente destinado a dar ao Convenio a mais leal execução ;

II. O primeiro acto do governo provisorio foi considerar de nenhum effeito o decreto de 13 de Dezembro, que havia condemnado ás chammas todos os tractados celebrados com o Brasil ;

III. Nessa mesma occasião prohibiu a exportação de artigos bellicos ou qualquer outro auxilio directo ou indirecto por parte dos habitantes da Republica ao govêrno do Paraguai ;

IV. Restabeleceram-se os consulados do Imperio em toda a Republica ;

V. Foi dispensada a missão enviada á Europa pelo govêrno de Aguirre para captar as sympathias dos governos das potencias contra o Brasil ;

VI. Foram expedidas as providencias necessarias para se tornar effectiva a submissão dos caudilhos Munhoz e Apparicio e a averiguação dos factos que a elles e a outros scelerados eram attribuidos, para serem processados administrativa e judicialmente ;

VII. Mandou-se egualmente syndicar, para o mesmo fim, do insulto feito por Susviela e Palomeque e outros á bandeira brasileira ;

VIII. Quanto aos caudilhos Munhoz e Apparicio, fizeram-se logo effectivas as providencias convencionadas, tendo-se ambos submettido depondo as armas, restabelecendo-se a paz em toda a Republica ;

IX. Immediatamente ficou a Republica do Uruguai na situação de alliada do Imperio, contra o dictador e tyranno do Paraguai. Isto é, Paranhos, negociando esse convenio, conseguiu realizar todas as exigencias do govêrno imperial, contidas nas instrucções reservadas, não só da missão que lhe fôra conferida como tambem da que fôra confiada á honra e ao talento de Saraiva.

Não obstante a confissão pública desses effeitos moraes, internacionaes, politicos e juridicos decorrentes do convenio ; não obstante have-lo approvado, julgando-o honroso para o Imperio, o govêrno imperial entendeu que devia demittir e demittiu o brilhante triumphador brasileiro da direcção daquella missão, que fôra a corôa luminosa de 12 annos de reclamações infructiferas, de violencias, de revoltas, de supplicios e de sangue para os dous povos vizinhos, porque o « Convenio era deficiente e não interpretava bem o pensamento do govêrno. »

No seu memoravel discurso de 5 de Junho de 1865, no Senado do Imperio, Paranhos porém apertou o gabinete, que o demittira, neste torniquete de logica :

« Difficil é conhecer a opinão do gabinete transacto a respeito « da deficiencia do acto de 20 de Fevereiro. O que faltava era es- « sencial ao desaggravo da nossa dignidade, ou á segurança de « nossos legitimos interesses ? Si era essencial a deficiencia que « notastes, não podieis approvar aquelle acto como approvastes, « sem tornar-vos solidarios com o plenipotenciario brasileiro...

« *O Sr. T. Ottoni* — Não é a consequencia.

« *O Sr. Paranhos* — Não é a consequencia ?!
« Pois um acto deshonroso, que deixasse aggravada a dignidade
« nacional, sacrificados os nossos legitimos interesses, podia ser
« approvado por um govêrno que prezasse a dignidade deste paiz ?

« Si o que falta ao acto de 20 de Fevereiro é accessorio, de
« pouca monta, não torna o acto indigno do Brasil ; neste caso
« por que tanto escarcéo, por que tanta severidade contra o nego-
« ciador brasileiro ? » E concluia com esta apostrophe, que dá bem
a medida da altivez daquella grande e nobre consciencia de Brasileiro, dirigindo-se aos membros do gabinete que o demittira :

« Sou um pygmêo em presença daquelle gigante, do illustre
« auctor do Genio do Christianismo, mas, assim como elle,
« quando accusado nas camaras francezas de ter sacrificado a
« dignidade da França no congresso de Verona, posso dizer aos
« nobres ex-ministros e a todos aquelles que como elles pensam :
« Concedo-vos toda superioridade, mas não que qualquer de vós
« seja melhor Brasileiro do que eu. Não tenho a importancia de
« Chateaubriand, mas posso tambem dizer, como elle, que nunca
« dei, nem darei a alguem o direito de tractar-me como a um
« lacaio. »

Essa phrase, como o chicote vibrado pela mão do Rabbino quando expulsou os vendilhões do templo, ficou zumbindo na peroração daquelle discurso que não teve resposta, que paira ainda hoje na atmosphera do Senado tal qual a fulminação suprema de uma consciencia limpida e austera sôbre a ingratidão e a miseria dos impotentes vencidos pela propria insignificancia das suas frivolidades.

Saraiva teve a substitui-lo o espirito elevado e forte de Paranhos ; e quando a injustiça e a ingratidão afastaram Paranhos daquelle posto, occupou-o o espirito illustre e nobre de Francisco Octaviano.

Alma simples e delicada, toda tecida de energia moral e de ternura de sentimentos, pode-se bem avaliar o esplendor das suas qualidades intimas de homem fino, educado e austero, por uma

carta de familia que não era destinada á publicidade, escripta a uma sobrinha que lhe solicitara qualquer obsequio em favor de um recommendado ; eis como lhe respondeu o estadista galanteador e gentil aos 60 annos, mais ou menos :

« Minha querida sobrinha e senhora.

« Naturalmente o seu recommendado já lhe terá communicado « que cumpri as suas ordens, sem demora e com grande prazer. « Já é raro um momento de goso na minha pobre vida, e devo bei- « jar-lhe as mãos porque me proporcionou esse momento de lhe « mostrar em cousa tão ridicula o muito e muito que a preso pelas « suas grandes qualidades de coração mais do que pelos laços do « parentesco. Creia, minha querida sobrinha, que tem sempre ás « suas ordens o seu

verdro amo e cro
F. OCTAVIANO. »

A delicadeza dessa carta espelha a delicadeza da alma do diplomata.

Poeta, a mesma delicadeza de sentimento revestia o seu ideal, e depois de ter recebido a investidura da missão no Prata, quando já conhecia o grande rio, dizia o seu formoso espirito :

« O magestoso Prata bem claro nos ensina
« Nesta juncção feliz, de rios tão distantes,
« Que os sul-americanos, por uma lei divina,
« Devem viver unidos se querem ser gigantes,
« Dos Andes argentinos, das serras brasileiras,
« E como dous amigos unidos peito a peito,
« Abraçam-se no encontro e teem o mesmo leito.

Ninguem ainda melhor estudou essa figura interessante e original do parlamento brasileiro do Imperio, do que o sr. conselheiro Lafayette em uma pagina rapida, concisa, feliz e segura, na qual ficou bem nitidamente impressa a psychologia do eminente patricio :

« Octaviano foi por ventura o Brasileiro que no ultimo seculo « escreveu o portuguez com mais pureza, propriedade, graça e

« elegancia, reunindo o dom da clareza á excellencia da concisão.
« Tudo que caïu da sua penna, versos, folhetins, critica, artigos
« politicos e até as cartas particulares, são primores de pensa-
« mento e de phrase. Comprehendeu e realizou melhor do que
« ninguem entre nós o typo do que é e do que deve ser o jornalista
« politico, esse agitador de idéas e discutidor de factos. Inter-
« pretou com maravilhosa sagacidade o pensar, o sentir, as pre-
« occupações e ancias do dia e as traduzia em artigos curtos,
« vivos, incisivos, scintillantes de espirito e de principios. E' ahi
« que está o segredo da magica influencia que exercia na opinião
« pública.

« Nas poucas composições poeticas que deixou, que delicadeza
« de sentimento, que formosura de ideaes, que harmonia de lingua,
« que atticismo !

« Octaviano possuia ainda em grau eminente os talentos de
« homem de Estado. Intelligencia de rara penetração, via com
« admiravel segurança o dia de amanhã. Sabia o passado e tinha a
« intuição do futuro. Não cultivou com assiduidade a tribuna po-
« litica, mas os discursos que proferiu numa e noutra camara de
« que foi ornamento, pela solidez e elevação do pensamento, pela
« correcção da forma, perfeita intelligencia das circunstancias de
« debates, pelo espirito, pela agudeza e velado do sarcasmo lhe
« asseguraram, fóra de toda a dúvida, as palmas de orador
« parlamentar.»

Tal era o espirito superior que foi designado para succeder ao superior espirito de Paranhos, si bem que pela primeira vez fosse desempenhar uma incumbencia diplomatica, sem experiencia portanto dos negocios do Rio da Prata, nos quaes Paranhos se havia notabilizado desde os primeiros passos.

Octaviano saïa de um meio totalmente differente daquelle em que ia fazer a sua estréa, logo como plenipotenciario em missão de uma suprema delicadeza, e em um paiz que já tivera ensejo de queimar na impiedosa fogueira das paixões politicas dous homens da estatura de Saraiva e de Paranhos, as duas summidades dos dous partidos que serviam o Imperio.

« Ni la anarquia, ni los caudillos, ni el sable — plagas de la
« civilizacion hispano-americana — hacian sentir su accion en el
« vasto imperio. El profundo respeto á la vida y demás derechos
« de los ciudadanos, garantidos por las autoridades y por los
« habitos populares, acena una civilizacion vigorosa, superior en
« mucho á la de las naciones vecinas, las cuales, bajo el nomble de
« repúblicas, cubrian las mayores monstruosidades, el tormento de
« los ciudadanos y la tirania y degradacion del pais.

« La monarquia habia asegurado á los brasileños el gobierno
« de los mejores. Ni los ignorantes ni los aventureros escalaban
« las alturas del poder. No figuraron jamás en la alta direccion
« de su politica, ni los improvisados ni los advenedizos. Fué cons-
« tante la benefica influencia del talento sobre los destinos de la
« nacion. Ofrecia á la contemplacion de los pueblos republicanos un
« cénaculo de estadistas que podrian honrar á la civilizacion euro-
« péa..., en el libro de oro de la politica brasileña, para proclamar
« la robusta intelectualidad del Imperio, reflejada en los actos de
« la vida interna y de las relaciones internacionales.»

A differença de ambientes era profunda e aggravada pela situação politica interna e externa da Republica Oriental do Uruguai e pela rudeza do golpe que a resolução brusca de Solano Lopez vibrava contra Matto Grosso e, pois, contra a soberania do Imperio.

A inexperiencia do diplomata, o desconhecimento completo do meio em que ia desdobrar a sua actividade ameaçavam tornar mais difficil e mais crítica a sua situação, tendo que succeder a Paranhos e realizar todas as exigencias do gabinete do Rio, que o convenio de 20 de Fevereiro não tinha realizado, tornando-se por isso deficiente e motivando a demissão do grande estadista brasileiro do posto em que havia conquistado para sua patria e para a diplomacia do Imperio aquella estupenda victoria.

Paranhos fôra demittido por não ter comprehendido todo o ideal do govêrno relativamente á politica externa a seguir na Republica Oriental; nomeado Octaviano, era de crêr que elle preenchesse as lacunas, que o gabinete de São Christovam tinha lobrigado no convenio de Fevereiro.

E quando Octaviano chegou ao Prata para iniciar a sua missão encontrou toda aquella atmosphera transmudada: o ambiente de hostil que fôra a Paranhos se tornara favoravel ao novo diplomata; o convenio de Fevereiro, deficiente como o declarava o govêrno imperial, operava o milagre: na suprema magistratura da nação uruguaia estava agora Flores, amigo do Brasil, seu alliado contra Aguirre; os tractados incinerados no auto de fé da praça publica estavam todos reconstituidos e reintegrados na chancellaria de Montevidéo, em pleno vigor; a bandeira brasileira fôra desaggravada recebendo a salva de 21 tiros da ordenança, disparados pela fortaléza de S. José, em homenagem á soberania do Imperio; os consules do Brasil haviam regressado aos seus postos na plenitude das suas jurisdicções; Munhoz e Apparicio haviam deposto as armas, sendo iniciado o processo criminal de ambos; fôra dispensada e chamada a Montevidéo a missão diplomatica enviada á Europa com o fim de levantar a opinião dos governos contra o Brasil; fôra prohibida a exportação de artigos bellicos para o Paraguai e os animos estavão calmos pelá retirada dos maioraes da politica *blanca*, vencidos pela acção das armas brasileiras alliadas aos belligerantes de Flores.

Na Argentina a situação estava tambem profundamente alterada: a intimação de Solano Lopez ao govêrno para que este permittisse a passagem do exercito paraguaio em direcção ao Rio Grande do Sul, excitava a alma nacional, puzera no espirito do presidente Mitre a desconfiança contra o dictador de Assuncion e dera á sua neutralidade na questão do Brasil com o Uruguai uma outra feição mais favoravel.

Ainda assim, o govêrno do Rio, tão exigente com Paranhos ao ponto de julga-lo merecedor de uma demissão brusca, não sabia o que fazer em tal emergencia e, nas instrucções que dera a Octaviano, tão insufficientes, tão pallidas, tão anemicas e tão vazias como as que dera a Paranhos, lhe recommendava que conseguisse de Mitre apenas a mediação para evitar que o conflicto com o Paraguai tivesse consequencias mais graves; isto é, o govêrno imperial, mais uma vez, pretendia fechar os olhos e calafetar os ouvidos

aos aggravos do Paraguai, tal como fizera em 50, em 53, 55, e em 58.

Paranhos erguera a honra do Brasil que Saraiva sustentara, que as fôrças de Menna Barreto e Tamandaré haviam feito respeitar, e o govèrno imperial, que se abespinhara contra o convenio de Fevereiro, e queria o bombardeio *quand même* de Montevidéo, mandava a Octaviano que, permitta-se o plebeismo, *embrulhasse* Mitre na contenda para que este acalmasse a ferocidade do tigre guarani de Assuncion : Saraiva e Paranhos erguiam-se, o govêrno imperial agachava-se e mandava que com elle se achatasse a nobre altivez de Octaviano ; era o espirito de cego partidarismo, que se manifestava em tota a sua plenitude.

Felizmente, porém, o delirio de Lopez explodiu, e essa explosão salvou a dignidade do Brasil : a boa estrella accompanhou os passos do novo diplomata brasileiro.

Mitre, negando consentimento para que o exercito paraguaio transitasse por territorio de Corrientes em direcção ao Rio Grande do Sul, para não quebrar a linha austera da neutralidade argentina, irritou Lopez e lançou-o no terreno escorregadio das loucuras : o dictador paraguaio invadiu Corrientes.

A alma popular argentina vibrou intensamente, a reacção manifestou-se subitamente, e declarou-se em franca hostilidade ao Paraguai ; a multidão por toda a parte, na capital e nas provincias, pedia ao general Mitre que vingasse a injuria e salvasse a honra e a soberania nacional.

Mitre, argentino e patriota, impetuoso e bravo, soldado e politico, prometteu *traduzir em factos* aquella expressão febricitante da alma popular, e na eloquencia da sua resposta, elle, que tambem era um orador que sabia inflammar as turbas, proferiu a phrase historica, bellissima, nobre e altiva manifestação da sua alma de guerreiro que no momento era a synthese da alma epica do seu povo, phrase já consagrada como a legenda daquella hora de agonias :

« en veintecuatro horas á los cuarteles, en quince dias á
« campaña ; y en tres meses á la Assuncion ».

Surgiu então a Octaviano o ensejo para demonstrar que, como escreveu o conselheiro Lafayette, « possuia em grau elevado os « talentos de homem de Estado, com intelligencia de uma pene- « tração que via com admiravel segurança o dia de amanhã; que « sabia o passado e tinha a intuição do futuro ».

E' verdade que não tinha instrucções para fazer allianças, mas apenas para « evitar que o governo argentino pretenda estorvar por qualquer fórma a acção do Imperio »..., como se vê do documento de 25 de Março de 65 que instruiu a missão de Octaviano; mas este viu que o momento era propicio para preencher as lacunas desse papel historico, como Paranhos preenchera a seu tempo as omissões do que lhe fôra dado; que aquella era a opportunidade para obter o concurso do governo argentino em condições mais amplas e com mais largas vantagens do que as que obteria si as tentasse antes da invasão de Corrientes, de modo que, quando pelas noticias chegadas ao Rio o govêrno imperial teve conhecimento do desacato de Lopez á soberania territorial da Argentina, recommendava ao seu plenipotenciario no Prata que procurasse conquistar o general Mitre, já « Octaviano havia dado o golpe e nesse mesmo dia 1º de Maio de 1865 firmava, com Rufino Elizalde pela Argentina, e com Carlos de Castro pelo Uruguai, o tractado de triplice aliança « que serviria para demonstrar « una vez más á la America la habilidad de la diplomácia imperial ».

« A Francisco Octaviano de Almeida Rosa, sucessor de Paranhos, cupole la gloria de completar la obra de su ílustre « antecesor, ímponiendo á los países del Plata las clausulas del tra- « tado contra el Paraguay, que constituyen una nueva derrota « para la diplomacía republicana y encierran el secreto del engran- « decímiento ulterior del Brasil.»

Comprehendeu Octaviano o que naquelle momento era mister fazer para que o Brasil pudesse triumphar, como Paranhos em meiados de Fevereiro teve a felicidade de comprehender e executar para que, em vez de ser immolado junctamente com a patria, em face da intervenção do corpo diplomatico europeu, o Brasil pudesse impor e fazer respeitar os direitos da sua soberania; da attitude de

Paranhos resultou o convenio de 20 de Fevereiro, que representa « un nuevo triunfo de la díplomacia ímperial»; da attitude de Octaviano resultou o tractado da triplice alliança de 1° de Maio de 1865 que — serviria para « demostrar una vez más á la America la « habilidad de la díplomacía ímperial ».

O que se impunha naquelle momento, para que o Brasil triumphasse, era exactamente o mesmo que em meiados de Fevereiro se impunha ao corpo diplomatico europeu para que o Brasil fosse vencido : o enfraquecimento do poder militar. Si Paranhos não resistisse aos desejos manifestados pelo ministro Barbolani, em nome do corpo diplomatico, a sua fraqueza militar se teria revelado e, humilhado o Brasil, todas as suas exigencias contidas no *ultimatum* de Saraiva, aliás absolutamente justas e rijamente fundamentadas, estariam totalmente sacrificadas e perdidas : o que se pretendia naquelle instante era o enfraquecimento militar do Brasil, ou melhor, a revelação da sua fraqueza militar.

O que, em face dos acontecimentos de Abril, se impunha á politica brasileira, para que o Imperio viesse a triumphar, era enfraquecer o Paraguai, cujo poder militar se tornára incontestavelmente o primeiro da America do Sul e constituia a mais perigosa ameaça á paz do continente e á integridade territorial do Brasil, exquecido como se mostrava Lopez de que a Republica lhe devia a independencia e a fôrça de que dispunha, de que a Diplomacia brasileira conseguira do govêrno de Buenos Aires o reconhecimento da nova soberania. . .

E para enfraquecer aquelle poder militar, que o Brasil auxiliara, e cujo desenvolvimento amparara para esmagar a dictadura de Rosas, a alliança com a Confederação argentina impunha-se, dada a invasão de Corrientes, aproveitando-se habilmente a opportunidade que offerecia a indignação fremente da alma popular, que nos seus impetos de vingança arrancára á alma de Mitre aquella heroica legenda.

Mas o tractado de 1° de Maio não teria sido possivel sem a existencia do convenio de 20 de Fevereiro : a não existencia deste implicaria a derrota do Imperio, e esta ou não teria produzido a

explosão de Lopez ou te-la-ia produzido contra a Argentina, sinão naquelle momento, mais tarde, quando o govêrno de Buenos-Aires houvesse de liquidar com o de Assuncion a questão de limites entre as duas soberanias.

Entretanto, como assevera um publicista platino, portanto « insuspeito, « desde la celebracion del tratado de alianza, hasta la « solucion definitiva de la cuestion paraguaya, en 3 de Febrero de « 1876, la diplomacia brasileña nos presenta una serie de triunfos, « conquistados la mayor parte con mengua del prestigio de los « paises del Plata, y siempre en obsequio á las mas caras exigen- « cias del Imperio ».

Para afastar do espirito platino e da alma européa a desconfiança sempre vicejante contra as intenções do Brasil, não obstante as provas materiaes e politicas, pertinaz e constantemente offerecidas pelo Imperio em contrario das imputações que lhe faziam, ficou fundamentalmente consignado no tractado de alliança que : « a « guerra não era feita contra o povo, mas sim contra o govêrno « do Paraguai » e que « os alliados respeitavam a independencia, « a soberania e a integridade territorial da Republica ».

Para que não pairasse na alma do povo argentino a mais leve sombra de dúvida a respeito da lealdade brasileira, o diplomata do Imperio não oppoz o menor embaraço ás reclamações da chancellaria de Buenos Aires, de modo que tudo quanto Elizalde exigiu foi incluido no tractado e, alèm disso, mais o offerecimento de Octaviano ao seu collega para que ao general Mitre coubesse o commando em chefe do exercito alliado.

Pois não obstante tudo isso que, segundo os proprios historiadores platinos, constitue uma serie de triumphos para o Brasil e para a sua diplomacia, ainda houve uma forte corrente de censores que condemnaram o tractado de 1º de Maio, como houvera a corrente dos maldizentes que procuraram esmagar o convenio de 20 de Fevereiro.

Modificada a situação politica interna do Imperio, demittido o ministerio Furtado que alijara bruscamente o illustre Paranhos, subiu o ministerio Olinda, e coube a Saraiva a pasta dos

Negocios extrangeiros : á lucida previsão desse grande estadista-diplomata se deve a serie de victorias notaveis que couberam á Diplomacia brasileira durante a guerra.

Foi um periodo brilhante e fecundo êsse, em que ao mesmo tempo corria nas bairancas e nas cochilhas do Paraguai o sangue generoso dos Brasileiros, de mixtura com o sangue bravo das nações argentina e uruguaia : aliás, todo esse espaço de tempo que decorre de 1840 a 1868 foi um periodo de ouro que se desdobra por todo o segundo reinado, numa prodigalização phantastica de talento e de grandeza que, em 28 annos, arranca o Brasil da rêde emmaranhada das dissenções internas e o levanta á altura da civilização contemporanea.

Era um *fervet opus* de actividade maravilhosa, durante o qual se consolidou a ordem no interior, se fez a grandeza moral do prestigio internacional, a gloria militar do exercito e da armada, o esplendor litterario, a liberdade das raças, da consciencia e da imprensa, a formação do direito patrio, a colonização do territorio, a entrada do Brasil no convivio das nações de primeira ordem, e a lenta mas poderosa formação de um parlamento notavel entre os mais illustres do mundo no dominio pleno das duas grandes escholas politicas — a liberal e a conservadora — ambas amigas e defensoras das liberdades populares, vastas florestas de celebridades, a cuja sombra cresciam e se revigoravam os espiritos novos, desta nacionalidade moça e fadada a maravilhosos destinos, como a Flora intellectual que começava a bracejar para a vida pública, em cerebros poderosos de estadistas, publicistas, diplomatas, marechaes, almirantes, magistrados, financeiros, industrialistas, engenheiros, medicos, artistas, toda uma botanica social tão vasta, tão rica, tão exhuberante, como aquell'outra que brotava do sólo privilegiado e cuja historia fez a gloria e a fama do sabio Martius, o rival de Linneu e de Brotèro.

Paraná e Abaeté, Cabo Frio e Itaborahi, visconde de Uruguai e Francisco Octaviano, Ouro Preto e Zacharias de Góes, Paranaguá e Saraiva, Dantas e Cotegipe, Nabuco de Araujo e Teixeira de Freitas, João Alfredo e visconde do Rio Branco,

duque de Caxias e marquez do Herval, Laffayette e Miguel Calmon, José de Alencar e Torres Homem, barão de Amazonas e visconde de Araguaia, Araujo Porto-Alegre e visconde de Mauá, marquez de Baependi e Costa Ferraz, marquez de Caravellas e barão de Penedo, visconde do Cruzeiro e Ferreira de Araujo, Evaristo da Veiga e Ivinheima, Jaceguai e Ottoni, Carlos Gomes e Homem de Mello, visconde de Inhaúma e Manuel de Macedo, visconde de Pelotas e marquez de Tamandaré, marquez de Olinda e Pedro Luiz, Silveira da Motta e Tito Franco, Tavares Bastos, Ribeiro de Andrada e marquez de Sapucahi, Pereira da Silva e visconde de Sinimbú, Pimenta Bueno e Saldanha Marinho, Gaspar Martins e Taunay, Cotegipe e Muritiba formavam em tôrno do grande monarcha a esplendida e gloriosa cohorte dos espiritos que constituiam o patrimonio do Brasil em todos os ramos da actividade humana e, como escreveu um brilhante publicista oriental, « proclamaban la robusta intelectualidad del Imperio, y reflexaban « en los actos de la vida interna y de las relaciones internacionales « bajo el amparo de una paz imperturbable que hacia vívir el pais « una vida tranquilla, consagrada á la tarea fecunda del engrande- « cimiento nacional ».

Mas nesse quinquenio que vai de 20 de Fevereiro de 1865 a 20 de Junho de 1870, ou melhor, desde o tractado de triplice alliança de 1º de Maio de 65 ao accôrdo preliminar da paz por protocollo de Junho de 70 firmado em Assunción, a Diplomacia brasileira, obedecendo á politica externa dirigida pelos espiritos superiores dos grandes estadistas, cobriu-se de louros, não só com respeito á guerra como tambem no vasto scenario da Europa e ainda da America, em ambos os hemispherios: Norte e Sul.

E para não referir sinão os mais notaveis triumphos bastará recordar : o tractado da triplice alliança em 1º de Maio de 65 ; capitulação de Uruguaiana em 18 de Septembro ; restabelecimento das relações diplomaticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha, por mediação do rei de Portugal ; protesto de 15 de Maio de 66 contra o bombardeio de Valparaizo pela esquadra hispanhola do almirante Mendes Nuñez « que assim punha a fogo uma cidade completa-

« mente aberta, desservida de obras de defesa e que encerrava uma « consideravel quantidade de bens pertencentes a neutros. » E Saraiva terminava assim o seu eloquente protesto : — A moderna « civilização, respeitando os direitos dos belligerantes, tende a minorar os males que resultam do estado de guerra ; consegue « proteger tanto a propriedade neutral como a inimiga inoffensiva ; « e condemna todo acto de hostilidade que não seja necessario...» « O Brasil e a maior parte dos Estados americanos, novos ainda, « não dispõem de todos os recursos precisos para se fazerem respeitar ; e, disseminada a sua riqueza e a sua população ao longo « de costas extensas e indefesas, estão sujeitas ao abuso da fôrça « e necessitam, por isso, mais do que as outras, que sejam mantidas « as maximas da civilização moderna que constituem a sua principal « e mais efficaz protecção.» E' de Septembro de 1866 a nota do Governo Imperial declinando, de accôrdo com os alliados, o offerecimento feito pelo govêrno peruano dos seus bons officios para terminação da guerra do Paraguai, offerecimento que era o resultado encapotado de uma acção conjuncta das Republicas Occidentaes da America do Sul em favor do Paraguai e que abortou pela firmeza do Governo Imperial e do general Mitre. E' de Dezembro de 66 o decreto que abriu os rios Amazonas, Tocantins, Tapajoz, Madeira, Negro e S. Francisco á navegação mercante de todo o mundo, complemento necessario do acto de d. João VI e de Cairú abrindo os portos do Brasil ao commercio do globo. E' de Janeiro de 68 a convenção concluida no Rio para navegação da lagôa Mirim, do rio Jaguarão e dos rios da Republica Oriental, que a elles affluem, que era o comêço da consagração de um principio juridico incontestavel, e que só em Outubro de 1909 teve a sua solução definitiva pelo tractado de condominio. E' de Fevereiro de 67 a nota de Francisco Varnhagen, depois visconde de Porto Seguro, ao govêrno peruano, protestando altivamente contra a mensagem do presidente da Republica, solicitando os seus passaportes e rompendo as relações diplomaticas com aquelle govêrno, relações que só em 69 foram reatadas pela revolução triumphante com o general Canseco. Tem a data de 7 de

Março de 67 o tractado de amizade, limites, navegação, commercio e extradição, assignado na cidade de La Paz de Ayacucho, com troca de ratificações em 22 de Septembro de 68. Tem a data de 11 de Dezembro de 68 a declaração firmada em S. Petersburgo, pela qual o Brasil adheriu em Outubro de 69 á convenção que prohibe emprêgo de balas explosivas em tempo de guerra. E' de Maio de 69 a suspensão de relações do ministro americano general Watson Webb, com a devolução da nota daquelle ministro, nota em que se revelam brilhantemente a altivez e a energia do barão de Cotegipe, mas intervindo com seus bons officios o diplomata inglez, o americano retirou as suas notas e fez-se de viagem para Washington, sendo em seguida reatadas as relações com o consul geral americano James Monröe acreditado na qualidade de encarregado de negocios. Foi a 2 de Junho de 69 que o conselheiro Paranhos, depois visconde de Rio Branco, firmou em Buenos Aires dous protocollos sôbre a creação de um govêrno provisorio no Paraguai e seu reconhecimento pelos alliados. E' de 4 de Abril de 1870 a circular ao Corpo Diplomatico do Rio de Janeiro participando-lhe a terminação da guerra do Paraguai : e dessa mesma data uma carta de d. Pedro II dirigida ao conselheiro Paulino J. Soares de Sousa, cujos termos nobilissimos retratam admiravelmente a alma do monarcha brasileiro.

« Leio no *Diario* que se pretende fazer uma subscripção para « elevar-me uma estatua. O Snr. conhece meus sentimentos, e de- « sejo que declare, quanto antes, á commissão de que fala o « mesmo *Diario*, que si querem perpetuar a lembrança do quanto « confiei no patriotismo dos Brasileiros para o desaggravo completo « da honra nacional e prestigio do nome brasileiro por modo que « não me contrarie na minha satisfacção de servir a minha patria « unicamente pelo cumprimento de um dever de coração, muito « estimaria eu que só empregassem seus exforços na acquisição do « dinheiro preciso para a construcção de edificios apropriados ao « ensino das escholas primarias, e o melhoramento do material « de outros estabelecimentos de instrucção pública. Agradecendo a « idéa que tiveram da estatua estou certo de que não serei forçado

« a recusa-la.» Finalmente tem a data de 20 de Junho de 1870, accordo preliminar de paz firmado em Assuncion pelo plenipotenciario brasileiro conselheiro Paranhos, depois visconde do Rio-Branco, pelo argentino general Julio de Vedia e pelos paraguaios d. Carlos Loizaga e d. Cirilo Rivarola.

Não obstante, a perversídade, que não dorme nem repousa, continuou as accusações e as censuras ao eminente diplomata que negociara o tractado de triplice allíança.

Enquanto durou a guerra e o patriotismo de Octaviano o obrigou ao silencio, a censura proliferou, a injuria insistiu, a calumnia manteve a sua primazia contra o brilhante diplomata : mas terminada a guerra, quando a alma do negociador brasileiro podia fallar sem receio, dando largas á sua palavra castiça e fulgurante, surgiu elle, como o seu antecessor, na tribuna do Senado e, em um discurso notavel, cujos conceitos luminosos se emmolduram em uma forma perfeita, de uma concisão elegante e de uma auctoridade suprema, deixou na historia da sua patria a defesa completa do seu nome, da sua acção intelligente, do seu grande serviço não só ao Brasil, mas á America e á civilização.

Nesse discurso, em cujos periodos a sinceridade palpita em todas as linhas, a modestia do Brasileiro illustre começa por affirmar que « o tractado de 1 de Maio de 65 não pode ser considerado sob « o ponto de vista dos formularios ou modelos. Inspirado por cir« cunstancias de um momento critico, quando a febre da cholera « inflammava a nação inteira contra esse homem funesto que nos « offendera mortalmente, não podia aquelle tractado ser um com« pendio de perfeições ideaes, o resumo da sabedoria humana, com « previsão de todas as eventualidades, com solução para todos os « problemas, como o está exigindo agora uma critica que parece des« confiar do presente e irrita-se de encontrar ainda alguma cousa « por fazer. Desaffrontar-nos bem e depressa era, no momento em « que se tractou da alliança, o empenho do govêrno e a exigencia « da nação. »

Era a mesma censura feita a Paranhos pelo convenio de 20 de Fevereiro : o eminente diplomata depois do *ultimatum* de Saraiva

encontrou-se na mesma situação em que se encontrou Octaviano depois da invasão de Corrientes; em ambos os momentos dolorosos e criticos, delicados e supremos, a mesma necessidade se impunha e a mesma exigencia surgiu: desaffrontar-nos bem e depressa. Sob a pressão dessas duas exigencias: « dos governos e das multidões » se acharam os dous diplomatas, á distancia apenas de 70 dias, em um meio hostil, tendo sôbre as consciencias de ambos a desconfiança, a má vontade e o despeito da opinião das republicas sul-americanas, e dos proprios governos europeus, além da sombra sinistra da guerra pairando já nas fronteiras, em um momento amargo de imprevisão geral, quando o Brasil sem defesa, sem exercito e sem marinha capazes de enfrentar o inimigo, vibrava de indignação e de odio... A critica sempre exigente, quasi sempre futil quando não é fundamentalmente ignorante, mas impenitentemente perfida, deixou de parte essas considerações de alta monta e apegou-se ás ninharias, que os espiritos superiores dos negociadores do tractado haviam posto á margem para encararem a situação do alto e de conjuncto. A critica dos censores, dos architectos de obras feitas, via somente as clausulas do tractado, não sabia o que estava no segredo das chancellarias porque não podia nem devia apparecer no momento, e no entanto vociferava contra o diplomata. Cinco annos depois, na tribuna do Senado, a critica assistia ao esboroar das suas censuras impertinentes quando Octaviano, em um rasgo de bella sinceridade brasileira saïdo do fundo da sua consciencia estoica, revelava: « Remettendo o tractado para exame « e referenda do govêrno imperial, eu « me exprimia em carta « confidencial, pouco mais ou menos nestes termos:

« O que ahi ha de bom é consequencia natural dos aconteci- « mentos recentes; é a alliança de dous povos livres, os unicos « que têm na actualidade o direito de impedir que pelas aguas do « Paraguai e do Paraná o inimigo receba recursos. Quanto ao « mais, que a intelligencia dos negociadores procurou providen- « ciar para casos futuros, está sujeito ás contingencias das cousas « humanas. Pode ser bom ou máo, proficuo ou inutil, conforme o « dia de amanhã. Entretanto houve sinceridade e lisura de parte

« a parte ; a guerra nos irá conquistando entre homens politicos e
« entre chefes militares a estima reciproca, e Deus que proteje as
« boas intenções fará o resto. »

A critica insistiu sôbre o facto de ter confiado o tractado o commando em chefe das forças alliadas ao general Mitre, considerando esse facto uma humilhação para a Brasil e, percutindo a tecla da patriotice barata, para commover a alma das multidões, exquecia ineptamente que o momento pertenceu á Diplomacia habil que devia resolver um problema delicado e complexo e não ás irritações indignadas da populaça e dos criticos de gabinete, que longe da scena onde se desdobra o drama não podem sentir nem medir as conveniencias e as possibilidades do ensejo. Octaviano responde-lhe triumphantemente: « Approveito a occasião para desta
« tribuna agradecer a esse eminente Americano o grande serviço
« que fez á causa da alliança, oppondo aos preconceitos e ás sus-
« peitas infundadas da democracia o argumento irresistivel do seu
« nome sem mancha, que responsabilisou-se perante o mundo pela
« justiça da nossa causa e pela pureza das nossas intenções. O
« commando em chefe ao general Mitre não foi resolução arrancada
« a condescendencias pueris por exigencia de vaidade : foi um acto
« de politica tão illustrada por parte do govêrno imperial, como
« generosa por parte do chefe do governo argentino, e o digo com
« franqueza, quanto ao Brasil, porque o debate solenne, ha pouco
« instituido na imprensa de Buenos-Aires por homens de convic-
« ções sinceras e de talento reconhecido, ja divulgou que a iniciativa
« da offerta do commando ao general Mitre pertence ao meu illus-
« trado antecessor, sr. conselheiro Paranhos. Essa mesma su-
« perioridade de nossos recursos, que os censores do tractado
« allegam como devendo conferir-nos o commando do todas as
« forças, essa mesma superioridade nos aconselhava o contrario.
« O que se não diria no Pacifico, nos Estados Unidos, na Europa,
« de nossas intenções, si alêm de estarmos na alliança com ele-
« mentos dobrados de fôrça, o que por si só já nos dava preponde-
« rancia natural, apparecessemos ainda com o commando em chefe,
« o que seria pintado como um poder dictatorial, ameaçador, sem

« limites para a nossa ambição, sem respeito á autonomia dos
« outros alliados? Si mesmo tendo a Republica Argentina o com-
« mando em chefe, foram as republicas platinas accusadas de tra-
« hirem nesta guerra a causa da democracia, como o não seriam,
« e apparentemente com razão, accompanhando o Brasil contra uma
« Republica, sob o commando supremo de um general do
« Imperio? »

O Sr. Zaccharias « Isto é irrespondivel ».

E apezar da rigidez dessa argumentação e do juizo supremo de Zaccharias considerando irrespondivel a defesa do illustre diplomata, a critica impiedosa não descançou, proseguiu na sua maldade: mas a superioridade moral de Octaviano jamais desceu a levantar-lhe as injurias: elle havia fallado da tribuna do Senado do Imperio, e desse Senado, que bastas vezes recordou a grandeza do Senado Romano, não podia baixar quem lá chegara para hombrear com Paranhos, Nabuco, Cotegipe, Zaccharias, Saraiva, Salles Torres Homem, Itaborahi, Abaeté, Pimenta Bueno, Silveira da Motta, Jequitinhonha e tantas outras glorias, cujas sombras ainda hoje adejam naquelle recincto para que subam até ellas na mudez triumphal e impalpavel da sua grandeza historica, algumas das figuras liliputianas, que o falseado suffragio universal engendrou nos utero cançado da democracia.

E Octaviano podia repetir aos sabios censores do tractado de 1 de Maio de 1865 aquellas palavras do mesmo general Mitre no discurso proferido em Chivuilcoy: son eses los maestros pre-
« suntuosos que creen que el saber humano está encerrado unica-
« mente en un libro y un tintero. Nos otros tambien tenemos
« nuestros sabios que saben lo bastante para nuestro gasto. Tene-
« mos nuestros semisabios que apenas tienen lo bastante para su
« propio uso. Tenemos otros que se creen muy sabios, y to-
« do lo que creen por que ellos lo dicen, y que á veces no saben
« decir otra cosa ».

E' exacto que a consulta da Secção dos Negocios Extrangeiros, assignada pelos nomes notaveis de Pimenta Bueno e Paulino de Sousa, com voto separado do visconde de Jequitinhonha,

foi impiedosa na critica do tractado de 1 de Maio, em face do projecto argentino de paz offerecido no mesmo anno de 1865 e ao qual em 1866 o conselheiro Saraiva offereceu o contra-projecto. Mas não é menos certo que a essa critica, producto de um excessivo receio, a cujos argumentos o decorrer do tempo e o desenvolvimento dos successos deram refutação plena e cabal, se oppõe a critica severissima dos escriptores platinos que consideram, não só o convenio de 20 de Fevereiro como o tractado de 1 de Maio, incontestaveis triumphos da Diplomacia imperial.

Os eminentes Brasileiros, dedicados servidores da Patria e lealissimos conselheiros da corôa, deixaram nesses dous documentos a demonstração irrefragavel do muito amor que dedicavam ao berço commum de todos nós e ás instituições que elles illustravam com talentos e virtudes de primeira grandeza, e sobretudo lhes mereceu severos reparos a parte do tractado de 1º de Maio e os artigos do projecto argentino de paz, que se referiam aos limites entre a Argentina e o Paraguai e entre esta Republica e o Imperio, limites que aquelles grandes homens consideravam um perigo para a nossa Patria, cuja soberania territorial, em suas opiniões, estava irremediavelmente ameaçada, porque o tractado de triplice alliança compromettera a obra tradicional da Politica externa e da Diplomacia do Brasil.

Mas esses grandes Brasileiros, ciosos das suas velhas opiniões e das conquistas historicas, estavam incautamente exquecidos de que I — o tractado de triplice alliança só era difinitivo em relação á forma de fazer a guerra; II — que quanto ao resto era todo elle provisorio, dependendo a realização das suas clausulas do exito da guerra; III — que, muito embora fixando definitivamente os limites que o Conselho de Estado desejava ver por esse tractado estabelecidos, só a sorte das armas os sanccionaria, e si ella nos fosse adversa nada lucrariamos com o que de seguro e acabado houvesse no tractado de 1º de Maio; IV — que relativamente aos limites entre Paraguai e Argentina o plenipotenciario brasileiro não podia nem devia oppor quaesquer objecções, não só porque o momento não comportava delongas de discussão e seria impolitica qualquer

opposição, como tambem porque, sendo essa parte provisoria e pendente da acção das armas, só futuramente podia ser discutida e fixada, tanto mais que o territorio brasileiro não soffria por essa forma restricção de qualquer especie.

E tanto isso é certo que Alberdi, o mais rispido dos publicistas argentinos e o mais severo adversario do Brasil, commentando o tractado de 1° de Maio, escreveu : « Era en el secreto del « tratado de alianza um assalto dado sobre territorios que todas « las cartas geograficas conocidas, aun las argentinas, atribuian al « Paraguay y á Bolivia : el *Chaco Boreal* hasta los 20 grados de « latitud (Bahia Negra). El Brasil hubiera dejado á su aliado atri- « buirse todo el Continente hasta el Ecuador. Que mal habia en « ello ? La diplomacia imperial se encargaria de hacer caer todos « esos castillos en el aire de su aliado.»

E note-se que Alberdi não tem razão quando attribue a culpa dessa clausula ao negociador brasileiro : foi ella reclamação da chancellaria argentina ; é outro publicista platino quem n'o affirma : « La Confederacion adquiria por la clausula 16, más arriba del Rio « Bermejo, 740 millas de costa en el Paraguay, con un fondo « inmenso sobre el gran Chaco, absorbiendo territorios que ni si- « quiera pertenecian al pais contra el cual se llevaba la guerra. « La diplomacia imperial al celebrar el tratado de 1° de Mayo, no « ignoraba que la clausula 16 compromettia en favor de la Argen- « tina dominios de Bolivia. Ex profeso lo hizo, con el convenci- « miento de que en manera alguna podria su aliado, en definitiva, « adueñarse de esos territorios. Octaviano no trepidó en consentir « lo que reclamaba la cancilleria argentina. . . »

Tanto um como outro, esses publicistas não têm razão nas censuras que dirigem ao Brasil ; ambos se deixaram influenciar demasiadamente pela nobre paixão de seu patriotismo.

Para os negociadores do tractado de 1° de Maio não houve nada secreto, nem mysterioso : Elizalde que foi um dos seus signatarios era um diplomata experimentado ; já lidara com Saraiva e com Paranhos e conhecia bem o pensamento da Diplomacia brasileira ; consequentemente o assalto a que Alberdi se refere com tanto

fel só poderia ter existido na sua apaixonada razão de pamphletario. Mas si, ainda assim, apezar do tempo haver demonstrado que esse assalto foi uma phantasia, o Brasil conseguiu essa victoria, Alberdi deveria ter lançado a culpa da derrota á conta da incapacidade diplomatica do seu illustre patricio e não contra o Brasil, cujos plenipotenciarios no Prata demonstraram sempre, com especialidade Pimenta Bueno, Saraiva, Paranhos, Octaviano e Cotegipe, um grande poder de talento, uma grande fôrça de fascinação, uma grande habilidade diplomatica, um grande amor á Patria e uma extraordinaria lealdade ás instituições que serviam.

E si a chancellaria argentina reclamava o que foi concedido pelo tractado, que culpa tem nisso o Brasil? Si o chanceller argentino entendesse de pedir que a lua ficasse após a guerra pertencendo á sua soberania, nem o plenipotenciario do Brasil nem o de Montevidéo podiam ou deviam oppor qualquer resistencia a essa aspiração encantadoramente poetica: o Romano heroico e bravo trocara o mundo inteiro por um beijo de Cleopatra, quem se poderia oppor a essa exaltação sublime do amor?

Ninguem, nem mesmo o mundo inteiro: Antonio estava no seu direito, e o mundo não ficaria pertencendo por isso á formosa hetaira das margens do Nilo. Octaviano, como diplomata, não contrariou a reclamação do seu collega argentino, nem podia contrariar nem apoiar, pois que tudo quanto o tractado dispunha ia ser decidido pelas armas nos campos de batalha: tanto valia, pois, consentir como negar. Mas no momento annuir á reclamação não prejudicava o Paraguai nem a Bolivia, ao passo que podia prejudicar o Brasil a negação de Octaviano, compromettendo ineptamente a conclusão e o successo do tractado. A' susceptibilidade dos publicistas platinos póde ser conjugada a susceptibilidade dos conselheiros de Estado do Brasil: sôbre o mesmo assumpto, no mesmo tractado, todos « publicistas e conselheiros » entendem que houve derrota para os diplomatas negociadores; entendem Alberdi e Oneto que a Diplomacia imperial triumphou derrotando a argentina; entendem os conselheiros de Estado que a Diplomacia argentina triumphou sôbre a incompetencia do negociador brasileiro;

e por fim, os acontecimentos, o tempo, as armas e a lucta de cinco annos vieram a demonstrar que o unico derrotado foi o Paraguai para nunca mais se poder prumar na desventura da sua combalida soberania.

E depois de passarem pelo govêrno do Brasil quatro gabinetes de notaveis estadistas, nesse periodo angustioso da vida do Imperio,— o gabinete Olinda, que durou até Agosto de 66 e cujo ministro dos Extrangeiros, Saraiva, firmava a ratificação do tractado de triplice alliança, o gabinete Zacharias que se retirou em Julho de 68, depois de ter presidido á phase mais amarga e mais dura da guerra; o gabinete que enviou ao theatro da guerra o vulto do marquez de Caxias para precipitar as operações terminando honrosamente a lucta como era do seu programma; gabinete em que se destacou a figura distincta e galharda de Affonso Celso, na pasta da Marinha, consagrando-se proficientemente ao augmento do poder naval e do prestigio maritimo militar do Imperio, conseguindo esses louros para o seu nome e para a sua patria, enquanto o ministerio dos Negocios Extrangeiros « preparaba la derrota de la diplo- « macia argentina, á fin de conjurar el peligro del engrandecimiento « del aliado y la intervencion de las republicas del Pacifico, en la « guerra; o gabinete Rodrigues Torres, que tombou em Maio de « 69, e o gabinete Pimenta Bueno em cujo govêrno terminou a guerra pela entrada de Caxias em Assuncion; depois das victorias successivas dos alliados, de 11 de Junho de 65 em que Barroso destruiu a flotilha paraguaia; de 17 de Agosto em que Flores anniquilou em Jatahi a columna de Duarte; de 18 de Septembro em que Estigarribia se rendeu em Uruguaiana; depois da retirada de Resquin de Corrientes; da victoria de 31 de Janeiro de 66 que os Argentinos conseguiram em Passo da Patria; da invasão do Paraguai pelas forças alliadas, em 16 de Abril seguinte, coroada pela victoria dos Brasileiros em Itapirú; depois de Estero Bellaco a 2 de Maio, e da gloria suprema de Tujuti em 24 desse mesmo mez, batalha na qual a espada de Osorio teve os lampejos da de Bonaparte, derrotando e anniquillando a raça hispanhola nos campos do Paraguai, como ensina Mastermann; depois de Jataiti-Corá, de Boqueron, de

Curuzú respectivamente em 3 e 10 de Julho e 3 de Septembro; de Curupaiti, a derrota gloriosa de 22 de Septembro; depois do feito heroico practicado pela esquadra de Inhauma; depois das derrotas paraguaias de Tujú-Cũé, em 3 e 21 de Outubro de 67; depois da passagem de Humaitá a 18 de Fevereiro e sua rendição a 5 de Agosto; depois de Itororó em 6 de Dezembro e de Avahi em 11 do mesmo mez, em que os Paraguaios foram totalmente anniquilados; depois do assalto de Menna Barreto ás trincheiras de Pikisiri e da acção assombrosa de Caxias em Ita-Ivaté a 21 de Dezembro, capitula finalmente Angostura em 30 de Dezembro! E em 2 de Janeiro de 69, como que para saùdar o novo anno, Caxias faz a sua entrada triumphal em Assuncion e envia á America, ao mundo e á civilização a sua mensagem de boas festas, declarando terminada a guerra.

« Mas...— faltaba la muerte de López. El Conde d'Eu triunfa « en Caraguaty a 18 de Setiembro e en 21 del mismo mes com- « pleta la victoria. Nueva victoria alcanza el conde el 29 de No- « viembre, donde la caballeria brasileña arrolló por completo al ene- « migo. Desde esse momento el ejercito imperial se dedica a des- « truir los restos dispersos del ejercito de Lopez, operacion que « dura hasta el 1° de Março de 1870, en que muere el tirano », (ha 45 « annos!) esse vulto negro da historia americana, de quem Mas- « termann escreveu : « a sua expressão era perfeitamente feroz; o « indio selvagem apparecia através do verniz superficial da civili- « sação » ; de quem a penna delicada de Nabuco disse que « antes de « começar a guerra a disposição moral de Lopez já mostrava ser a « de um despota de nascença, de um semi-civilizado em quem o ins- « tincto do indio a miúdo fazia explosão. Historias da sua moci- « dade, do simulacro da sua eleição, faziam delle uma especie de « Cesar Borgia, davam-lhe o prestigio sinistro de fazer desapparecer « rivaes ou inimigos. O de Carreras, entregue ao Padre Maiz, que o « torturou no *cepo uruguayano* tres dias seguidos, foi ainda uma « vez torturado antes da execução. E o velho José Berges que era o « homem mais respeitado do Paraguai, que por muitos annos foi « ministro das Relações Exteriores na sua Patria, Mastermann

« conta que o viu de joelhos implorando a vida ao major Caminos
« e foi açoitado antes de ser morto por Aveiro.»

Lopez era um monstro da laia de Rosas : feras da mesma raça. Entretanto ha entre ambos um abysmo : Rosas, ao ser vencido em Caseros, mascarou-se e fugiu, terminando a tragedia sangrenta da sua vida de assassino por uma apotheose de covardia e medo, num carnaval de ridiculo. Lopez, vencido desde o primeiro momento, resistiu cinco annos ao impeto de tres exercitos, vendeu cara a vida, morreu luctando, expirou no campo de batalha, não converteu a tragedia da sua vida numa farça hedionda, caïu em plena tragedia e resgatou com o sangue ardente da sua raça todo o sangue innocente, que o seu coração de fera havia derramado durante o despotismo lubrico da sua tyrannia infrene.

E, coincidencia notavel, justiça plena da Historia. Paranhos, que quatro annos antes havia sido despedido bruscamente do Prata, como um lacaio, era agora chamado a substituir Octaviano : a delicadeza suprema do momento impunha a grandeza do seu vulto, o despeito cessou, a injustiça encolheu as garras e o immenso valor moral, o immenso talento, o immenso tirocinio, o immenso criterio do estadista e do diplomata voltavam de novo ao Prata para resolver o problema dos preliminares da paz nesse quinquennio tremendo, cujas exigencias haviam ainda de revelar á civilização humana mais um vulto de diplomata notavel. E surgiu então o nome do barão de Cotegipe para fechar o pentagono da Diplomacia brasileira, que tinha podido transformar a velha e perdida illusão do Prata na mais gloriosa realidade politica do Continente Sul americano : a creação das duas soberanias do Uruguai e do Paraguai e o aniquillamento das duas dictaduras sanguinarias de Rosas e de Lopez — em Caseros e em Aquidaban.

« Cotegipe era de esos espiritus intransigentes, apasionados
« por el engrandecimiento del Brasil, tan vehemente como Tejedor,
« sin tenir las austeridades del canciller argentino, pero más audaz
« y más resuelto.»

Essa é a opinião insuspeita de um escriptor platino. Joaquim
« Nabuco escreveu : « O visconde do Uruguai e o barão de Cote-

« gipe foram, como o visconde do Rio Branco, dous creadores da
« politica brasileira externa, ao mesmo tempo que interna, mas a
« responsabilidade da missão de Cotegipe foi de Rio Branco, e a
« difficuldade de deslindar a meada do tractado da alliança sem
« sacrificar os interesses do vencido que eram os nossos, nem
« alienar de nós o vencedor que acabáramos de ter por alliado, era
« muito mais séria e delicada do que a alliança contra Rosas, que
« não affectou a nossa lealdade nem os nossos compromissos.»

Ia desempenhar essa missão o homem, de quem o brilhante escriptor do *Estadista do Imperio* affirma « O barão de Cotegipe, « emulo de Rio Branco, tem esse *quid* poderoso e original, a que « se chama *genio*, e de que em Rio Branco estão incertos ou dis- « persos os traços.»

« O genio, emulo de Rio Branco, do Brasileiro que « foi o « mais capaz director da nossa politica externa em uma época em « que ainda dependia della a união do Brasil », ia succeder no « Prata áquelle que dalli fôra quatro annos antes bruscamente retirado depois de ter feito o convenio de 20 de Fevereiro, por não ter este exprimido o pensamento do govêrno.

E succedendo agora a Rio Branco, cabia-lhe a missão de continuar a obra, que elle encetara de aplanar as difficuldades decorrentes do tractado da Triplice Alliança que não fôra obra sua, que o fôra, porém, do diplomata escolhido pelo gabinete Furtado para realizar depois de Paranhos toda a extensão do espirito do govêrno, que « o mais capaz director da politica externa » não soubera traduzir no referido convenio e que naturalmente o seu successor Octaviano tinha sabido interpretar amplamente no tractado de Alliança, visto como do govêrno de então recebeu elle immediata e inteira approvação.

Como se sabe, o accordo preliminar de paz, que poz termo legal ás hostilidades entre os alliados e o Paraguai, tem a data de 20 de Junho de 1870. Mas o tractado definitivo é de 9 de Janeiro de 1872 : ha entre ambos um prazo longo de 18 mezes, que foram gastos nas negociações a que deu origem, segundo a phrase de Joaquim Nabuco, a « meada do Tractado da Alliança ».

Si antes da invasão de Corrientes a Republica Argentina já comprehendera que a sua salvação dependia da victoria do Imperio contra Lopez, depois que o exercito de Robles pizou territorio daquella sua provincia, sentiu-se a Republica entre as duas pontas do dilemma : ou fazer a guerra sósinha, arriscando-se á derrota ; ou celebrar a alliança com o Imperio, assegurando a victoria dos exercitos alliados. E a guerra começou e continuou dirigida e regulada pelas clausulas do tractado de 1º de Maio de 1865.

Segundo Nabuco, essa guerra « foi um dos grandes crimes « da America do Sul ; não foi porém o crime do vencedor : foi o « crime do vencido que exigiu do seu povo até o suicidio ».

E depois de have-la ajustado, em 1º de Maio de 65, na alliança com o Imperio, para se poder salvar das pontas dos dous dilemmas entre as quaes se achava collocada, na realização definitiva da paz, a Argentina oppunha embaraços que obrigaram a Diplomacia a perder dezoito longos mezes em negociações estereis, com exigencias que o visconde do Rio Branco poude contornar, em parte, e que só *Cotegipe más audáz y más resuelto* conseguiu vencer, decidindo-se a negociar isoladamente com o Paraguai, deixando de lado a Republica Argentina, não obstante a resposta peremptoria que déra o Conselho d'Estado á consulta do govêrno, affirmando que: « tendo sido feita a guerra pelos alliados, a paz devia ser « feita por elles, por tractados collectivos. O procedimento do « Brasil, separando-se da Republica Argentina e tractando a sós, « podia trazer difficuldades diplomaticas graves e imprevistas ».

Mas, si esse seria realmente, e devia ser, o procedimento juridico e diplomatico do Brasil e da Argentina, não o era, no entanto, o interesse altamente politico do Imperio, tanto mais que a Republica, pondo de parte o dever imposto pelo tractado e a lealdade na interpretação das suas clausulas, procurava fazer do Brasil o garante dos seus interesses politicos, relativamente aos territorios com que pretendia alargar os seus dominios. Ora, o tractado affirmava que os alliados não só respeitariam obrigatoriamente a independencia, a soberania e a integridade territorial da Republica do Paraguai,

como ficara estabelecido no art. 8º, mas tambem se compromettiam a garanti-las collectivamente, tal qual deixara estatuido o art. 9º. Não se comprehende pois, como, terminada a guerra, que não era de conquista e apenas fôra feita contra o govêrno da Republica e não contra o Paraguai e o seu povo, podia o Governo Imperial concordar em fazer da fôrça das suas armas victoriosas um instrumento para que a Argentina alargasse o seu territorio, não só com prejuizo da integridade do Paraguai, mas ainda contra o territorio da Bolivia. E é interessante ver como a paixão tão nobre do patriotismo cega não só os homens, mas os povos, a propria Nação, até o proprio Estado: ainda hoje os mesmos publicistas que, estudando a historia desses dias passados ha meio seculo, censuram o tractado de alliança porque por elle « la Confederación adquiria « por la clausula 16, más arriba del rio Bermejo, 740 millas de costa « en el Paraguay, con un fondo inmenso sobre el gran Chaco », « absorbiendo territorios que ni siquiera pertenecian al país contra « el cual se llevaba la guerra », sendo isso, « en el secreto del « tratado de allianza, un assalto dado sobre todos territorios « que todas las cartas geograficas conocidas, aun las argentinas, « atribuian al Paraguay y á Bolivia : el Chaco boreal hasta los 20 « grados de latitud » agora, commentando os effeitos da guerra e as negociações da paz, censuram o Brasil e os seus diplomatas, principalmente a Cotegipe que — venia á Assunción con el indeclinable « proposito de conspirar contra las disposiciones del tratado que « beneficiaban á la Argentina con grandes zonas territoriales, « cuya conquista era hecho sancionado por el exito de sus « armas. »

Continuar as negociações conjunctamente com a Argentina, em taes condições, seria prolongar indefinidamente a conclusão definitiva da paz, ou suscitar a cada momento um novo attrito com o govêrno da Republica, em intima alliança até aquelle momento, dando-se talvez ensejo a uma situação tão delicada, que só pelas armas pudesse ser dirimida. Mas Cotegipe, estadista e diplomata, cortou a difficuldade, e tendo recebido do visconde do Rio Branco, então ministro dos Negocios Extrangeiros, consentimento para

tractar definitivamente da paz, sem audiencia do govêrno argentino, e havendo-se retirado o diplomata da Republica, Cotegipe no dia 9 de Janeiro de 72 firmou os tractados definitivos de paz e de limites, no dia 16 assignou o tractado de extradição e no dia 18 concluia a sua missão, firmando o tractado de amizade, commercio e navegação.

« Conocido en Buenos Ayres el triunfo estupendo de la diplomacia brasileña, el sentimiento patriotico estalló. La Republica habia sufrido evidente derrota, apareciendo vencida en sus pretenciones de conquista, ante los pueblos de America...

« Recien entonces los Porteños, después de vencidos y en-« gañados por la diplomacia imperial y repudiados por los « Paraguayos, evocan el sueño de Bolivar y proclaman la allianza « de la America republicana contra el Imperio. »

Nem enganados, nem vencidos pela diplomacia de Cotegipe foram os Argentinos naquella delicada emergencia.

Quando se celebrou o tractado de 1º de Maio, a situação era angustiosa para todos, mas principalmente para o Imperio : discutir naquelle instante seria protellar a offensiva contra Lopez, seria a victoria do Paraguai. Elizalde comprehendeu bem a situação da Argentina e do Imperio e approveitou habilmente para impor-se. Mais habilmente, porém, mais astuciosamente ainda « Octaviano no « trepidó en consentir lo que reclamaba la cancilleria argentina... » e, como dizia Alberdi commentando a victoria de Octaviano : « El Brasil hubiera dejado á su alliado atribuirse todo el Continente hasta el Ecuador. Que mal habia en ello ? La diplomacia imperial « se encargaria de hacer caer « todos esos castillos en el aire de « su aliado. »

De modo que tudo quanto fez Cotegipe, com incontestavel superioridade, foi apenas destacar a responsabilidade do Imperio das tentativas de conquista que a sua heroica alliada pretendia, depois da guerra, obter do Paraguai, como « un hecho sancionado « por el exito de sus armas ».

Si por isso, somente por isso, que era apenas a consagração das clausulas do tractado que mandavam respeitar e garantir a inte-

gridade territorial do Paraguai, os Porteños « evocaran el sueño « de Bolivar y proclamaran la allianza de la America republicana « contra el Imperio », que fariam as Republicas americanas si o Imperio houvesse consentido, pela sua Diplomacia, em negociar uma paz que, contrariando a fé internacional desse mesmo tractado, se fundaria na absorpção de « 740 millas de costa en el Paraguay, « con un fondo imenso sobre el gran Chaco, territorios que ni « siquiera pertenecian al país contra el cual se llevaba la guerra », de uma paz que se firmaria em « un asalto dado sobre territorios que « todas las cartas geograficas conocidas, aun las argentinas, atri- « buian al Paraguay y á Bolivia: el Chaco boreal hasta los 20 « grados de latitud » ; de uma paz, que se basearia « na exigencia del « Gobierno de Buenos Ayres, lo cual, una vez en la pendiente de « las grandes combinaciones no tardó em solicitar las islas de Atajo « y la de Apipé, esta ultima la más valiosa del Paraná, y concluyó « por ocupar Villa Occidental, frente a la Assuncion» ?

Que teriam feito as republicas americanas si o Imperio, violando as clausulas 7 e 8 do tractado, houvesse consentido na realização daquella absorpção sabendo que: « El Presidente argentino « procedia en aquelos momentos más como pátriota que como po- « litico honrado, pués no podia ignorar que en el hecho de consi- « gnar-se en el convenio celebrado para llevar la guerra a un país « vecino, los limites que se le han de imponer á este después de « vencido acusan una politica monstruosa que en manera alguna « puede justificarse? »

Parece que está nessas palavras a mais bella e completa defesa do Brasíl, contra as censuras e accusações erguidas no Prata aos tractados de Alliança e de Paz, e desferidas sôbre Octaviano e Cotegipe. Mas a verdade sobe mais alto :

« El gabinete Olinda, que succedió en Mayo de 1865 al de « Furtado, supo preparar el terreno para ir annulando las preten- « ciones de la cancilleria de Buenos Ayres, sin provocar ninguna « solucion definitiva, dejando que el tiempo y los sucessos « sirviesen de auxiliares á la cancilleria imperial para obtener un « triunfo completo sobre la diplomácia argentina.

« Saraiva desde el ministerio de Negocios Estrangeros procedió
« con admirable prevision, contemplando al mismo tiempo la
« victoria del Brasil sobre el enemigo y los medios de dificultar
« la expansion territorial de la Confederacion, cuyo engrandeci-
« miento de ningún modo podia reportar ventajes al Imperio.

« No convenia á la cancilleria de Rio oponerse abierta y te-
« nazmente desde un principio á las exageradas pretensiones de la
« Argentina, siendo la cooperacion de esta elemento indispensable
« para la destruccion del Paraguay. La conducta de la diplomacia
« brasileña no pudo ser más habil. »

A Historia da America não regista outro caso que demonstre, como esse, tão cabalmente, as condições de habilidade, cordura, intelligencia, previsão e sabedoria, que foram empregadas pelos estadistas brasileiros no augustioso periodo de 63 a 68, seguido pela decade formosa de triumphos obtidos á custa da sua extraordinaria e notavel competencia sôbre as chancellarias do Prata, realçando a figura magestosa do Imperio e avigorando o prestigio do Brasil. E no fundo da Historia patria, como no céo sereno e doce que nos cobre, destaca-se a constellação luminosa dos cinco diplomatas Pimenta Bueno, Paranhos, Saraiva, Octaviano e Cotegipe, tal qual as estrellas do Cruzeiro no hemispherio astral que forma o docel da nossa nacionalidade.

Tenho concluido a primeira serie do Curso que, sôbre Historia diplomatica brasileira, tive a honra de iniciar no recincto desta sala, em cuja tribuna tão altas mentalidades têm fulgido, acceitando com desvanecimento o delicado e generoso convite que a nobreza d'alma do ex. sr. conde de Affonso Celso quiz ter a gentileza de dirigir á minha obscuridade.

Durante as seis conferencias que hoje terminam exforcei-me, em vão, por estudar : I, A Diplomacia portugueza na epocha do Brasil colonial ; II, A Diplomacia brasileira imperial, no Atlantico e no Prata. Si o eminente presidente do Instituto me permittir e V. Exas. quizerem ter a bondade de me ouvir, opportunamente proseguirei, estudando, em segunda serie : III, A Diplomacia brasileira no Amazonas ; IV, A Diplomacia brasileira no Pacifico ;

V, A Diplomacia brasileira na Europa; VI, O Brasil e a arbitragem; VII, A evolução da Diplomacia brasileira; trabalho esse que terá, como o que hoje finda, um merecimento apenas: a sinceridade do meu espirito na admiração pela grandeza da Historia desta terra querida, que é o objecto supremo do nosso culto commum, e pela acção brilhante, mas quasi desconhecida, desses benemeritos operarios da formação e affirmação da nossa nacionalidade que foram os diplomatas do segundo Imperio.

Queiram receber e acceitar os meus profundos agradecimentos, o benemerito Instituto Historico, o seu nobilissimo e distincto presidente, o seu illustre secretario perpetuo e o benevolo auditorio que tanto me penhorou, ouvindo-me e dando incentivo ao meu modesto espirito

1494 — Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1916